

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

LEANDRO MASCARENHAS MATOSINHOS

A BUSCA PELA “UNIÃO”:
estudo sobre o modo de atuação de uma “liderança comunitária”

Niterói
2008

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

LEANDRO MASCARENHAS MATOSINHOS

A BUSCA PELA “UNIÃO”:
estudo sobre o modo de atuação de uma “liderança comunitária”

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre.

Vínculo Temático
Linha de pesquisa do orientador:
Comunidade, Política e Estudos Locais

Niterói
2008

Banca examinadora

Prof. Orientador – Dr. Marcos Otavio Bezerra
Universidade Federal Fluminense (UFF)

Prof^a. Dr^a Antonádia Monteiro Borges
Universidade de Brasília (UnB)

Prof. Dr. Marcos Alvito Pereira de Souza
Universidade Federal Fluminense (UFF)

Prof^a. Dr^a. Elisa Guaraná de Castro (suplente)
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

Prof^a. Dr^a. Simoni Lahud Guedes (suplente)
Universidade Federal Fluminense (UFF)

RESUMO

Este trabalho analisa o modo como uma “liderança comunitária” de um bairro periférico de Belo Horizonte (MG) desenvolve sua atuação. O objetivo é apreender de que maneira esse ator social específico concebe e pratica a “política comunitária”. Para tanto, o presente estudo descreve e analisa uma certa gama de ações que são desenvolvidas por tal “liderança” e que lhe conferem reconhecimento social tanto “dentro” quanto “fora” do bairro. Esta dissertação, no entanto, é também o resultado de uma investigação sobre um número mais amplo de pessoas, uma vez que o personagem central deste texto não age isoladamente. Ao forjar sua atuação como representante do bairro, ele participa da *pequena política* que é praticada por aqueles que estão envolvidos no “movimento comunitário” local. Tomando algumas formulações teóricas apresentadas por Bailey como referência, o estudo busca particularmente analisar como é praticado, no âmbito do bairro, o “jogo social” em que reputações vão sendo remodeladas a partir de avaliações morais que são proferidas por pessoas que participam de uma mesma *comunidade moral*.

Palavras-chave: Antropologia da Política, reputação, movimento comunitário, liderança comunitária.

ABSTRACT

This text analyzes how a "community leadership" from a Belo Horizonte poor neighborhood develops its methods. The aim is to apprehend in which ways this specific social actor conceives and puts the "political community" to practice. In order to do so, this text describes and analyzes an array of actions developed by such "leadership". These actions give it social recognition "inside" and "outside" the neighborhood. This dissertation, however, is also the result of an investigation about a wider number of people, since the main character of this text doesn't act on his own. When he forges his acting as a neighborhood representative, he engages in the "small politics" practiced by those involved in the "community movement" from the area. Taking as reference some theoretic formulas presented by Bailey, this study is particularly interested in analyzing how, inside the neighborhood, the "social game" is put into practice – a game in which reputations are modeled from moral evaluations mentioned by people who belong to the same moral community.

Key-words: Political Anthropology, reputation, community movement, community leadership.

SUMÁRIO

1. Introdução.....	08
1.1. Notas sobre a elaboração da pesquisa.....	08
1.2. Notas sobre o <i>locus</i> da investigação etnográfica.....	17
2. A reconstrução do passado.....	27
2.1. A “comunidade ideal” do bairro Monte Verde.....	28
2.2. O Grupo Força.....	33
2.3. O modo de agir das “antigas lideranças”.....	46
3. Antônio e o Conselho Comunitário.....	50
3.1. O surgimento do Conselho.....	50
3.2. O “trabalho social” desenvolvido a partir do Conselho.....	55
3.3. O <i>capital pessoal</i> de Antônio.....	67
4. Uma disputa no cotidiano do bairro.....	77
4.1. Críticas à atuação de Vera e sua equipe.....	77
4.2. Alguns eventos sobre a “luta” pela municipalização da rodovia.....	82
4.3. O asfaltamento de uma rua do bairro.....	110
4.4. Festas na quadra da escola.....	114
4.5. Notas adicionais – A Escola de Samba Unidos do Lambari.....	120
5. Considerações finais.....	126
Referências bibliográficas.....	128
Siglas.....	131
ANEXO – Alguns personagens que figuram ao longo da dissertação.....	132

Como é de praxe em trabalhos antropológicos, os nomes de pessoas, lugares e entidades que figuram ao longo das páginas que se seguem foram modificados. Tais alterações foram realizadas até mesmo em relatos e textos que são citados na dissertação. O objetivo de tal procedimento é garantir que aqueles que foram mencionados não sejam facilmente identificados pelos leitores. Os únicos nomes que permaneceram inalterados são os da cidade de Belo Horizonte, *locus* da investigação etnográfica, e os nomes de prefeitos que administraram tal município nos últimos anos.

1. INTRODUÇÃO

1.1. Notas sobre a elaboração da pesquisa

A motivação inicial

No ano de 2003, assim que me formei em jornalismo, passei a trabalhar numa ONG de Belo Horizonte que reunia diversos profissionais da área da comunicação social que buscavam contribuir para a “democratização da mídia”. Naquele período, os participantes de tal entidade vinham desenvolvendo “projetos sociais” que apresentavam, entre seus objetivos, o propósito de fazer com que jovens que pertenciam a camadas de menor poder aquisitivo expressassem suas idéias por meio da criação de produtos midiáticos, tais como jornais impressos e programas de rádio e tevê. Além do propósito de promover a formação dos jovens envolvidos, tais “projetos” também tinham o objetivo de divulgar, por meio das produções midiáticas que eram criadas e difundidas pela cidade, “iniciativas comunitárias” que aconteciam em bairro que estavam localizados nas mais diversas regiões de Belo Horizonte. A proposta era contribuir para que tais iniciativas ganhassem visibilidade.

Enquanto trabalhei na referida ONG, fase que se estendeu do princípio de 2003 até o final de 2005, vi surgir meu interesse em conhecer o cotidiano daqueles que promoviam, geralmente de maneira voluntária, as mencionadas “iniciativas comunitárias”. Além disso, ao longo do período citado, passei a me interessar também por conhecer o cotidiano de pessoas que não atuavam propriamente no âmbito de bairros periféricos, mas que construíam suas trajetórias profissionais a partir de organizações do terceiro setor.

Foi principalmente em razão de tais interesses que, no começo de 2006, ingressei no curso de Mestrado em Antropologia da Universidade Federal Fluminense (UFF). Cabe mencionar, porém, que a decisão por realizar uma pesquisa a partir de um conselho comunitário que está localizado no Jequitibá, bairro periférico de Belo Horizonte, só foi tomada ao final do primeiro ano de curso.

A motivação para desenvolver uma pesquisa a partir do Conselho Comunitário do Jequitibá deu-se a partir de uma representação acerca de tal entidade a que tive acesso graças a reiterados comentários feitos por Patrícia, jornalista com a qual trabalhei, no âmbito da mencionada ONG, e com quem desenvolvi uma relação de amizade. Com relativa frequência, Patrícia propagava que, por meio do Conselho, moradores do Jequitibá desenvolviam um

“impressionante trabalho comunitário”¹. Entre as ações que mais chamavam a atenção de Patrícia estavam uma “horta comunitária” localizada no pátio da “escola do bairro”, uma cooperativa de produção de alimentos e de objetos de artesanato, um curso de alfabetização de adultos e idosos que acontecia na sede da entidade e a existência, na casa onde o Conselho funcionava, de uma “biblioteca comunitária”. Além disso, Patrícia também mencionava os freqüentes eventos que eram promovidos no Jequitibá pelos participantes da entidade, tais como as campanhas contra a fome que aconteciam na época do natal.

Tomando tal representação sobre o Conselho como ponto de partida, inicialmente, o objetivo de meu estudo era compreender de que maneira aqueles que estavam diretamente envolvidos na entidade conseguiam obter sucesso nas ações que promoviam. Afinal, como conseguiam “mobilizar” moradores do bairro para empreender as ações que se propunham a realizar? Essa pergunta, contudo, foi abandonada logo que iniciei o trabalho de campo.

O abandono da questão que inicialmente motivou a pesquisa aconteceu, em parte, porque constatei rapidamente que a representação sobre o Conselho a que tive acesso, antes de começar a desenvolver o trabalho de campo, não correspondia à realidade com a qual me deparei, no ano de 2007. Em tal ano, a “mobilização” de moradores do Jequitibá não era tão intensa quanto aquela que eu esperava encontrar. A imagem sobre o bairro que foi “apresentada” a mim, antes que eu entrasse em campo, era, aparentemente, uma representação idealizada, ou mesmo uma representação que estava alicerçada em fatos que haviam marcado a história do bairro numa fase precedente, mas que não se mostravam mais tão evidentes².

A entrada em campo

A participação de Patrícia na configuração dos caminhos de minha pesquisa de mestrado não se limitou aos comentários entusiasmados que geralmente proferia em relação ao trabalho desenvolvido a partir do Conselho. Patrícia também foi a responsável por promover a minha “entrada em campo”, uma vez que foi ela quem me apresentou a Antônio,

¹ As ações que Patrícia identifica como sendo “trabalhos comunitários”, geralmente são identificadas pelos participantes do Conselho como sendo “trabalhos sociais”, ou mesmo “projetos sociais”.

² Em certa medida, logo que entrei em campo pude constatar que, tal como aponta Borges (2003), a vida social é marcada por mudanças recorrentes, fenômeno que representa um dos obstáculos com os quais o etnógrafo deve lidar para construir interpretações sobre a realidade social que está estudando. Sobre tal tema, na introdução de sua etnografia, a autora explica como lidou com o referido desafio para levar a cabo sua leitura sobre a vida política no Recanto das Emas, cidade satélite de Brasília.

que havia sido o idealizador do Conselho, no ano 2000³, e que havia assumido a presidência de tal entidade em 2006.

Patrícia e Antônio haviam se conhecido ainda nos anos 90, quando ela coordenava um “projeto social” que era desenvolvido no Jequitibá e em outros bairros vizinhos. A relação existente entre os dois, porém, só ficou mais intensa por volta de 2003, quando a ONG em que Patrícia atua⁴ e o Conselho Comunitário do Jequitibá tornaram-se entidades “parceiras”.

Tal “parceria” pode ser descrita como uma relação de colaboração mútua. Em certa ocasião, por exemplo, Patrícia auxiliou os participantes do Conselho na tarefa de redigir a proposta de um “projeto social” que foi submetida à avaliação de um possível patrocinador. Em outra, os participantes do Conselho receberam-me para que eu levasse adiante minha pesquisa de mestrado.

As “lutas comunitárias” e os “projetos sociais”

Logo que conversei com Antônio pela primeira vez, num encontro realizado na sede da ONG em que Patrícia trabalha, ele deixou claro que as ações promovidas a partir do Conselho se davam em duas frentes: os “projetos sociais” e as “lutas comunitárias”. Naquele dia em que estabeleci meu primeiro contato com Antônio, ele comentou ainda que estava particularmente envolvido na “luta” pela municipalização da rodovia que tangencia o Jequitibá e na “luta” pela recuperação do Ribeirão Lambari, poluído curso d’água que passa ao lado da referida via.

No Jequitibá, bem como em diversos outros contextos sociais, a expressão “lutas comunitárias” refere-se ao trabalho que “lideranças” do bairro realizam na busca por “melhorias” para o local. Tais “melhorias” muitas vezes consistem em serviços que geralmente são garantidos por órgãos governamentais, tais como construção e manutenção de creches, escolas e postos de saúde, asfaltamento de ruas, instalação de redes de luz e água, criação de linhas de ônibus etc. As “lutas comunitárias” quase sempre se referem às tentativas que “lideranças” empreendem para interferir e cobrar ações daqueles que estão envolvidos nas

³ A entidade começou a ser idealizada em 2000, mas foi formalmente fundada apenas em 2001.

⁴ Ao longo das descrições que compõem esta dissertação, os verbos conjugados no presente fazem referência principalmente ao período compreendido entre os meses de abril e agosto de 2007, fase em que se concentrou o desenvolvimento do meu trabalho de campo.

administrações públicas. É no âmbito de tais “lutas”, portanto, que acontece o diálogo entre “lideranças comunitárias” e políticos e funcionários de órgãos governamentais⁵.

Cabe mencionar ainda que as “lutas” em que Antônio e alguns de seus “aliados” vêm se engajando atualmente não se referem a demandas pontuais, tais como o asfaltamento de uma rua específica, a reparação de determinado trecho da rede de água que abastece o bairro, ou o plantio de árvores em certas áreas do Jequitibá. Antônio e seus “aliados” buscam, por meio do Conselho, promover “melhorias significativas” para a região. Tais “melhorias” podem ser caracterizadas como obras ou serviços que apresentam um custo mais elevado do que as intervenções pontuais que normalmente a administração municipal realiza no bairro.

Os “projetos sociais” empreendidos a partir do Conselho, por sua vez, podem ser descritos, de um modo geral, como atividades que buscam prestar algum tipo de “atendimento” direto a pessoas que vivem no bairro e em suas imediações. Tal “atendimento” se dá principalmente nas áreas de educação e de geração de trabalho e renda, sendo efetivado por meio de ações que são promovidas pelos próprios participantes da entidade. Entre tais ações, destacam-se: o fomento ao trabalho na “horta comunitária” que é mantida graças a esforços de integrantes do Conselho e as diversas oficinas que são promovidas a partir de tal entidade, como, por exemplo, as oficinas de “inclusão digital”, de “alfabetização de adultos e idosos”, de “agricultura urbana” e de “culinária”.

A questão que orienta a pesquisa

Foi durante a fase inicial de meu trabalho de campo que a questão que orientou a realização da pesquisa foi ganhando consistência, remodelando-se à luz de minha prática etnográfica. Em campo, além de constatar que os “trabalhos sociais” não eram as únicas atividades promovidas a partir do Conselho (havia também as “lutas comunitárias” mencionadas anteriormente), percebi rapidamente que Antônio apresentava uma certa ascendência sobre as demais pessoas que participavam da entidade.

⁵ Barreira (1998), ao estudar bairros periféricos de Fortaleza, identifica as expressões “trabalho comunitário” e “política comunitária” para nomear o trabalho desenvolvido pelas “lideranças comunitárias” na busca por “feitos” ou “realizações” para os locais em que vivem. Cabe mencionar que, em certa ocasião, também vi um participante ocasional das ações promovidas a partir do Conselho utilizar a expressão “política comunitária” para fazer referência ao trabalho desenvolvido por aqueles que se reúnem em torno da entidade. Na referida ocasião, porém, percebi claramente que a expressão “política comunitária” era usada por tal morador do Jequitibá em contraste com a expressão “política partidária”. O referido morador parecia estar principalmente interessado em distinguir o trabalho desenvolvido por aqueles que estavam envolvidos no cotidiano do Conselho (a “política comunitária”) do trabalho realizado pelos assessores da “vereadora do bairro” (a “política partidária”).

Atualmente, Antônio se destaca como o principal responsável por impulsionar as ações desenvolvidas a partir do Conselho. Por essa razão, mais do que um estudo sobre tal entidade, meu trabalho foi se transformando num estudo sobre o modo como Antônio atua. Pouco a pouco, minha pesquisa transformou-se numa **investigação sobre a maneira como Antônio constrói seu papel de “liderança”**, objetivo que redundou na **busca por compreender de que forma tal “líder” adquire reconhecimento social para empreender as “lutas” em que se envolve**. Cabe mencionar ainda que, para alcançar tais objetivos, fui levado a investigar como se desenrola a *pequena política* (cf BAILEY, 1971) que caracteriza o “movimento comunitário” do bairro e que pode ser descrita como um “jogo social” em que os envolvidos realizam uma série de ações que influenciam no processo de construção de suas próprias reputações, além de se mostrarem também engajados em promover avaliações morais diversas que, por vezes, neutralizam os esforços que seus “concorrentes” empreendem para alcançar certo destaque. Sobre tal tema, Bailey sintetiza:

The small politics of everyone’s everyday life is about reputations; about what it means to ‘have a good name’; about being socially bankrupted; about gossip and insult and ‘one-upmanship’: in short, about the rules of how to play ‘the social game’ and how to win it. (BAILEY, 1971, pp. 2-3)

Conforme indiquei anteriormente, a reformulação de minha questão de pesquisa foi motivada não só pelo papel de destaque que Antônio assume atualmente à frente do Conselho, mas também pela constatação de que a intensa “mobilização de vizinhos” com a qual eu esperava me deparar era uma imagem por demais idealizada, que não encontra correspondência na realidade do Jequitibá. Em vez de tal imagem, o que presenciei, ao longo do trabalho de campo, foi a reiterada queixa proferida por participantes do Conselho acerca das dificuldades em “mobilizar” os moradores do bairro. Além disso, constatei rapidamente que as relações que caracterizam o “movimento comunitário” local não são predominantemente pautadas pela cooperação: há, no Jequitibá, um cotidiano marcado por rivalidades e disputas. Logo constatei também que é em meio a tais rivalidades e disputas que Antônio busca construir seu papel de “liderança comunitária”, atuação que, por vezes, o leva a alcançar certo reconhecimento social, condição importante para que ele possa empreender as “lutas” em que se engaja.

Conforme aponta Frederic (2004), nos estudos de antropologia política, o conceito de reconhecimento social é tomado como sendo um atributo que as pessoas envolvidas na vida política alcançam a partir de avaliações morais que recaem sobre elas. Quando determinado

“líder” luta por reconhecimento social, ele está trabalhando para ser positivamente valorado por seus “seguidores” e pelos demais atores sociais com os quais se relaciona. Retomando as formulações teóricas de diversos antropólogos, Frederic ressalta ainda que, para que determinado “líder” alcance sua condição de liderança, o que costuma estar em jogo são alguns de seus atributos pessoais, tais como reputação, honra e carisma.

Sobre tal tema, Bourdieu (2005) acrescenta que é por meio do reconhecimento social que o “homem político” acumula o capital necessário para a sustentação do papel social que desempenha. Segundo o autor, o capital político de determinada pessoa consiste num capital simbólico que lhe é atribuído por seus “seguidores”. Trata-se, portanto, de um poder que se constrói e se mantém a partir do reconhecimento.

O poder simbólico é um poder que aquele que lhe está sujeito dá àquele que o exerce, um crédito com que ele o credita, uma *fides*, uma *auctoritas*, que ele lhe confia pondo nele a sua confiança. É um poder que existe porque aquele que lhe está sujeito crê que ele existe. (BOURDIEU, 2005, p. 188)

Em suas formulações teóricas, Bourdieu (2005) aponta ainda que o capital político pode tanto ser adquirido por meio de delegação, sendo, assim, originalmente um atributo da organização (partido político, sindicato) a que o “homem político” está vinculado, quanto pode ser fruto de características próprias da pessoa. Essa segunda espécie de capital, a que o autor atribui o nome de *capital pessoal*, consiste na “notoriedade” e “popularidade” do “homem político”. Trata-se de um capital que está alicerçado no fato de tal homem

ser conhecido e reconhecido na sua pessoa (de ter um “nome”, uma “reputação”, etc.) e também no facto de possuir um certo número de qualificações específicas que são a condição da aquisição e da conservação de uma “boa reputação”. (BOURDIEU, 2005, p. 190-191)

O *capital pessoal* a que Bourdieu faz referência, ao contrário da noção de *carisma* formulada por Weber, resulta de uma acumulação que se faz de modo lento e gradual. Além disso, tal capital pode ser facilmente perdido. Por essa razão, o homem político precisa esforçar-se cotidianamente para manter uma “boa” reputação frente a seus seguidores.

Algumas situações descritas ao longo desta dissertação revelam como Antônio constrói seu *capital pessoal* e como tal capital pode eventualmente ser importante para que ele sustente uma posição de destaque frente a outros moradores do bairro. Outras situações, por sua vez, mostram como as “lideranças comunitárias” que estão envolvidas no “movimento comunitário” do Jequitibá promovem avaliações morais umas em relação às outras, processo

por meio do qual as respectivas reputações vão sendo construídas. É interessante ressaltar que a construção das reputações se dá em meio a rivalidades e disputas. Antônio, por exemplo, constrói seu papel de “liderança” em meio a disputas que, fatalmente, exercem certa influência em seu comportamento. Por vezes, ele age em resposta a ações que são realizadas por seus “concorrentes”.

Esse cenário permeado por rivalidades, disputas, avaliações morais e construção de reputações faz com que o conceito de *comunidade moral* formulado por Bailey (1971) revele-se realmente adequado para explicar o contexto social formado pelos moradores do Jequitibá que estão envolvidos no “movimento comunitário” local, bem como por uma ampla gama de atores sociais com os quais tais moradores interagem com certa regularidade no exercício de suas “lutas comunitárias” e na execução de seus “trabalhos sociais”. Cabe salientar que uma *comunidade moral* não se caracteriza pela existência de um conjunto de pessoas morando num mesmo território, mas sim pela existência de pessoas específicas interagindo com certa regularidade e promovendo avaliações morais umas em relação às outras.

Ora, mesmo num centro urbano de grandes proporções, como é o caso de Belo Horizonte, as pessoas vivenciam algum grau de “vida comunitária” que lhes garante a formulação de suas identidades e reputações. Ao contrário do que muitos ingenuamente podem supor, aqueles que vivem numa grande cidade não são meros indivíduos anônimos, mas pessoas que estão inseridas em *comunidades morais* específicas. Sobre tal tema, Bailey salienta que

Even people who inhabit those fragmented English suburbs where you speak to your neighbour-of-25-years only on the night the bomb drops and never again afterwards, must have some degree of community life. The reason is that community life does not depend on neighbourhood alone. It may be found in churches, in factories or offices, in pubs and other places of recreation, in fact in any kind of association, formal or informal. Those who live the so-called anonymous life in the facelessness of urban surroundings, nevertheless **derive their identity, find their reputations and so find themselves in interaction of people who know one another, who talk about one another and who therefore matter (either for good or for ill) to one another.** (BAILEY, 1971, p. 5 – grifo meu)

Conforme apresentado, o que garante a existência de uma *comunidade moral* é a intensidade das relações sociais, fenômeno que leva à construção de “boas” e “más” reputações e, conseqüentemente, à atualização de uma série de valores que são compartilhados pelos participantes de tal coletividade. Aqueles que se inserem numa *comunidade moral* também compartilham uma gama de códigos comuns que faz com que

pequenos gestos ou algumas poucas palavras possam ser suficientes para que os demais membros do grupo realizem julgamentos morais, por vezes, bastante severos. Tal como aponta Bailey, qualquer “deslize” pode levar à destruição de uma reputação. Afinal, numa *comunidade moral* bastante intensa, as mensagens podem ser transmitidas por sinais bastante lacônicos. “This jump from a small clue to the large judgement is nowhere more apparent than in the field of making and breaking reputations” (BAILEY, 1971, p. 11).

Uma vez apresentadas, em linhas gerais, algumas formulações teóricas de Bailey, cabe fazer uma breve ressalva. Ao tomar o conceito de *comunidade moral* para compreender a maneira como alguns moradores do Jequitibá tecem suas relações sociais, não pretendo reforçar a ingênua visão que atribui ao termo “comunidade” o sentido de uma unidade social homogênea e isolada de um contexto social. O conceito de Bailey é retomado nesta dissertação apenas para inspirar algumas interpretações que promovo e não para enquadrar a realidade empírica num modelo construído *a priori*. Conforme salienta Wolf (2003), ao lançar questionamentos sobre o conceito de *sociedade* (que, tal como o termo “comunidade”, pode remeter à imagem de um conjunto estável de atores sociais que compartilham valores e vivem num estado de certo isolamento),

precisamos pensar sobre os fenômenos de um modo flexível e aberto, em termos de relações engendradas, construídas, expandidas, revogadas, em termos de interseções e sobreposições, em vez de em termos de entidades sólidas, limitadas, homogêneas, que perduram sem questionamentos e sem mudança. (WOLF, 2003, p. 321)

O conceito de *comunidade moral* formulado por Bailey (1971) revela-se útil para os propósitos desta dissertação, uma vez que se refere a valores morais que são construídos, compartilhados e atualizados por atores sociais que interagem com certa regularidade, independentemente de habitarem ou não uma mesma área. No caso das relações sociais que me interessam particularmente – aquelas que caracterizam o “movimento comunitário” de um bairro periférico de Belo Horizonte –, os valores que me propus a identificar revelam certas visões de mundo particulares acerca do modo como a “política comunitária” deve funcionar.

Ao buscar apreender a maneira como alguns participantes do “movimento comunitário” do Jequitibá percebem e praticam a política, esta dissertação alinha-se a diversas pesquisas que vêm sendo levadas a cabo por antropólogos brasileiros e que têm sido identificadas como “estudos de Antropologia da Política”. Em tais pesquisas, conforme salientam Palmeira e Barreira (2006), o objetivo é apreender as representações sociais acerca da forma como a política é pensada e praticada em contextos sociais específicos.

Trata-se menos de discutir em abstrato as relações entre o domínio político e o Estado do que interrogar a política que é feita, a política que as pessoas dizem fazer ou que identificam como sendo feita por outros. (PALMEIRA e BARREIRA, 2006, p. 9)

Por fim, cabe salientar ainda que esta dissertação corresponde a uma “etnografia do particular”, terminologia que Abu-Lughod (1991) emprega para referir-se a estudos que buscam apreender as práticas e concepções de mundo de agrupamentos formados por um número limitado de atores sociais que interagem em contextos específicos. Contrapondo-se aos estudos que buscam apresentar afirmações de cunho generalizantes acerca de determinada “cultura”, tal autora defende que, ao centrar sua atenção em pessoas específicas, o etnógrafo tem mais chances de escapar das problemáticas conotações que o termo “cultura” carrega, tais como, homogeneidade, coerência e atemporalidade. Abu-Lughod argumenta que, ao optar pela descrição de uma seqüência de eventos que envolvem atores sociais singulares, é possível desvendar as “forças maiores” que impulsionam tais acontecimentos específicos. “Yet because these ‘forces’ are only embodied in the actions of individuals living in time and place, ethnographies of the particular capture them best” (ABU-LUGHOD, 1991, 156)⁶.

O trabalho de campo

Durante o desenvolvimento do trabalho de campo que deu origem a esta dissertação e que se concentrou entre os meses de abril e agosto de 2007, fui afetosamente recebido pelos participantes do Conselho Comunitário do Jequitibá e pude acompanhar livremente o dia-a-dia daqueles que estavam envolvidos nas atividades promovidas a partir de tal instituição. Nessa fase da pesquisa, eu costumava me dirigir com certa regularidade para a sede do Conselho para acompanhar as atividades que aconteciam no local. Ao proceder dessa forma, meu intuito era “captar os discursos e as ações em ato” (GOLDMAN, 2006, 27), exercitando, o método de trabalho antropológico por excelência: a observação participante.

Além disso, em determinada fase do trabalho de campo, passei a transitar pelas ruas do Jequitibá, ocasiões em que realizei inúmeras entrevistas, principalmente com pessoas que, de alguma forma, estavam (ou estiveram, em algum momento) envolvidas naquilo que identificam como sendo o “movimento comunitário” do Jequitibá. Essas entrevistas consistiram em conversas, geralmente longas, que foram registradas por um gravador. Como

⁶ Para um exemplo “clássico” de uma “etnografia do particular”, ver o estudo de White (2005).

em tais ocasiões eu não me fiava a um roteiro de perguntas rigidamente estruturado, julgo que aqueles com os quais conversei, por vezes, se sentiram livres para falar à vontade. Há de se ter em mente, contudo, que tais interações consistiram em momentos fabricados por mim nos quais, em certas ocasiões, a espontaneidade de meus interlocutores cedia lugar à prudência.

1.2. Notas sobre o *locus* da investigação etnográfica

A cidade

Criada para ser a nova capital do estado de Minas Gerais, a fundação de Belo Horizonte ocorreu em 1897. Tal cidade foi fruto de um cuidadoso planejamento, tendo sido, inicialmente, traçada no papel e, só depois, construída fato. É essa característica que garante com que as ruas de sua região central componham uma malha quadriculada.

A área central de Belo Horizonte foi construída para ser o centro administrativo do município e para abrigar as famílias da elite mineira e os estabelecimentos comerciais da cidade. Em torno dessa área cuidadosamente planejada, foram criadas ainda algumas zonas residenciais que não seguiam esse mesmo padrão de planejamento e que serviram para abrigar uma população que apresentava menor poder aquisitivo. Já ao redor de tais áreas, foram criadas cinco colônias agrícolas que tinham o propósito de oferecer gêneros alimentícios para os moradores da área urbana. Cada colônia agrícola era composta por inúmeras chácaras.

Com o passar dos anos, os bairros foram avançando sobre a área rural que os circundava. O Jequitibá, por exemplo, surgiu a partir do processo de urbanização de uma fazenda, fenômeno que se iniciou em meados dos anos 50⁷ e que se intensificou nos anos 80 e 90. Sobre a urbanização pela qual tal bairro foi passando, alguns moradores do local relatam que, nos anos 80, a maior parte das ruas do Jequitibá ainda não haviam sido abertas por tratores. No lugar das ruas de hoje, o que havia eram estreitos “trilhos” de terra batida, que se estendiam em meio a áreas ocupadas pelo mato.

De acordo com dados do IBGE, no ano de 2007, a cidade de Belo Horizonte apresenta uma população de mais de dois milhões e quatrocentos mil habitantes, distribuída por 331 quilômetros quadrados, apresentando uma densidade populacional de 7.290,8 habitantes por quilômetro quadrado. Já no que diz respeito às atividades

⁷ Tal informação foi encontrada em textos arquivados na sede do Conselho Comunitário do Jequitibá.

econômicas, o setor de comércio e serviços contribuem com 80% do PIB do município, enquanto apenas 20% advém do setor industrial.

No que tange à história política de Belo Horizonte, por fim, cabe mencionar que, no ano de 1993, a cidade passou a ser administrada por Patrus Ananias, prefeito eleito por uma coligação encabeçada pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e, desde tal período, o PT tem direta ou indiretamente controlado a prefeitura da cidade. Após o mandato de Patrus, Célio de Castro, do Partido Socialista Brasileiro (PSB), foi eleito em 1996 e re-eleito em 2000, pela coligação “BH Participativa” (encabeçada pelo PSB e pelo PT e integrada por outros sete partidos). Célio de Castro permaneceu à frente da administração do município até o final de 2003, momento em que saiu de licença e foi substituído pelo vice-prefeito, Fernando Pimentel, filiado ao PT, que assumiu a prefeitura interinamente até abril de 2004. Em tal ano, Fernando Pimentel venceu as eleições, sendo, assim, o atual prefeito da cidade. Com isso, o município já acumula quase 16 anos de administrações ligadas ao Partido dos Trabalhadores.

O bairro

Localizado na periferia geográfica de Belo Horizonte, o Jequitibá encontra-se limitado, à oeste, pelo poluído Ribeirão Lambari. Segundo relatos de certos moradores do bairro, no passado, esse ribeirão costumava ser utilizado como local em que eram praticadas algumas atividades de lazer. Atualmente, porém, tal curso d’água somente se faz presente na vida de alguns moradores em razão dos problemas que ocasiona àqueles que vivem nas proximidades de suas margens.

Enquanto a margem esquerda do Lambari é ocupada por diversas moradias que, nos períodos de chuvas intensas, são inundadas pelas águas do ribeirão, sua margem direita é tangenciada por uma rodovia estadual que consiste na principal via de acesso aos bairros situados naquela porção extrema da cidade. Para “entrar” no Jequitibá, é preciso atravessar uma estreita ponte que, estendendo-se sobre o Ribeirão Lambari, liga a rodovia estadual e a “principal rua do bairro”. Nessa rua estão localizados inúmeros estabelecimentos comerciais, alguns templos religiosos, o “gabinete” que um vereador mantém no local e diversas moradias. É também nessa rua que está situada grande parte do muro que circunda a maior escola pública do local. Tal instituição de ensino costuma ser identificada pelos moradores do Jequitibá como sendo “a escola do bairro”.

Um aspecto marcante da geografia do Jequitibá é o acentuado contraste existente entre as diversas áreas residenciais que compõem o cenário local. Há certas áreas do bairro onde predominam casas amplas, com jardins bem cuidados, assim como existem quatro áreas que são classificadas como sendo “aglomerados”⁸, locais em que as moradias apresentam um acabamento aparentemente “improvisado”, estando unidas umas às outras. Em geral, as pessoas que residem em tais “aglomerados” apresentam menor poder aquisitivo do que os demais moradores do bairro.

Ao falar sobre o Jequitibá, Antônio costuma ressaltar que o poder econômico da população de tal bairro apresenta contrastes expressivos. Em diversas ocasiões, principalmente quando está conversando com pessoas que não moram no Jequitibá, Antônio lança mão do seguinte discurso para caracterizar o bairro:

Aqui dentro do Jequitibá existe o retrato do Brasil: tem gente que tem casa, tem gente que mora na beira do rio; tem gente que tem carro, tem gente que não tem dinheiro para pegar o ônibus; tem gente que tem o que comer, tem gente que passa fome.
(Antônio)

Apesar desse quadro marcado por contrastes, vale destacar que o bairro é, de modo geral, habitado por famílias de baixa renda. Segundo dados disponibilizados pela Gerência de Informações Técnicas da Secretaria Municipal da Coordenação de Política Social no ano de 2007, a população do bairro, que gira em torno de 30 mil habitantes, situa-se num quadro de “risco social”: 40% dos habitantes em idade adulta relataram, no último censo populacional, estar em situação de falta de trabalho remunerado; a renda média dos moradores é de 1,7 salários mínimos; além disso, cerca de 35% das crianças com idade de até quatro anos são desnutridas, e o analfabetismo atinge por volta de 15% das pessoas com idade superior a 10 anos.

Cabe mencionar ainda que, segundo levantamento realizado pela Secretaria de Estado de Segurança Pública de MG, o Jequitibá figura entre as áreas com maior concentração de crimes violentos da cidade.

Fatos que marcaram a história do Jequitibá

Com o intuito de facilitar o entendimento do leitor, esboço a seguir um painel composto por alguns fatos que marcaram a história do “movimento comunitário” do

⁸ O termo “aglomerado” é empregado por diversos participantes do Conselho Comunitário do Jequitibá para indicar as áreas do bairro que apresentam o aspecto de favelas. Segundo tais participantes, essa opção consiste numa tentativa de se escapar do estigma a que a palavra favela remeteria.

Jequitibá. Estar atento à cronologia de tais acontecimentos revela-se um procedimento importante para que se possa situar, no tempo, algumas descrições que serão realizadas ao longo desta dissertação.

Inicialmente, cabe mencionar que o Jequitibá surgiu a partir do loteamento de uma fazenda, fato ocorrido em meados dos anos 50. A divisão de tal área numa gama de lotes, porém, não foi acompanhada pela instalação, em tal localidade, de redes de água, luz e esgoto. Uma das únicas intervenções urbanísticas realizadas naquele período foi a construção de uma estreita ponte que se estendia sobre o Ribeirão Lambari, curso d'água que limitava a porção oeste da fazenda. Tal ponte passou estabelecer uma ligação entre a área do loteamento e uma rodovia estadual que tangenciava tal ribeirão. Ainda hoje, é essa estreita ponte que permite o acesso ao bairro.

No ano de 1970, foi criada a primeira associação de moradores do Jequitibá. Nesse período, o bairro ainda era uma área parcamente povoada na qual não existia sequer uma escola ou um posto de saúde. Ao relembrar como era a situação do bairro em tal fase, Vera Resende – que havia se mudado para o local no final dos anos 60 e ingressado, pouco tempo depois, no “movimento comunitário” local – faz o seguinte comentário:

Eu me mudei numa condição muito ruim. Não tinha ônibus, não tinha luz, não tinha água. Era muito difícil. Eu me mudei, mas minha filha ainda ficava na casa de amigos lá no outro bairro em que eu havia morado, porque aqui não tinha escola. Essa escola aqui não existia ainda. O Jequitibá tinha uma rua aberta, mas ainda sem pavimentação: a rua principal do bairro. Era uma rua de terra. Depois abriram a rua da escola, mas não existia a escola ainda. Aí, depois, a escola começou a funcionar numa casinha que tinha aqui na esquina. (Vera)

A primeira escola do bairro funcionou numa casa de madeira que havia sido construída a partir dos esforços de alguns “líderes comunitários” do local. Na virada da década de 70 para 80, porém, foi construído um prédio de alvenaria que passou a abrigar a Escola Estadual Machado de Assis – instituição que, até hoje, é identificada como sendo “a escola do bairro”.

Nos anos 80, o “movimento comunitário” do Jequitibá era marcado por uma série de disputas, fato que levava as diversas “lideranças comunitárias” do local a fundarem diferentes associações de moradores. Não havia, portanto, uma entidade única que representasse os interesses da população do bairro. Segundo usualmente avaliam os moradores do Jequitibá, naquele período o cenário era marcado pela fragmentação.

Entre as várias “lideranças” existentes no Jequitibá, nos anos 80, estava Vera. Naquele período, ela já vinha se envolvendo em algumas “lutas comunitárias”. Sua atuação como “liderança”, porém, ganharia impulso apenas no começo da década seguinte.

Foi ainda em meados dos anos 80 que Antônio, personagem central desta etnografia, mudou-se para o Jequitibá e, buscando como inspiração o “movimento comunitário” do bairro Monte Verde, local em que havia vivido até então, criou o Grupo Força, coalizão que reuniu diversos jovens que passaram a promover festas na escola do bairro. O objetivo era arrecadar dinheiro e investi-lo na construção de um posto de saúde no Jequitibá. Vale mencionar ainda que o Força, que não era uma entidade formalmente registrada, contrapôs-se à principal associação de moradores do bairro.

Os principais elementos de contraposição eram, segundo os integrantes do Grupo, a orientação coletiva e o pragmatismo. Quanto ao primeiro elemento, o que os participantes do Força afirmam é que, de um lado, no Grupo, o interesse era unir esforços para realizar as ações, sem a preocupação em dar destaque a uma ou outra “liderança”; de outro, na associação, o principal elemento motivador seria a “ vaidade” dos diretores, interessados em “se promover” frente à população local. O segundo elemento diferenciador seria o pragmatismo do Força, uma coalizão sem preocupação em formalizar-se e articulada para a resolução de problemas concretos da localidade – modo de operar que se oporia ao modo de atuação das “lideranças” da associação que, segundo integrantes do Força, não promoviam “melhorias” para o bairro.

O aspecto central da contraposição, contudo, parece refletir uma competição que foi empreendida entre os integrantes do Força e os integrantes da associação. Os atores sociais que compunham cada um desses dois conjuntos de pessoas pareciam estar buscando se destacar como moradores reconhecidamente capazes de “liderar” a “comunidade”.

Após a inauguração do posto de saúde, que aconteceu no final dos anos 80, os integrantes do Força passaram a se dedicar particularmente à construção de um muro em torno da escola do bairro. Nesse período, a realização de festas ainda era a estratégia utilizada para arrecadar a verba que seria investida na obra. No começo dos anos 90, porém, o Força “esfacelou-se”. De acordo com a avaliação de alguns moradores do Jequitibá, o “esfacelamento” ocorreu em razão de inúmeras disputas internas que surgiram.

Os anos 90 também foram marcados pela entrada de Vera na “política partidária”. Em 1991, ela filiou-se ao Partido dos Trabalhadores (PT) e, em 1992, lançou-se candidata a vereadora. Cabe mencionar que, ao disputar pela primeira vez uma vaga na Câmara

Municipal, Vera já vinha “lutando” para construir uma “creche comunitária” no bairro. Segundo ela, construir tal creche era um sonho já bastante antigo.

Vera não se elegeu vereadora nas eleições de 1992. Naquele mesmo pleito, porém, Patrus Ananias, também filiado ao PT, tornou-se o prefeito da cidade. Com a eleição de Patrus, político com o qual Vera havia estabelecido algum contato durante o período eleitoral, a obra da creche com que ela sonhava foi finalmente concluída e Vera tornou-se coordenadora voluntária de tal instituição. Também foi graças à eleição de Patrus que Vera tornou-se assessora do secretário de uma das administrações regionais⁹ do município.

Assim que assumiu a prefeitura, ainda no ano de 1993, Patrus implantou um programa de Orçamento Participativo (OP) na cidade de Belo Horizonte, política pública que, naquele período, já vinha se firmando como uma marca das administrações petistas¹⁰. Foi por meio de tal programa que, no começo dos anos 90, moradores do Jequitibá promoveram uma “mobilização” para conquistar um centro de saúde para o bairro, uma vez que o posto de saúde construído no final dos 80 era pequeno para atender a toda a população local.

Cabe mencionar ainda que a bem-sucedida “mobilização” para a conquista do centro de saúde do Jequitibá contou com a participação de diversas pessoas que, no passado, haviam integrado o Força. Sobre tal tema, Tereza, que é irmã de Antônio e foi uma das integrantes do Grupo, tece os seguintes comentários:

O posto de saúde era pequenininho, aí começou a mobilização do bairro em prol disso. O Força já não existia tanto, mas participou, com as mesmas pessoas, com o intuito de ajudar... A gente mobilizou o bairro todinho pra conseguir, no orçamento participativo, um centro de saúde real, como o que a gente tem hoje. A gente conseguiu mobilização completa e a gente passou de primeira. (Tereza)

Ao falar sobre os caminhos seguidos pelos integrantes do Força para “mobilizar” os moradores do bairro, Tereza menciona o papel estratégico desempenhado, nesse processo, pelas diversas igrejas presentes no bairro. Sobre tal tema, ela diz:

⁹ A cidade de Belo Horizonte está dividida em nove regiões, cada uma dela apresentando um núcleo administrativo próprio.

¹⁰ Bezerra (2004) aponta que iniciativas que buscam implementar a participação popular em administrações públicas, como é o caso do OP, mesmo não sendo ações promovidas exclusivamente pelo PT, são reconhecidamente associadas a tal partido. A esse respeito, o autor afirma: “A execução de políticas públicas pautadas na idéia de participação popular pode ser identificada atualmente em administrações municipais e estaduais sob a orientação de diferentes partidos políticos. No entanto, grande parte das reflexões sobre o tema e das experiências administrativas de “gestão participativa” tem sido desenvolvida no âmbito do Partido dos Trabalhadores (PT). A incorporação da população nas discussões relativas às ações públicas constitui um dos eixos centrais de seu programa partidário e é reconhecidamente uma de suas marcas administrativas devido a iniciativas como a do orçamento participativo (OP)” (BEZERRA, 2004, p. 145-146).

A gente fez de tudo pra mobilizar. A gente foi em todas as igrejas. Não foram só os católicos que participaram, não foram só os crentes que participaram. Foi o bairro inteiro. Naquela época, não existiu aquela divisão de igreja batista, evangélica, quadrangular... não existiu isso. Foi muito bonito. Todos os moradores se interessaram. (Tereza)¹¹

Cabe mencionar ainda que, no ano seguinte à conquista do centro de saúde, a “melhoria” conquistada, por meio do OP, foi mais uma instituição de ensino para o Jequitibá: a Escola Municipal Monteiro Lobato.

Diversos moradores do Jequitibá que estão envolvidos no “movimento comunitário” local avaliam que a chegada de Patrus à prefeitura da cidade e a implantação do OP modificaram o modo como se dava, em tal bairro, o desenrolar das “lutas comunitárias”. Em vez de buscarem acionar vereadores para, por meio deles, conquistarem obras para o bairro, as “lideranças” do Jequitibá teriam se visto obrigadas a atuar “mobilizando” moradores com o intuito de eleger, nas edições do OP, um número expressivo de delegados empenhados em defender os interesses daqueles que vivem no bairro. Conforme ouvi em diversas ocasiões, tais mudanças teriam, inclusive, levado à saída de cena de algumas “antigas lideranças” do Jequitibá que, anteriormente, sustentavam a posição de destaque que possuíam em virtude das relações que mantinham com alguns vereadores (que, com o surgimento do OP, teriam passado a ter mais dificuldades em “influenciar” na forma como os gastos públicos são realizados), ou ainda em razão das relações mantidas com agentes governamentais que faziam parte do corpo de funcionários das administrações municipais anteriores. Como não disponho, porém, de dados suficientes para avaliar se tais mudanças realmente aconteceram e de que maneira se processaram, deixo apenas indicado, aqui, um possível caminho para uma futura investigação.

¹¹ De acordo com as regras do OP, cada uma das nove regiões da cidade é dividida num determinado número de sub-regiões, sendo cada uma destas, por sua vez, composta por um certo conjunto de bairros. A cada sub-região da cidade cabe uma determinada verba que, uma vez finalizado o processo de deliberação, será investida nas obras escolhidas. Em linhas gerais, o processo de escolha das obras que serão realizadas futuramente acontece da seguinte forma: inicialmente, os moradores de uma dada sub-região que se propõem a participar do processo decidem quais são as obras que desejam ver realizadas; em seguida, tais moradores elegem um número de delegados que, numa etapa posterior, terão o encargo de decidir, juntamente com todos os demais delegados da região, quais obras serão efetivamente executadas. O número de delegados eleitos em cada sub-região é proporcional ao número de moradores participantes do processo. Portanto, quanto maior for o número de moradores de determinado bairro que estiverem envolvidos, maior será o número de delegados empenhados em defender os interesses de tal bairro. Em razão dessa metodologia, os moradores de cada bairro passaram a se “mobilizar” com o intuito de eleger um número de delegados superior ao número de delegados eleitos nos bairros vizinhos da sua sub-região. De modo geral, os moradores do bairro que eleger mais delegados terão mais chances de conquistar obras para o local em que vivem. Há de se ter em mente, porém, que os delegados de determinado bairro também se empenham em convencer os delegados das outras sub-regiões vizinhas acerca da pertinência das obras que defendem, afinal, conforme aponte, na parte final do processo, todos os delegados de uma mesma região escolhem, conjuntamente, as obras que serão executadas em cada sub-região que a compõe.

Foi também nos anos 90 que os moradores do Jequitibá viram as margens da rodovia que tangencia o bairro sofrerem inúmeras “invasões”, fenômeno que fez com que as imediações da “entrada do bairro” adquirissem o aspecto de uma favela. Lourdes, que foi viver no Jequitibá na segunda metade dos anos 80, comenta como se desenrolaram as “invasões” nas margens da rodovia:

A história é esta: começou com um cara, morador aqui de dentro. Ele foi e fez um barraco na cabeceira da ponte. (...) E aí, começou. Daquele barraco, ele separou mais um pedacinho lá e vendeu. E a coisa foi ficando boa pra ele, né? E ele foi fazendo essa coisa. Foi um desenrolar. E ele foi vendendo, e um outro chegava e comprava, e o outro chegava e passava pra frente, e o trem foi tomando essa proporção. Foi assim que começaram as invasões da rodovia. Hoje, esse cara, por sinal, ele tem mansões, ele tem carro do ano, a gente sabe que ele tem tudo. (Lourdes)

Cabe mencionar ainda que os anos 90 foram marcados pela ascensão política de Vera. Após sua primeira candidatura em 1992, ela lançou-se novamente candidata no ano de 1996, alcançando um desempenho bem mais expressivo nas urnas. Foi em 2000, porém, que sua candidatura rendeu-lhe uma vaga na Câmara Municipal, fato que fez com que Vera se tornasse, em 2001, a “vereadora do bairro”. Assim que assumiu seu mandato, Vera instalou no Jequitibá um “gabinete popular”.

Muitos integrantes do já “esfacelado” Grupo Força estiveram envolvidos na bem-sucedida campanha de Vera. Entre tais integrantes estavam, por exemplo, Antônio e Tereza. Cabe mencionar, porém, que os dois não receberam remuneração pelo apoio que prestaram à então candidata.

Foi justamente durante o período eleitoral de 2000 que Antônio elaborou a proposta de se criar, no bairro, um conselho comunitário para reunir representantes de “todas” as entidades existentes no local. A proposta era promover a “união” de tais representantes em torno de uma única instituição que teria, assim, legitimidade para defender os interesses dos moradores do bairro.

Logo que concebeu a idéia de se criar o Conselho Comunitário do Jequitibá, Antônio sugeriu que, caso fosse eleita “vereadora do bairro”, Vera apoiasse a entidade. E foi justamente isso o que aconteceu.

Inicialmente, as reuniões promovidas pelo Conselho Comunitário do Jequitibá aconteciam na Escola Estadual Machado de Assis. Pouco tempo depois, porém, no ano de 2001, o Conselho passou a ocupar uma sala do “gabinete popular” de Vera. A permanência em tal “gabinete”, todavia, passou a ser vista como um impedimento para que o Conselho efetivasse

“parcerias” com outras instituições de Belo Horizonte. A entidade passou, então, a funcionar num espaço que, anteriormente, havia abrigado o bar de Cristiano, amigo de Antônio.

Logo que a entidade surgiu, os participantes do Conselho começaram a empreender uma série de “lutas comunitárias” entre as quais destacavam-se a “luta” pela desocupação das margens da rodovia e a “luta” pela preservação do Ribeirão Lambari. Além disso, pouco a pouco, aqueles que integravam tal entidade passaram também a desenvolver ações que classificavam como sendo “trabalhos sociais”, ou mesmo “projetos sociais” – ações como campanhas de combate à fome, implantação de uma horta comunitária na “escola do bairro”, promoção de uma cooperativa para a geração de trabalho e renda, oficinas educativas etc.

A “luta” pela desocupação das margens da rodovia chegou ao fim em 2006, ano em que os moradores do “aglomerado” existente no local receberam indenizações para deixar a área. Tal desocupação ocorreu graças a um convênio firmado entre o governo estadual e a prefeitura de Belo Horizonte. Cabe mencionar ainda que, após a remoção da “favelinha” que existia no local, a rodovia passou a sofrer um processo de duplicação, obra que marca o cenário existente na “entrada” do bairro, ao longo de 2007.

A desocupação das margens da rodovia costuma ser encarada como sendo fruto de ações empreendidas, ao longo de vários anos, por alguns participantes do Conselho, notadamente por Antônio. Muitos moradores e “lideranças” do bairro avaliam que a remoção do “aglomerado” que existia próximo à “entrada do bairro” é resultado de uma “luta comunitária”.

Atualmente, conforme mencionei em linhas anteriores, parte dos esforços de Antônio estão concentrados na “luta” pela municipalização da rodovia¹². A proposta é que tal via seja transformada numa avenida, ficando a cargo do município de Belo Horizonte. De acordo com Antônio, tal procedimento evitaria que o local sofresse outras “invasões” no futuro.

Vale relatar, por fim, um episódio que marca a história recente do “movimento comunitário” do Jequitibá: a fundação da Escola de Samba Unidos do Lambari, fato ocorrido em 2003. Zico, um morador do bairro que já apresentava algum envolvimento com o “mundo do samba”, foi uma das pessoas que participaram da criação de tal entidade. Segundo ele, a Escola de Samba, tal qual o Conselho, também surgiu para “unir” os moradores do bairro.

¹² Antônio e seus “aliados” vêm buscando apenas a municipalização de um trecho específico da rodovia, justamente aquele que margeia o Jequitibá e outros bairros vizinhos. No dia-a-dia, porém, todos se referem a tal “luta” como sendo uma tentativa de municipalizar “a” rodovia. Ao longo do texto desta dissertação, procedo de forma semelhante.

Vale comentar ainda que, no primeiro ano em que participou dos desfiles que são promovidos na capital mineira, a Escola de Samba Unidos do Lambari alcançou o segundo lugar.

Dois personagens centrais da etnografia

Na sucinta descrição de certos acontecimentos que marcaram a “história do movimento comunitário do Jequitibá” que realizei anteriormente, são mencionadas algumas pessoas que estiveram envolvidas em tais episódios e que voltam a ser citadas ao longo da dissertação. Como, entre todos os personagens citados, dois apresentam especial destaque nas páginas que se seguem, cabe trazer algumas informações adicionais sobre eles¹³.

Antônio tem aproximadamente 50 anos de idade e vive no Jequitibá desde meados dos anos 80. É casado com Joana com quem tem filhos, que estão na faixa dos 20 anos. Possui ensino fundamental incompleto e já atuou profissionalmente como torneiro mecânico. Trabalhou também, durante certa fase de sua vida, numa associação de defesa dos direitos humanos que abrange todo o estado de Minas Gerais. Nos anos 90, aposentou-se devido a um problema de saúde e, no ano 2000, envolveu-se diretamente na fundação do Conselho Comunitário do Jequitibá, instituição que foi registrada formalmente em 2001. Desde o surgimento da entidade, vem participando da realização de “lutas comunitárias” e da execução de “projetos sociais” que são levados adiante por aqueles que participam da instituição. Em 2006, assumiu, pela primeira vez, a presidência do Conselho.

Vera tem cerca de 60 anos de idade e vive no Jequitibá desde o final da década de 60. Quando se mudou para o bairro, havia se separado do marido, com quem tinha uma filha, que hoje está com aproximadamente 45 anos de idade. Atualmente, está finalizando o segundo grau e, ao longo da vida, já trabalhou como garçone e telefonista. Envolveu-se em “lutas comunitárias”, assim que se mudou para o bairro. Sua maior conquista como “liderança” consistiu na construção de uma creche no Jequitibá. Nos anos 90, ingressou no PT e passou a disputar eleições para a Câmara Municipal. Em 2001, estreou como “vereadora do bairro” e, atualmente, está em seu segundo mandato.

¹³ Informações sobre outros personagens importantes da etnografia podem ser encontradas no anexo “alguns personagens que figuram ao longo da dissertação”.

2. A RECONSTRUÇÃO DO PASSADO

Ao longo deste capítulo, busco promover uma “reconstrução do passado” de Antônio, principalmente a partir de alguns relatos que me foram fornecidos por ele próprio, por alguns de seus familiares e por algumas pessoas que estiveram envolvidas em certos episódios que marcam a história do “movimento comunitário” do Jequitibá. Meu intuito é buscar, nessa reconstrução do passado, alguns valores e representações que orientam o modo como Antônio atua no presente. Para atingir tal propósito, inicialmente, busco apresentar uma representação que Antônio e alguns de seus familiares compartilham acerca do bairro Monte Verde, local em que ele viveu durante a infância e a adolescência. Em tal representação, padre Roberto desponta como sendo o fomentador de uma certa “comunidade ideal” que teria existido no local, nos idos dos anos 70 e 80. Em seguida, apresento de que maneira Antônio, tendo padre Roberto e o bairro Monte Verde como referências importantes, iniciou sua atuação como “liderança comunitária”. Por fim, teço alguns comentários sobre o modo como Antônio e alguns de seus “aliados” promovem avaliações morais acerca do modo de atuação de certos atores sociais que estiveram envolvidos no âmbito do “movimento comunitário” do Jequitibá, atribuindo a eles a alcunha de “antigas lideranças”. O que busco salientar é que, por meio de tais avaliações, Antônio busca, ainda hoje, promover a construção de seu próprio papel de “liderança”.

Para apreender a imagem idealizada e inspiradora do bairro Monte Verde dos anos 70 e 80, retomo alguns trechos de entrevistas que realizei com o próprio Antônio, com seus pais, Fátima e Geraldo, e com sua irmã Tereza. Lanço mão também de algumas passagens de uma matéria jornalística que retrata as dificuldades encontradas pelos moradores de tal bairro, no final dos anos 70, para construir uma escola de segundo grau no Monte Verde. Essa matéria foi apresentada a mim por Fátima e Geraldo, que guardam o velho e amarelado recorte de jornal, que já possui quase trinta anos de idade, como se fosse uma relíquia. O texto jornalístico guardado por Fátima e Geraldo é um testemunho sobre o bairro em que os dois viveram, juntamente com o restante da família, durante grande parte de suas vidas, e sobre a “comunidade ideal” na qual estiveram inseridos. Outro texto que representa um testemunho importante acerca do bairro também foi apresentado a mim pelo casal Fátima e Geraldo: trata-se de um livro sobre a trajetória de uma missionária católica que dedicou grande parte de sua vida a ajudar os mais pobres. Em algumas passagens de tal obra, que foi

redigida por padre Roberto, está retratada a origem do bairro Monte Verde e o surgimento da paróquia que ele próprio criou no local.

2.1. A “comunidade ideal” do bairro Monte Verde

Fátima chegou ao Monte Verde no começo dos anos 50 e lá viveu até meados da década de 90. Foi em tal bairro que conheceu Geraldo, com quem se casou no ano de 1957. Juntos, os dois criaram sete filhos. O mais velho deles é Antônio, que nasceu logo após o casamento, seguido por Tereza, que é apenas um ano mais nova.

No livro em que descreve a trajetória de uma missionária católica que atuou no Monte Verde e em suas imediações, padre Roberto relata que, na década de 60, os moradores de tal bairro eram “humildes operários, subempregados e biscateiros” que, em sua maior parte, haviam emigrado de cidades interioranas, atraídos pelo progresso da capital mineira. Chegando a Belo Horizonte, esses emigrantes haviam adquirido, na região do Monte Verde e em suas imediações, “um pedaço de terra íngreme e esburacada” para construir a residência de suas numerosas famílias.

Em sua descrição da vida no bairro e em suas redondezas, padre Roberto aponta algumas dificuldades que eram vivenciadas em razão da escassez de recursos econômicos. Ele ressalta, porém, que nos anos 60 existia naquele local uma “solidariedade instintiva” que levava ao surgimento de uma “comunidade” na qual vizinhos se ajudavam mutuamente, formando mutirões para construir os barracos que lhes serviam de moradia.

Fátima e Geraldo ilustram bem a “solidariedade instintiva” mencionada por padre Roberto ao se recordarem que moradores do Monte Verde ajudavam uns aos outros na construção de barracos. Tais moradias eram feitas com adobe – tijolo moldado com barro e, posteriormente, deixado ao sol para secar. Naquela época, como o material para fazer os telhados apresentavam um custo elevado para aquelas pessoas, moradores do bairro freqüentemente se reuniam em grupos e caminhavam, pelo meio do mato, até chegarem a uma olaria localizada a alguns quilômetros de distância. Em tal local eles recolhiam telhas que haviam sido descartadas por apresentarem pequenos defeitos. Fátima recorda-se que “toda tarde saía aquela fila de gente para cobrir a casa de determinada pessoa”.

Segundo Fátima e Geraldo, tal “solidariedade instintiva” foi bastante impulsionada pela chegada de padre Roberto à região. O vigário veio da Itália no final dos anos 60 e fundou, no ano de 1977, uma paróquia num bairro vizinho ao Monte Verde, permanecendo por cerca de dez anos no local.

As pessoas já se ajudavam. Aí, ele chegou com essa turma e disse: ‘Vamos gente! Vamos trabalhar! Vamos melhorar as casas! Vamos dar um jeito de melhorar!’ Aí começou. Ele incentivava a pessoa a fazer uma fossa, porque a gente, às vezes, não tinha uma fossa. Ele ensinava a fazer, mostrava como é que fazia. A cisterna, ele ensinava como é que a gente fazia com a água. E foi assim. Foi melhorando. Inclusive as conversas, as reuniões que ele tinha com a gente, ele ensinava a pessoa a maneira de se comportar, as maneiras de falar. Ele foi um professor... ele foi um pai, um professor, um vigário, ele foi tudo ali no Monte Verde. (Fátima)

O padre Roberto conseguiu fazer uma coisa lá no Monte Verde que não existe em lugar nenhum: uma **união**. Lá é assim: se uma pessoa adoece, ela até enjoa, porque um traz o café, outro traz o biscoito... Você não fica sozinho hora nenhuma. (Fátima)

A “união” fomentada por padre Roberto pode ser descrita como um “ambiente familiar”, aspecto que, segundo Fátima, esteve presente no Monte Verde nos idos dos anos 70 e 80. Para ilustrar tal aspecto, ela relata que, na noite de natal, uma verdadeira multidão invadia as ruas do bairro após a celebração da missa: eram as pessoas visitando as casas de seus vizinhos para desejar um feliz natal, comer “um pedacinho de qualquer coisa” e tomar “um copinho de vinho” ou da bebida que estivesse sendo servida. Fátima diz que as pessoas iam passando de casa em casa ao longo de toda a noite.

Um fato emblemático que marca o “movimento comunitário” do Monte Verde consistiu no processo de ampliação de uma escola localizada no bairro, empreendimento que foi executado graças aos esforços de moradores. Fátima recorda-se que muitos de seus vizinhos ajudaram durante a construção, doando materiais e participando da obra.

Não foi nada de Secretaria. O povo é que doou o material. Cada um doava um tanto de tijolo, uns dois ou três sacos de cimento... E todo mundo trabalhando. A mão-de-obra foi de todo mundo. Menino, gente grande, gente velha... Os meus meninos também trabalharam. (Fátima)

As dificuldades para levar adiante a construção da escola são o tema da matéria jornalística que Fátima e Geraldo guardam há quase trinta anos. A folha de jornal preservada pelos dois já está bastante desgastada pela ação do tempo, mas ainda é possível ver com certa nitidez, no alto da página, duas fotografias que retratam a construção. Em uma delas, Geraldo está agachado, manipulando algumas ferragens. Logo abaixo da foto, vê-se a seguinte legenda: “Seu Geraldo, mestre de obras, está tentando recuperar parte da cobertura da escola, danificada pela chuva”. A menção explícita a Geraldo talvez explique o cuidado que com ele e Fátima guardam o velho recorte de jornal.

No texto da matéria jornalística é possível identificar ao menos dois aspectos interessantes: uma caracterização do bairro Monte Verde, do final dos anos 70, e o papel de

destaque que padre Roberto assume em relação aos moradores do local. Quanto ao primeiro aspecto, o Monte Verde é descrito como “um dos bairros mais miseráveis de Belo Horizonte”. A descrição apresentada pelo jornal também ressalta os problemas de infra-estrutura urbana que caracterizavam o local. O texto aponta que, estabelecendo uma ligação entre o Monte Verde e uma rodovia localizada em suas redondezas,

existe somente uma rua asfaltada, estreita e toda esburacada por não suportar o tráfego de coletivos, onde vez em quando morre uma galinha, um cachorro, ou uma criança. No mais, são ruas solapadas, sem nenhuma urbanização. São quarenta mil moradores sem esgotos, cercados por bairros também miseráveis e esquecidos pelas autoridades. (Texto publicado no Jornal Estado de Minas)

O texto da matéria também enumera as pessoas que, naquele período, estavam envolvidas com a paróquia do bairro e que compartilhavam o sonho de ver uma escola de segundo grau construída no local. As pessoas citadas são “o vigário, quatro irmãos de caridade, uma assistente social e uma professora”. Algumas linhas à frente, o texto ressalta ainda o papel desempenhado por padre Roberto à frente dos moradores que estavam envolvidos na construção da escola. Ele é apontado como o responsável por doutrinar o “espírito comunitário” daqueles que viviam no Monte Verde.

Os trabalhadores da escola, na sua maior parte, são os pais dos futuros alunos que aproveitam os fins de semana e feriados para dar sua contribuição, dentro da necessidade e do espírito comunitário doutrinado pelo vigário Roberto, uma espécie de “alma boa” do bairro. (Texto publicado no Jornal Estado de Minas)

Ainda de acordo com a matéria jornalística, a paróquia do Monte Verde desempenhava, no cotidiano do bairro, um papel paralelo ao da prefeitura, que é sutilmente tachada de ineficiente. Certa passagem do texto ressalta que a paróquia de padre Roberto, além de promover “melhorias” para o local, também buscava levar demandas da “comunidade” até os órgãos governamentais, exercendo um papel que geralmente é desempenhado pelas associações de moradores de bairros periféricos. Porém, ao mencionar que um abaixo-assinado seria, “mais uma vez”, entregue ao prefeito da cidade, o texto jornalístico aponta que o papel de mediação desempenhado pela paróquia nem sempre alcançava bons resultados, ao contrário dos mutirões e outras ações que eram promovidos graças ao incentivo de padre Roberto.

A Paróquia (...) funciona como uma espécie de prefeitura pobre do bairro Monte Verde, na falta de maior eficiência das autoridades oficiais da cidade. E, a exemplo da

campanha a favor da construção de uma escola de 2º grau no bairro, ela ainda edita um jornalzinho (...) que não deixa seus moradores assumirem de todo o abandono social. Lembra os focos de hepatite, gastroenterites, esquistossomose e outras doenças que proliferam nas águas que correm pelas ruas, na falta de serviço de esgoto, e pede aos pais, mais preocupados com seus filhos, a assinar um abaixo-assinado que será entregue mais uma vez, nas mãos do prefeito Luís Verano. (Texto publicado no Jornal Estado de Minas)

Os trechos da matéria jornalística que foram apresentados anteriormente ajudam a construir uma narrativa sobre a vida social no bairro Monte Verde do final dos anos 70. Não interessa para os propósitos desta dissertação investigar a fidelidade dessa narrativa em relação aos fatos que realmente ocorriam naquele período, mas simplesmente chamar a atenção para o fato de que tal narrativa contribui para mitificar a “comunidade” que era constituída pelos moradores do referido bairro. “Comunidade” esta que tinha padre Roberto à sua frente.

Tereza costuma expor espontaneamente a admiração que sente por padre Roberto. Com certa regularidade, ela corrobora a narrativa na qual tal vigário assume uma posição de destaque frente aos moradores do Monte Verde. Em suas falas, ela destaca também que o padre estava disposto a sacrificar a si próprio em benefício dos pobres que viviam no local.

Tereza diz que padre Roberto sempre andou de motocicleta e que freqüentemente sofria pequenos acidentes. Por esse motivo, sempre que a mãe dele e outros de seus familiares vinham ao Brasil, eles presenteavam-lhe com um carro, para que ele não precisasse mais se arriscar no alto de uma moto. Quando os familiares do padre voltavam para a Itália, porém, ele vendia o carro e usava o dinheiro para ajudar as pessoas do Monte Verde. Sobre tal acontecimento recorrente, Tereza comenta: “A gente ria demais... Era só a conta da família dele embarcar e ele falava assim: ‘É um absurdo!’ E vendia o carro, investia o dinheiro em prol das pessoas e continuava com a moto”.

Ao falar sobre padre Roberto, Antônio ressalta que tal vigário não assumia uma postura distante em relação aos moradores do Monte Verde. Antônio aponta ainda que, além de estar presente no dia-a-dia das pessoas que viviam no local, padre Roberto assumia o papel de liderança contestadora, não restringindo sua atuação ao âmbito da celebração de missas e outros eventos de cunho religioso. Na visão de Antônio, ele não era simplesmente um sacerdote voltado para suas atividades religiosas, mas acima de tudo, um líder comunitário que lutava por melhorias para o bairro. Era um líder que “corria atrás”.

Ele é aquele cara que contesta, entendeu? O cara que chega e fala: ‘Isso aqui não está legal. Eu não concordo com isso e pronto’. Mesmo dentro do período da ditadura, a

postura dele era essa. Ele sempre lutou, sempre correu atrás, sempre... Não é aquele cara que vai lá rezar a missa e vai embora. É diferente disso. Ele está junto do pessoal, vai até a casa do pessoal, almoça com o pessoal, visita as famílias, vai pra piquenique, toma cachaça e pronto... Vai tocando o barco. É por isso que ele consegue essa aproximação, entendeu? (Antônio)

Reconstruir o passado do Monte Verde, a partir de relatos que coletei, encontra sua justificativa no fato de que Antônio constrói sua atuação como “liderança comunitária” tendo tal bairro como uma referência importante. Tal qual padre Roberto, Antônio também se mostra tributário da idéia de que os moradores de “bairros pobres” devem buscar a “união” para que possam construir, eles próprios, soluções para os problemas que enfrentam.

Conforme o próprio Antônio costuma mencionar, essa perspectiva que orienta o exercício de sua atuação revela-se como sendo fruto do processo de socialização pelo qual passou quando, ao longo da infância e adolescência, acompanhou as atividades que caracterizavam o “movimento comunitário” do Monte Verde. Para Antônio, padre Roberto representa um modelo que lhe indica o modo como as “lutas comunitárias” devem ser praticadas. Trata-se de um exemplo que contribui para que Antônio forje sua maneira de enxergar e praticar a política.

É interessante ressaltar ainda que a imagem que Fátima, Geraldo, Tereza e Antônio compartilham em relação ao Monte Verde é construída tendo o bairro Jequitibá como um contraponto. Este, ao contrário daquele, é um bairro no qual a “união” encontra-se ausente. O estabelecimento de tal contraste é explicitamente declarado por Fátima no seguinte comentário que ela faz acerca do Jequitibá, bairro para onde se mudou em meados dos anos 90.

Aqui falta muito sabe o quê? União do povo. Aqui não tem aquele calor do pessoal do Monte Verde. Aqui não tem aquele calor das pessoas. Aquela... Por exemplo, se a rua está ruim... ‘Vamos todo mundo, gente! Vamos todo mundo lutar! O que nós podemos fazer pra melhorar essa rua?’... Sabe como é que é? Aqui não tem disso não. Lá, se você falasse assim: ‘Oh, gente, Nossa Senhora, nós precisamos resolver isso’. O outro respondia: ‘É mesmo! É sim! Vamos sim!’ Aí, o outro falava: ‘O que nós vamos fazer?’ Aí, um dava uma idéia daqui, outro dava uma idéia dali. E a gente pegava aquele monte de idéias e num instantinho saía alguma coisa daquilo. Agora, aqui, não. Aqui o pessoal é muito parado, muito deixa pra lá... O pessoal aqui não tem aquela vontade. Porque esse bairro já era pra estar melhor do que está, viu? (Fátima)

2.2. O Grupo Força

O bairro Jequitibá nos anos 80

Antônio casou-se com Joana logo no começo dos anos 80, período em que os dois mudaram-se para o Jequitibá. Em tal bairro, eles compraram um lote no qual existiam dois pequenos barracos de alvenaria e uma nascente de água.

Naquela época, o Jequitibá ainda guardava muitas características rurais. A maior parte de suas ruas estava desenhada apenas num mapa que trazia os limites dos lotes e que costumava ser apresentado a possíveis compradores. Em frente ao lote de Antônio e Joana, por exemplo, havia apenas um brejo coberto de mato, cortado por um estreito “trilho” de terra batida. Era por esse “trilho” que os moradores do local caminhavam quando precisavam, por exemplo, ir até a rodovia para esperar por um ônibus que estivesse seguindo em direção ao centro da cidade.

Na época em que Antônio chegou ao bairro, a Escola Estadual Machado de Assis já havia sido inaugurada. Antes dessa inauguração, que havia acontecido na virada da década, as crianças do bairro freqüentavam o “grupinho de tábuas”, uma casa de madeira que havia sido construída, segundo relatam alguns moradores “antigos” do Jequitibá, graças aos esforços de algumas “lideranças comunitárias” do local.

No começo dos anos 80, a escola recém-inaugurada era palco festas organizadas pela diretora. Sobre tais festas, Antônio diz: “naquele tempo, um aparelho de som que estava na moda era o ‘três em um’, lembra? Pois é. Para a Dona Eugênia, diretora da escola, festa era isso. Ela ligava o ‘três em um’ e descolava um bolo e uns refrigerantes”.

Além da Escola Estadual Machado de Assis, outro ponto de encontro que marcava o cotidiano do bairro, naquele período, era a igreja católica do Jequitibá. Nela, além da realização de missas, um grupo de jovens costumava se reunir com certa regularidade.

Gabriel, que nos anos 80 participava de tal grupo, recorda-se que as reuniões realizadas na igreja tinham por objetivo simplesmente promover o encontro de jovens que viviam no bairro. Por vezes, tais jovens também ajudavam na realização das missas.

Ora, ao afirmar que, nos anos 80, o “grupo de jovens da igreja católica” tinha por objetivo “apenas” promover a convivência entre seus participantes e, por vezes, auxiliar no dia-a-dia da igreja, Gabriel chama a atenção para o fato de que tal grupo não buscava se engajar em atividades que redundassem em “melhorias” para o Jequitibá. Não era, portanto, um grupo engajado no “movimento comunitário” do local.

A mudança para o Jequitibá

Antônio e Joana haviam se mudado há poucos meses para o Jequitibá quando um ladrão invadiu o barracão em que moravam e, aparentemente por descuido, deixou uma vela próxima a uma cortina, ateando fogo na moradia do casal. Segundo Antônio suspeita, o ladrão descuidado era um morador do próprio Jequitibá.

No momento do incêndio, Antônio e Joana não estavam em casa, pois haviam ido ao Monte Verde para celebrar a virada do ano. Naquela noite, todos os pertences do casal foram destruídos pelo fogo.

A mãe de Antônio recorda-se que, logo após o incêndio, moradores do Monte Verde mais uma vez deram provas de sua solidariedade. Ela diz que, quando chegou em sua casa, após constatar o estrago que havia acontecido na casa de Antônio e Joana, foi surpreendida pela grande quantidade de doações que encontrou sobre o sofá.

Quando eu cheguei, o sofá estava caindo de coisas. Tinha coberta, tinha mantimento, tinha roupa, tinha tudo. Até então, eu não tinha chorado não. Eu estava forte. Aí, encontro com um menininho que chega com um pedaço de sabão e uma caixa de fósforos e fala assim: ‘oh, dona Fátima, minha mãe mandou isso pra senhora. Era só isso que ela tinha.’ Nessa hora, eu desabei. (Fátima)

A narrativa sobre o incêndio na casa de Antônio é paradigmática para que se possa perceber as distintas representações que ele e seus familiares compartilham acerca do Monte Verde e do Jequitibá. O primeiro seria um local caracterizado pela “união” de seus moradores. Já o segundo seria caracterizado por relações entre vizinhos marcadas por uma certa distância e até mesmo pela hostilidade. Afinal, conforme suspeita Antônio, um morador do Jequitibá teria sido o responsável pelo incêndio em sua residência.

De acordo com Fátima, pouco mais de uma semana após o incêndio, o barracão de Antônio e Joana já havia sido reconstruído. Fátima comenta que ela, o marido e os filhos somaram esforços para realizar a obra. “Juntou todo mundo”, ela diz. Conforme Fátima costuma avaliar, foi a vivência no bairro Monte Verde que ensinou os membros de sua família a se ajudarem mutuamente nos momentos de dificuldade. Foi a solidariedade do Monte Verde que ensinou seus filhos a serem solidários.

Quando Antônio e Joana já estavam vivendo no barracão reconstruído, os dois convidaram Tereza para morar no outro barracão existente no lote que haviam comprado. Graças a esse convite, Tereza pôde se casar Marcelo, que era um morador do Monte Verde.

Incentivados por padre Roberto, nos idos dos anos 80, quando já estavam vivendo no Jequitibá, Antônio, Tereza e Marcelo participaram da criação do Grupo Força, coalizão¹⁴ de jovens que tinha o propósito de promover festas e criar “melhorias” para o local. Conforme Antônio e outros participantes do Força gostam de ressaltar, o Grupo distinguia-se das tradicionais associações de moradores por não apresentar registro ou estatuto e por não ter um presidente escolhido por meio de um processo eleitoral. Apesar da ausência de “um presidente”, moradores do bairro apontam, contudo, que Antônio sempre foi “o líder” do Força. Ele não só foi o responsável por apresentar a outros moradores do Jequitibá a idéia de se criar o Grupo, como também desempenhou, durante vários anos, uma forte influência sobre os demais participantes.

Conforme Antônio costuma ressaltar, a existência do Força era assegurada pelo desejo de alcançar algum objetivo específico que era compartilhado por seus participantes. Quando determinado objetivo era conquistado, o Grupo deixava de existir até que outro objetivo passasse a inspirar seus integrantes. Além disso, outra característica marcante do Força era seu número variável de participantes ao longo do tempo. Conforme ressalta Antônio, em determinadas fases da história do Grupo, as reuniões periódicas, que eram realizadas, geralmente na “escola do bairro”, contavam com dezenas de pessoas. Em outras fases, porém, o quorum das reuniões resumia-se a três ou quatro participantes.

Apesar de ter apresentado um número variável de integrantes, ao longo de sua existência, o Força contava com alguns membros centrais que quase sempre estavam envolvidos nas ações promovidas, tais como Antônio, Tereza, Marcelo e outros. Cabe mencionar ainda que, além de reuniões realizadas na escola, em diversas situações os integrantes do Grupo também se reuniam na casa de Antônio, que ficava no mesmo lote em que Tereza e Marcelo moravam, fato que por si só denota o papel central que tais participantes desempenhavam no Força.

¹⁴ As coalizões, que podem receber o nome de clique, gangue, facção etc., são descritas por Boissevain da seguinte maneira: “The coalitions which people form in their drive to attain their goals are temporary alliances. Although their internal structure and organization vary enormously, all coalitions are built by individuals who are dependent, in different ways, on each other. Because the very existence of a coalition depends not only upon the specific and varied goals and resources of the individuals who compose it, but also on the relations between them, they are unstable. In time, goals alter, resources shift and relations between people change.” (BOISSEVAIN, 1974, p. 170)

Conforme Antônio costuma afirmar com regularidade, a motivação para a criação do Força veio de padre Roberto e da constatação de que o Jequitibá era um bairro em que as relações entre vizinhos eram marcadas por um certo distanciamento.

O padre Roberto veio almoçar aqui em casa, uma vez, quando eu me mudei para cá, e falou comigo um negócio que eu fui entender só depois. Ele falou comigo que o Jequitibá era um bairro dormitório. Eu fui entender depois o que era esse bairro dormitório. É que as pessoas vêm para dormir, levantam, vão trabalhar e voltam pra dormir. Não vivem a realidade do bairro. Aí, não conseguem enxergar os problemas. Não conseguem enxergar como fazer para lutar por eles. (Antônio)

É interessante observar que Antônio também costuma associar o adjetivo “dormitório” empregado por padre Roberto a uma certa “sonolência” que, ainda hoje, caracterizaria a forma como as relações sociais são tecidas no Jequitibá. Estabelecendo um contraste com o Monte Verde, Antônio avalia que tal “sonolência” seria fruto da ausência de um “ambiente familiar” no local.

No Monte Verde, tinha um negócio legal que era família. Era muita família. Você conhecia todo mundo. Você ia pra qualquer lugar, a qualquer hora. Não tinha problema. E, lá no Monte Verde, até hoje (...) se morrer um cachorro na rua, é motivo de festa, entendeu? Aqui não. Eu acho esse bairro triste. Ele não tem esse negócio. Lá no Monte Verde, no período da copa, eles pintam a rua, põem bandeirinhas, é a maior zona. Lá, ainda tem esse esquema de festividade. Aqui, não. Por isso é que fica assim, meio sonolento. (Antônio)

Fátima ressalta que, além de realizar um diagnóstico sobre as relações de vizinhança que caracterizavam o Jequitibá dos anos 80, padre Roberto foi quem sugeriu explicitamente que Antônio buscasse pelo “ouro” e pelos “diamantes” que estavam escondidos naquele local. Sobre esse assunto, ela diz o seguinte: “O padre Roberto falou assim: ‘aqui é uma mina de ouro, tem muito ouro e muito diamante pra ser cavado’”. Ela ressalta ainda que padre Roberto também acompanhava, mesmo que a certa distância, os primeiros passos de Antônio na construção de seu papel de “liderança”: “Padre Roberto, de lá, sempre acompanhava a gente. Ele sempre perguntava: ‘como é que está lá?’”.

A constatação de que a “mobilização comunitária” que deu origem ao Força foi inspirada na maneira como o “movimento comunitário” se organizava no bairro Monte Verde, justamente o local em que Antônio, Tereza e Marcelo viviam antes de se mudarem para o Jequitibá, permite que se faça duas ponderações. A primeira diz respeito ao fato de que uma determinada maneira de se construir o “movimento comunitário” não nasce no vazio, mas sim, surge a partir do papel que é desempenhado por certos atores sociais específicos, que

foram socializados em contextos específicos e que interagem entre si (cf BERGER e LUCKMANN, 1987). Esse é o caso de Antônio, Tereza e Marcelo, que se socializaram no Monte Verde e, só depois, partiram para o Jequitibá, levando consigo algumas idéias sobre o modo como um “movimento comunitário” deveria funcionar.

Já a segunda ponderação diz respeito ao fato de Antônio ter contado com o apoio de Tereza e Marcelo na fase de constituição do Força. Quando buscou estabelecer relações mais próximas com outros moradores do Jequitibá e incentivá-los a participar da “mobilização comunitária” que estava propondo, Antônio já possuía dois “aliados”: sua irmã e seu cunhado. Além disso, é importante ressaltar que Antônio também contou com a ajuda de alguns de seus amigos que moravam no Monte Verde e que, em diversas situações, ajudaram os integrantes do Força na organização das festas que passaram a ser realizadas na escola do Jequitibá. O fato de não estar completamente isolado teve um peso considerável para que Antônio obtivesse sucesso em sua busca por criar o Força, coalizão que constitui o primeiro episódio da construção de seu papel de “liderança comunitária”.

O surgimento do Grupo Força

Sobre o surgimento do Força, Gabriel destaca que, inicialmente, Antônio buscou estabelecer contato com os participantes do “grupo de jovens” que se reunia com certa regularidade na igreja católica do bairro e sugeriu que tais pessoas se envolvessem na “luta” pela construção de um posto de saúde no bairro. Gabriel diz que Antônio

era novo no bairro, acostumado com movimento. Aí, apareceu lá na igreja e foi trocando idéia com a gente. E foi através dessa troca de idéias e desse grupo de jovens que surgiu o Grupo Força. (Gabriel)

Segundo Fátima, a sugestão de se construir um posto de saúde no bairro veio de padre Roberto. Foi ele também quem sugeriu que uma comissão de moradores conversasse com o arcebispo de Belo Horizonte e solicitasse que tal posto fosse construído nos fundos da igreja católica do Jequitibá. No local, já existiam algumas paredes levantadas, cobertas por uma laje. Tratava-se de uma construção que havia sido interrompida antes de sua finalização.

Além de convencer a cúpula da Igreja Católica a autorizar a construção de um posto de saúde nos fundos da igreja do Jequitibá, os integrantes do Força também tiveram de convencer alguns jovens do bairro que desejavam construir um teatro em tal espaço. Antônio diz, porém, que convencer esses jovens foi fácil.

Foi ser curto e grosso. Foi só falar o que é: o pessoal só vai ao teatro se tiver saúde, se tiver educação, se tiver segurança, se tiver rua pra chegar lá. Se você tem um bairro cheio de meninos barrigudos pela rua afora e pessoas cortando o dedo e indo até a rodovia pra pedir carona pra ir pro pronto socorro, você vai fazer um teatro? Tinha acabado de ser inaugurado o prédio da escola, que antes era uma casinha de tábua. Então, se você já tem “educação”, entre aspas, dentro do bairro, de um bairro que era ilegal, qual era a perspectiva? Saúde. Só que, quando nós falamos pra prefeitura, ela não quis. Aí nós falamos: ‘então nós vamos começar a fazer’. (Antônio)

O comentário de Antônio, apresentado anteriormente, deixa claro um aspecto relevante acerca de seu modo de agir. Ele e outros integrantes do Força também encaminhavam demandas a agentes governamentais que atuavam na administração do município. Essa, porém, não era a única maneira como atuavam. Frente ao não atendimento dessas solicitações, eles próprios buscavam criar alternativas para atender a tais demandas.

Para dar início à construção do posto de saúde, os integrantes do Força promoveram uma campanha nos moldes de uma que havia sido realizada por padre Roberto, quando este incentivou os moradores do Monte Verde a construir uma escola de segundo grau no local. Sobre essa “mobilização” realizada no Monte Verde, Antônio afirma:

O padre Roberto fez uma campanha do tijolo na igreja. Se você tinha um tijolo jogado no seu terreno, você pegava o tijolo, levava na igreja e fazia a doação. Aqui também, no Jequitibá, nós fizemos uma campanha como aquela. (Antônio)

Gabriel comenta que, na fase em que realizaram a campanha para doação de materiais de construção, foi difícil convencer moradores do bairro a colaborar, pois “o povo estava desacreditado”. A maioria dos moradores do Jequitibá, segundo relata Gabriel, não se mostrava disposta a contribuir, pois supunha que o Força era semelhante à principal associação de moradores do local, bem como a tantas outras associações que haviam surgido ao longo da história do bairro, que tinham pouquíssimas ou mesmo nenhuma ação local concreta. Gabriel relata que foi preciso “muita conversa” para convencer moradores do bairro de que os integrantes do Força estariam dispostos a agir de forma diferente.

As pessoas achavam que seria a mesma coisa, o mesmo grupo, o mesmo trabalho. Achavam que a gente ia fazer o mesmo trabalho. Ou melhor, não fazer o mesmo trabalho, porque eles não faziam, né? Então, achavam que a gente não ia fazer. (Gabriel)

Gabriel aponta que o Força, desde seu surgimento, já se apresentava como uma alternativa a tal associação de moradores. E, conforme Gabriel ressalta, os integrantes do Grupo buscaram deixar clara essa distinção. De certa forma, a iniciativa surgiu tendo a associação como uma referência negativa. E, da mesma forma que o Força constituiu-se em contraste com tal entidade, Antônio buscou construir sua imagem em contraste com a imagem das “antigas lideranças” do bairro. É interessante observar que, em suas reflexões teóricas, Boissevain destaca que um dos aspectos que costumam caracterizar as coalizões é a presença de “rival or competing units in the environment” (1974, p. 173). No caso do Força, a “unidade rival” era a principal associação de moradores do Jequitibá.

É comum ouvir pessoas que vivem no Jequitibá afirmarem que, nos anos 80, e mesmo antes disso, as “antigas lideranças” do bairro agiam impulsionadas pela “ vaidade”, sentimento que é apontado como sendo a razão de tais “líderes” terem empreendido, ao longo da história, diversas disputas entre si. Tais disputas redundavam na criação, em tal bairro, de diferentes associações. Vera – que vive no Jequitibá desde o final dos anos 60, atuou como “liderança comunitária” durante um longo período e, atualmente, está em seu segundo mandato como vereadora pelo PT – avalia que as disputas entre os presidentes das associações que existiam no bairro impediam o surgimento, no Jequitibá, de uma entidade forte que detivesse o monopólio da representação local.

No início da formação deste bairro, havia várias lideranças, mas cada uma pendendo pra um lado. Aquela coisa do poder, da vaidade de ser presidente, né? (...) Então, aqui chegou a ter quatro associações. (...) E cada presidente com uma cabeça. Tipo assim: ‘eu é que faço, eu é que fiz, eu é que vou fazer’. Não havia uma certa união. E isso, você sabe que contribui muito para o péssimo desenvolvimento de um bairro, pois onde tem divisão, não tem crescimento, né? O bairro era muito dividido. (Vera)

Vera ressalta que no Jequitibá “não havia uma certa união”. É importante salientar, porém, que a “união” a que faz referência não é exatamente a mesma “união” que seria um aspecto marcante da vida social no Monte Verde dos anos 70 e 80. Para Vera, a falta de “união” consistia na existência de diversas associações de moradores em disputa. Não havia, segundo ela, uma entidade em torno da qual todos se agregassem. Já a “união” que Antônio costuma mencionar, referindo-se ao Monte Verde de sua infância e adolescência, pode ser traduzida, sobretudo, como sendo o “ambiente familiar” que levaria as pessoas de tal localidade a somar esforços para empreender “melhorias” para o bairro. As duas acepções do termo “união”, contudo, não se contradizem. Elas são apenas distintas. E, como será demonstrado nos capítulos seguintes, Antônio almeja, em sua atuação como “liderança”,

promover a “união” nessas duas acepções: ele busca tanto fomentar a criação de um “ambiente familiar” no Jequitibá, bem como busca “unir” o maior número possível de representantes de entidades presentes na região para que possa empreender, tendo tais representantes como seus “aliados”, as “lutas comunitárias” que propõe.

Tal qual Vera, Gabriel também aponta que, nos anos 80, havia diversos “líderes comunitários” do Jequitibá que queriam ter sua própria associação de moradores. Ao mencionar tal fato, Gabriel busca ressaltar, porém, que os membros do Força agiriam de maneira diferente. Conforme afirma, eles não eram movidos pela “ vaidade” que impulsionaria as “antigas lideranças” do local.

Havia várias divisões no Jequitibá e cada um queria ter uma associação para si próprio. O bairro era este: cada um queria criar sua própria associação. E nós não tínhamos interesse nenhum nisso. A gente queria um grupo simplesmente pra trabalhar e pronto. Tanto é que a gente não queria ter registro nem nada. (Gabriel)

É interessante observar como Gabriel costuma ressaltar que os interesses que moviam os integrantes do Força eram diversos daqueles que moviam as “antigas lideranças” que buscavam se envolver nas associações de moradores do Jequitibá. Tal distinção é reforçada quando Gabriel aponta que os integrantes do Força não queriam que tal coalizão fosse formalmente registrada.

Em seus comentários, Gabriel revela a existência de uma certa avaliação moral que contribui para atribuir uma “má reputação” para aqueles que estavam às voltas com as associações e, conseqüentemente, para atribuir uma “boa reputação” para os integrantes do Força. Ao desqualificar as “antigas lideranças”, Gabriel promove uma qualificação dos integrantes do Força.

Gabriel também ressalta a existência de uma oposição entre o Força e as associações de moradores ao mencionar que, em determinado momento da história do bairro, uma certa “liderança comunitária” do local começou a “virar de lado”. Ele diz que tal “liderança” estava engajada no cotidiano da principal associação de moradores do Jequitibá, “mas começou a virar para o nosso lado, quando viu que o nosso negócio era sério”. Ainda de acordo com Gabriel, o surgimento do Força fez surgir uma rivalidade entre Antônio e seus “aliados”, de um lado, e o presidente da principal associação de moradores do Jequitibá, de outro. Sobre tal tema, Gabriel afirma: “o presidente da associação não aceitava que a gente fizesse um trabalho paralelo”.

As festas na escola

Conforme mencionado, o primeiro passo para viabilizar a construção de um posto de saúde no Jequitibá consistiu na realização de uma campanha de doação de materiais de construção nos moldes daquela que havia sido realizada por padre Roberto, na época em que se construiu uma escola de segundo grau no bairro Monte Verde. Já o passo seguinte consistiu na realização de festas no pátio da escola do Jequitibá. Era por meio de tais festas que os integrantes do Força arrecadavam o dinheiro utilizado para pagar àqueles que trabalhavam na construção do posto.

O primeiro caminhão de pedras foi um moço que tirava pedras lá na beirada do rio que doou. Um moço doou o caminhão de pedras, outro doou o carreto e nós fomos lá e enchemos o caminhão de pedras e trouxemos pra cá. E outros doaram um caminhão de areia, os depósitos doaram sacos de cimento... E aí, a gente ia fazendo. A gente contratava mão-de-obra, porque num bairro onde todo mundo estava arregaçado, todo mundo precisando de serviço, o desemprego comendo solto, não tinha como a gente pedir aos outros pra fazerem trabalho voluntário. Por isso, a gente pegava o dinheiro das festas e pagava. Tinha época em que a gente tinha dois pedreiros e três serventes trabalhando na construção. (Antônio)

Gabriel comenta que, mesmo antes de passarem a promover festas na escola, os integrantes do Força realizaram, durante certo período, um mutirão para levar adiante a obra de construção do posto de saúde, usando os materiais que haviam sido arrecadados por meio de doações. Sobre esse assunto, ele diz: “a gente deu o pontapé inicial”.

O mutirão para dar “o pontapé inicial” na obra de construção do posto, porém, não durou muito tempo e as festas rapidamente passaram a ser o foco de atenção daqueles que participavam do Força. Nessa fase, a rotina dos integrantes do Grupo era marcada pela realização de uma festa no sábado, pela limpeza da escola no domingo, e pela realização de uma reunião, na escola, durante a semana. Tal reunião era aberta a todos que quisessem se envolver nas atividades promovidas pelos membros do Força. Antônio comenta que, durante certo período, um tenente da polícia militar (PM) costumava participar de tais encontros, pois era a PM que garantia a segurança das festas. Antônio diz que, geralmente, os participantes de tais encontros eram, além de alguns membros do núcleo central do Força, “representantes da igreja católica, da escola, da PM e outras pessoas da comunidade”.

Ora, para aqueles que atuam no âmbito do “movimento comunitário”, é de grande valor estabelecer alianças com atores sociais que ocupam posições estratégicas nas entidades locais, tais como escolas e igrejas. Essas alianças, além de garantirem que festas

possam ser realizadas, também constituem um caminho para que determinadas “lideranças” sejam reconhecidas como “representantes” do bairro. Para que desfrutem desse reconhecimento social, tais “lideranças” precisam reunir alguns atores sociais “estratégicos” no rol de seus “aliados”.

Tereza avalia que o apoio da diretora da escola, Dona Eugênia, foi de grande importância para a constituição do Força. Era na escola que aconteciam as festas e a maior parte das reuniões do Grupo.

Ela sempre abriu as portas pra gente. Foi com a ajuda dela, permitindo que a gente se reunisse na escola, que a gente usasse o espaço da escola, que a gente construiu o Grupo Força, que a gente construiu o posto, que a gente conseguiu muita coisa pro bairro. (Tereza)

O comentário de Tereza aponta que a Escola Municipal Machado de Assis, já nos anos 80, havia se transformado num “palco” de grande importância para a “encenação” dos eventos que pontuam o “movimento comunitário” do bairro. Como será demonstrado mais adiante, tal escola constitui-se, ainda hoje, num local de importância central para a realização de diversas atividades desenvolvidas pelas “lideranças comunitárias” do Jequitibá.

À medida que as festas foram acontecendo e a obra do posto de saúde foi sendo realizada, o grupo Força foi adquirindo prestígio dentro do bairro, passando a atrair um número maior de pessoas. Sobre o papel de destaque que o Força passou a desempenhar, Antônio afirma, por exemplo, que “o grupo de jovens da igreja católica rapidinho acabou. O pessoal saiu de dentro do grupo de jovens para ir pra dentro do Grupo Força”.

É interessante observar que as festas promovidas pelo Força não respondiam unicamente ao propósito de arrecadar fundos para a construção do posto de saúde. Elas consistiam, antes de mais nada, em eventos que proporcionavam a convivência entre vizinhos. Antônio aponta que tais festas eram momentos de lazer que tinham por objetivo estimular a sociabilidade no Jequitibá – que, conforme já destaquei, para ele era um bairro “triste” e “sonolento”.

Não tinha nada no bairro, não tinha um barzinho bom... Nada, entendeu? E a idéia era fazer um movimento: trazer uns negócios que tinham lá no Monte Verde pra cá. E eu tinha um pessoal, chegado meu lá do Monte Verde, que vinha ajudar. Vinha todo mundo. Descia geral pra montar o esquema e juntava com o pessoal daqui. (Antônio)

O negócio pra nós era uma bagunça, na realidade, entendeu? Um jeito de fazer bagunça. E o pessoal gostava. (...) Aqui, não havia um lugar em que você encontrasse

um espetinho, em que você encontrasse uma batatinha frita, e isso nós oferecemos. Nós pegávamos a cantina da escola e transformávamos ela num bar. (Antônio)

Antônio aponta que essa tentativa de “fazer um movimento” no Jequitibá consistia numa busca por fomentar a construção de relações de vizinhança no bairro, fazendo surgir um “ambiente familiar” no local. As festas na escola consistiam em momentos de sociabilidade que, para Antônio, representavam uma tentativa de “se fabricar” uma “comunidade” no âmbito do Jequitibá. Sobre tal tema, Alvito (2001) corrobora o ponto de vista defendido por Antônio ao apontar que as atividades de lazer promovidas em Acari, favela da cidade do Rio de Janeiro, efetivamente contribuíam para a criação de uma identidade comunitária no local. “As festas, as atividades esportivas, tudo aquilo que os moradores de Acari costumam chamar de ‘nosso lazer’ são por excelência atividades coletivas que forjam uma identidade comunitária” (ALVITO, 2001, p. 133).

Quando comenta que, nos anos 80, a diretora da escola, Dona Eugênia, já promovia festas, Antônio ressalta que os eventos que passaram a ser realizados pelo Força demandavam um esforço maior de produção e atraíam uma quantidade maior de pessoas. Ele aponta, por exemplo, que enquanto as músicas que animavam as festas da diretora eram garantidas por um aparelho de som de uso doméstico, as festas do grupo Força contavam com inúmeras caixas de som de grande porte e com “luzes piscando pra tudo quanto é lado”.

Para ilustrar a dimensão das festas que passaram a ser realizadas no Jequitibá pelos integrantes do Força, Antônio comenta:

Eu não me esqueço, por exemplo, que, na primeira festa que realizamos, vendemos 60 quilos de batata frita, 18 quilos de carne e 24 caixas de cerveja! Era muito trabalho! E isso, num lugar em que não tinha nada, quase ninguém tinha carro, e a gente tinha que ir muito longe para conseguir o gelo, por exemplo. Você imagine o que era preparar tudo isso, todo sábado. Mas a gente fazia com prazer, era gostoso. (Antônio)

O envolvimento de Antônio na realização de festas na escola não pode ser deixado de lado quando a proposta é compreender por quais caminhos ele buscou construir o seu papel de “liderança comunitária”. Foi em tais festas que Antônio pôde estabelecer relações face a face com um número expressivo de moradores do Jequitibá e, dessa forma, tecer inúmeras relações com pessoas que viviam no local, processo imprescindível para que ele pudesse ter seus atos avaliados e, conseqüentemente, para que alcançasse certo reconhecimento social. Corroborando a interpretação de que a promoção de festas são momentos importantes no processo de

construção de “lideranças comunitárias”, Alvito (2001) aponta que, dos sete “líderes” que identificou em Acari, seis estão ou estiveram envolvidos na realização de atividades de lazer.

Ao compararmos os líderes comunitários, enfatizamos as diferenças existentes entre eles. Há, entretanto, um elemento comum a quase todos eles. Com exceção de um, justamente o evangélico, todos os outros participam ou já participaram de atividades que eles chamam de “lazer”: futebol, caipira, samba, forró. De fato, foi nessas atividades que eles se constituíram como figuras centrais de relações diádicas (isto é, face a face, diretas, entre dois indivíduos). Essas atividades, sem dúvida, envolvem *pessoas* e não *indivíduos*, ligam-se a comportamentos simbólicos, e não a relações contratuais, sendo propícias ao estabelecimento de vínculos sentimentais entre os seus participantes. (ALVITO, 2001, p. 132)

Outras ações do Grupo Força

Para Antônio, a história do Força pode ser dividida em duas etapas distintas. Na primeira, faz-se a construção do posto de saúde. Na segunda, o muro em torno da Escola Estadual Machado de Assis.

O processo de construção do muro foi semelhante àquele que levou à construção do posto: festas eram realizadas no pátio da escola e o dinheiro arrecadado era investido na contratação da mão-de-obra. Além do muro, os integrantes do Força também construíram, durante essa segunda fase, uma quadra de esportes na escola. O muro, porém, costuma ser citado como a obra mais marcante do período.

Quando à segunda fase do Força, cabe mencionar um aspecto particular: a construção do muro em torno da escola, bem como a criação de uma quadra de esportes em tal instituição, são dados que confirmam que, em tal bairro, as escolas (notadamente a escola mais antiga) são locais em que as “lideranças comunitárias” buscam marcar presença, quer seja realizando eventos nesses espaços, quer seja promovendo intervenções na infra-estrutura dos imóveis, quer seja realizando atividades que envolvam alunos, professores e funcionários dessas instituições. No Jequitibá, as “lideranças comunitárias” buscam, com certa regularidade, intervir no cotidiano das escolas, fato que leva à “politização” desses locais. No caso da Escola Estadual Machado de Assis, que ainda é apontada como “a escola do bairro”, mesmo não sendo mais a única, esse fenômeno revela-se de maneira bastante evidente.

Ao organizar as atividades promovidas pelo Força em dois momentos distintos, Antônio chama a atenção para a informalidade de tal grupo, fato que garantiria a seus

integrantes a liberdade de interromperem, quando bem entendessem, as ações que vinham promovendo no cotidiano do bairro.

O Grupo Força não era institucionalizado também por causa disso. Nós gostávamos, e eu até hoje gosto disso, de guardar nossa liberdade... O dia que você se aborrecer, porque você está cansado, pra que você vai fazer? Você não é obrigado a fazer não. Então, nós garantíamos um tempo pra nós também. Quando terminava um negócio ali, todo mundo cismava de viajar, de sumir, e ficava um tempo. O Grupo Força aparece uma vez, depois ele acaba, depois ele retorna e faz o muro da escola. (Antônio)

A partir do comentário exposto anteriormente, é possível perceber, mais uma vez, o estabelecimento de uma distinção entre o Grupo Força e as associações de moradores que estavam presentes no Jequitibá. Ao contrário destas, a existência do Força estaria assegurada simplesmente pela realização de “melhorias” para o bairro. Quando determinado objetivo era alcançado (como, por exemplo, a construção do posto de saúde), o grupo deixava de existir temporariamente, ressurgindo apenas no momento em que outro objetivo passasse a motivar seus integrantes (como, por exemplo, a construção do muro em torno da escola). Conforme Antônio busca ressaltar, a existência do Força não estaria, portanto, assegurada por um registro ou por um estatuto, mas sim pela vontade de seus integrantes de promoverem uma “mobilização” em prol de um objetivo específico. Ao ressaltar esse aspecto, Antônio busca atribuir certo valor ao Força e, por consequência, à sua própria atuação.

Pelo apresentado até o momento, está evidente que Antônio e seus “aliados” buscam reiteradamente diferenciar a maneira de atuação dos integrantes do Força daquela empreendida pelos dirigentes das associações de moradores que já estavam presentes no Jequitibá, desde os anos 70. É preciso apontar, porém, que, a certa altura, os integrantes do Força passaram a utilizar o prestígio que haviam alcançado para eleger aqueles que iriam presidir a principal associação de moradores do bairro. A proposta, segundo Gabriel, era eleger um presidente que passasse a atuar ao lado do Força que, por vezes, precisava utilizar “os papéis da associação” para, por exemplo, formalizar o recebimento de doações ou mesmo encaminhar “ofícios” para representantes de órgãos públicos. A esse respeito, Gabriel tece o seguinte comentário: “a gente foi vendo que as coisas ficavam difíceis sem o registro, foi aí que veio a necessidade de uma associação paralela trabalhando junto com a gente”.

Antônio cita três ocasiões em que os integrantes do Força ajudaram a eleger “candidatos de oposição” para a presidência da principal associação de moradores do Jequitibá. Ele avalia, porém, que as vitórias nas urnas não garantiram que os presidentes eleitos passassem a atuar de acordo com os valores defendidos pelo Força. Segundo avaliação

de integrantes do Grupo, os presidentes eleitos fatalmente acabavam por atuar da mesma maneira que as “antigas lideranças”, ou seja, passavam a atuar isoladamente e movidos pela “ vaidade”. Depois dessas três tentativas frustradas, Antônio diz que os integrantes do Força desistiram, por fim, de intervir nas campanhas eleitorais para a presidência da associação.

De acordo com Gabriel, um dos objetivos do Força ao apoiar candidatos à presidência da principal associação de moradores do Jequitibá era promover uma eleição que contasse com uma quantidade tão expressiva de votos que levaria a referida entidade a se firmar como a mais representativa associação do local. “Nossa proposta era tirar um presidente, unir todo mundo e formar uma só associação para trabalhar todo mundo junto”. Isso, porém, foi uma proposta que, segundo relatam Antônio e Gabriel, não se efetivou.

Apesar desse fracasso, o envolvimento do Força nas eleições para tal associação contribuiu para que a entidade assumisse o status de “principal” associação de moradores do Jequitibá. Um status que tem se sustentado até os dias atuais, provavelmente também devido à longevidade dessa associação, que surgiu há mais de trinta anos. Pude constatar a manutenção desse status em algumas situações nas quais vi, por exemplo, moradores do Jequitibá identificarem Sérgio, o atual presidente da associação, com sendo “o presidente do bairro”.

2.3. O modo de agir das “antigas lideranças”

Pela “reconstrução do passado” apresentada anteriormente, é possível depreender o que Antônio costuma ressaltar: que sua construção como “liderança comunitária” deu-se em contraposição àqueles que ele e seus “aliados” costumam identificar pela alcunha de “antigas lideranças”. Trata-se de uma classificação que geralmente recai sobre “antigos” presidentes de associações de moradores do bairro que, na avaliação de Antônio e de seus “aliados”, eram movidos pelo interesse de tirar proveito pessoal da posição que ocupavam. De acordo com tal avaliação moral, tais “lideranças” eram movidas pela “ vaidade” e atuavam de maneira “autoritária”, desenvolvendo ações isoladamente.

No que tange ao “isolamento” de tais “lideranças” que estavam à frente das associações de moradores, cabe mencionar que esse é um fenômeno que pode ser facilmente identificado em outros contextos sociais. Em sua descrição acerca das associações de moradores que marcam presença em Acari, Alvito (2001) aponta, por exemplo, que o dia-a-dia de tais entidades gira em torno da atuação isolada de seus presidentes que, eventualmente, contam apenas com o auxílio de uma secretária. Sobre tal tema, o autor escreve:

Em todas as associações de moradores de Acari, o *staff* burocrático resume-se ao presidente e, no máximo uma secretária. Os inúmeros diretores – de patrimônio, de obras, de esportes etc – existem apenas no papel. Encontrei apenas uma exceção que, na prática, confirmava a regra: certa associação contava com um diretor de obras extremamente atuante ao lado do presidente. Acontece que a área de abrangência daquela associação poderia ser dividida em duas. De um lado um setor mais rico (considerado a “Zona Sul” de Acari), com grande concentração de comércio e “boas casas”, onde os problemas básicos de infra-estrutura (luz e rede sanitária) estavam razoavelmente resolvidos. Do outro lado, um setor bem pobre, “nos fundos da favela”, cheio de becos e com inúmeros problemas, sobretudo na rede sanitária. Ora, o presidente vinha do setor mais rico, enquanto o seu diretor de obras era dono de uma barraca, chefe de uma “caipira” e figura bastante respeitada no outro setor. É claro que, nesse caso, havia uma hierarquia: o presidente, sendo do setor mais rico, não “botava a mão na massa”, ao contrário do diretor de obras’ (ALVITO, 2001, 123-124).

Algumas “antigas lideranças” do Jequitibá também são explicitamente tachadas de desonestas. Um morador do bairro que, durante certo período, foi presidente da principal associação do local, por exemplo, costuma ser freqüentemente acusado de ter praticado diversas “pilantragens” durante seu mandato.

Ao falar sobre o “movimento comunitário” do Jequitibá, Eduardo – que foi viver no bairro no início dos anos 90 e que participa atualmente de algumas “lutas” empreendidas pelo Conselho, tendo até mesmo presidido tal entidade durante certo período – aponta que foram justamente os “espertalhões”, pessoas que buscavam alcançar vantagens pessoais, os responsáveis pelo esfacelamento do Força. Esses “espertalhões” são “lideranças” que se envolveram nas atividades promovidas pelo Força, mas que, num segundo momento, passaram a ser identificadas pela alcunha de “antigas lideranças”. Em parte, tal categoria de acusação denota que tais “lideranças” estariam mais interessadas em ocupar postos de direção em associações de moradores.

Muitas pessoas eram lesadas também pelas lideranças do bairro, não todas as lideranças... E eu acho que o Grupo Força foi vítima disso. O esfacelamento foi causado por isso. Cada um queria seu pedaço, cada um queria se sobressair. Eu não tenho essa história, mas a radiografia que eu tiro é essa. Muitas pessoas que eu conheci, que participaram do Grupo Força, (...) são pessoas que têm uma discussão política bacana, com linha de atuação, mas que, em se vendo numa oportunidade de se dar bem... E, naquela época, os políticos faziam muito isto: reúne o povo lá que eu coloco as manilhas lá pra você, reúne o povo lá que eu te dou os tijolos pra fazer o muro, pega os votos lá com a turma que eu te dou areia e cimento. Entendeu? Era aquele curral. E isso, num primeiro momento, as pessoas que já tinham essa índole, de querer levar vantagem... Isso aí você sabe que mina qualquer grupo. (...) Eu acho que o Grupo perdeu a força. Não estou aqui dizendo que eu tenho a palavra, mas eu acho que perpassa por essa questão de ‘eu me dar bem’. E aí, as pessoas que não concordavam, naturalmente se distanciaram. (Eduardo)

Conforme foi apresentado ao longo deste capítulo, a categoria “antigas lideranças” não se refere estritamente a moradores que, no passado, atuaram à frente de associações do local, mas que saíram de cena, nos últimos anos. Trata-se, acima de tudo, de uma avaliação moral que desqualifica tais “lideranças” e, por consequência, ressalta o modo como Antônio e seus “aliados” atuam nos dias de hoje.

Ora, tomando como referência as formulações teóricas de Hall (2000, 2002), é possível afirmar que a construção de qualquer classificação se faz por contraste com outras classificações da mesma natureza. Ao tacharem alguns moradores do Jequitibá como sendo “antigas lideranças”, portanto, Antônio e seus “aliados” estariam promovendo uma construção de si próprios, uma vez que estariam ressaltando o modo como atuam de maneira diferenciada. Conforme aponta Hall, uma identidade coletiva é definida a partir de outras identidades, ou seja, a partir de algo que está fora, a partir de algo que não é. Para adquirir seus contornos, uma identidade precisa de uma referência externa.

As identidades são construídas por meio da diferença e não fora dela. Isso implica o reconhecimento radicalmente perturbador de que é apenas por meio da relação com o Outro, da relação com aquilo que não é, com precisamente aquilo que falta, com aquilo que tem sido chamado de seu exterior constitutivo, que o significado “positivo” de qualquer termo – e, assim, sua “identidade” – pode ser construído (Derrida, 1981; Laclau, 1990; Butler, 1993). (HALL, 2000, p. 106)

Para encerrar o capítulo, cabe citar um exemplo que ilustra a maneira como se dá o processo de desqualificação das “antigas lideranças” do bairro. Certo dia, eu, Ivete e Antônio estávamos conversando, quando este comentou que, num passado recente, todos os anos, na sexta-feira da semana santa, um grupo de pessoas percorria as ruas do Jequitibá encenando a Paixão de Cristo. Em seguida, ele mencionou que, em tal celebração, Cristo costumava ser interpretado pelo presidente da principal associação de moradores do local, aquele mesmo que, nos idos dos anos 80, entrou em atrito com os integrantes do Força. Segundo Antônio, durante tal procissão, os moradores do bairro que interpretavam os guardas aproveitavam o ensejo da encenação para açoitar verdadeiramente o presidente que percorria as ruas do Jequitibá, carregando uma cruz em suas costas. De acordo com Antônio, dar chicotadas reais no Cristo de mentira era a forma que moradores do Jequitibá haviam encontrado para descarregar a raiva que sentiam pelo fato de que o referido presidente revelava-se particularmente interessado em tirar vantagens da posto que ocupava na associação.

Durante a referida conversa, constatei que Ivete – jovem de aproximadamente 19 anos que ministra um curso de informática na sede do Conselho – também conhecia a história acerca do presidente que apanhava durante as encenações da semana santa. Ao que parece, trata-se de uma história que circula pela vizinhança e que contribui, cada vez que é atualizada em conversas cotidianas, para promover a desqualificação de uma “antiga liderança”.

3. ANTÔNIO E O CONSELHO COMUNITÁRIO

Neste capítulo, busco apresentar como se deu a constituição do Conselho Comunitário do Jequitibá, entidade que surge a partir de uma sugestão de Antônio e por meio da qual ele constrói, nos dias de hoje, o reconhecimento social de que necessita para empreender suas “lutas comunitárias”. Ora, é claro que uma entidade tal como o Conselho não nasce no vazio, nem é fruto da imaginação de um ator social específico, que estaria apartado do mundo social. Ao contrário, ela resultada de certas condições sociais específicas, além de ser fruto de idéias que germinam e que se remodelam no tempo e no espaço. Meu intuito, porém, não é mapear a gênese das idéias que concorreram para que se criasse no Jequitibá um conselho comunitário, mas simplesmente reconstruir brevemente algumas relações sociais que foram importantes para que a entidade passasse a existir, ressaltando principalmente quais foram as pessoas que estiveram envolvidas em tal empreendimento. Compreender a natureza de tais relações sociais será particularmente importante para o propósito do capítulo subsequente, no qual centro minha atenção em certos eventos que explicitam de maneira mais contundente como a *pequena política* (BAILEY, 1971) é praticada por “lideranças comunitárias” do Jequitibá, bem como por pessoas “de fora” do bairro que mantêm certas relações de cooperação com tais “lideranças”.

No presente capítulo, após apresentar a “breve história do Conselho”, foco minha atenção nos “projetos sociais” que os participantes de tal entidade passaram a desenvolver algum tempo após a sua fundação. Meu interesse é apontar como tais “projetos” garantem a Antônio certo reconhecimento social tanto “dentro” quanto “fora” do bairro. Cabe mencionar que, graças a esse reconhecimento, ele tem mais facilidade para apresentar reivindicações a agentes governamentais e para ampliar seu número de “parceiros”. Por fim, exponho alguns exemplos que ilustram como certos comportamentos que Antônio pratica, em seu dia-a-dia, tais como favores e serviços que presta a moradores do bairro, contribuem para a ampliação de seu *capital pessoal* (Bourdieu, 2005).

3.1. O surgimento do Conselho

A bem-sucedida campanha de Vera Resende à Câmara Municipal

Em 2000, a campanha eleitoral que levou Vera à Câmara Municipal de Belo Horizonte contou com o apoio de várias “lideranças comunitárias” do Jequitibá. Muitos participantes do

já “esfacelado” Grupo Força, por exemplo, manifestaram sua adesão à busca de Vera por um mandato como vereadora. Sobre tal período eleitoral, Tereza comenta: “a gente tinha faixa com o nome dela e tudo o mais. O Antônio também tinha. Ela tinha uma equipe muito boa, antes”. Tereza relata, ainda, como era o trabalho desenvolvido pelos apoiadores da então candidata: “a gente tentava mostrar, pras pessoas importantes, a necessidade de ter uma vereadora do bairro. A gente conversava com todo mundo, participava das reuniões...”.

De certa forma, a campanha que alçou Vera ao posto de “vereadora do Jequitibá”, confunde-se com a “mobilização” que levou ao surgimento do Conselho. As “conversas” que levaram à constituição de tal entidade tiveram início em 2000, justamente na fase em que a campanha de Vera estava se desenrolando.

Na época da campanha, Cristiano, um dos integrantes do então extinto Grupo Força, mantinha em sua casa um bar que se tornou um dos pontos de encontro das pessoas que apoiavam a candidatura de Vera. Sobre tal fato, o próprio Cristiano comenta: “na época eu servia até almoço pra galera que estava trabalhando”. Naquele período que antecedeu as eleições, o bar de Cristiano foi também o local em que a idéia de se criar o Conselho começou a ganhar força e a conquistar adeptos.

Antônio, que também apoiava a candidatura de Vera (mesmo não tendo trabalhado de maneira remunerada para a então candidata), é visto como o mentor da idéia de se criar um conselho comunitário no bairro. Sobre tal tema, ele próprio afirma que, naquele período de campanha, apresentou tal proposta para Reinaldo, que trabalhava diretamente no comitê eleitoral de Vera. A idéia de Antônio era que o Conselho e o mandato de Vera caminhassem lado a lado.

Eu estava com esse negócio do Conselho formatado na minha cabeça. E eu escrevia sobre ele e tal. Aí, teve um dia que eu acabei de escrever e apresentei a idéia pro Reinaldo, que sempre ficava no comitê da Vera. Eu apresentei e falei: ‘que tal se o mandato assumisse essa postura aqui?’ Aí, o cara avaliou, achou muito legal e apresentou pra ela. Foi, então, que começou a idéia de se criar o Conselho. (Antônio)

A proposta era criar, no Jequitibá, um conselho que reunisse representantes de todas as demais entidades presentes no local para que, dessa forma, os integrantes de tal instituição pudessem alcançar maior reconhecimento social (tanto “dentro” quanto “fora” do bairro) para empreender suas “lutas comunitárias”. A idéia era que, se o Conselho promovesse a “união” de “todos”, seus integrantes poderiam pressionar o “poder público” de maneira efetiva. Além disso, em razão de tal “união”, os moradores do bairro enxergariam o Conselho como a principal entidade representativa do Jequitibá.

Mesmo corroborando a versão de que foi Antônio quem trouxe à tona a idéia de se criar o Conselho, Reinaldo ressalta a contribuição pessoal que deu para a elaboração do perfil de tal entidade. Ele defende que, “na verdade, o Conselho já existia mesmo antes de ser concebido”. Reinaldo justifica sua afirmação dizendo que, nove anos antes de Antônio apresentar-lhe a proposta de se criar o Conselho, ele próprio esteve envolvido na elaboração de um seminário que reuniu representantes de diversas entidades do local. Tal atividade foi promovida a partir da principal associação de moradores do bairro e o objetivo era que os participantes do evento contribuíssem com a elaboração de listas de reivindicações que seriam, posteriormente, encaminhadas a vários órgãos governamentais. O seminário citado por Reinaldo tinha, tal qual o Conselho, o objetivo de promover, no bairro, a “união” de representantes de entidades, buscando, assim, neutralizar a fragmentação que caracterizava o “movimento comunitário” local. Para Reinaldo, o referido seminário foi um “protótipo” do Conselho.

Nossa comunidade era muito dispersa e as lideranças que existiam, embora tivessem, e têm, até hoje, boa vontade para fazer as coisas, não tinham o conhecimento, não tinham a cultura necessária. Era como se fosse um time de futebol formado na hora. Cada um chutava pra um lado. Eles não tinham nenhuma visão de futuro. (...) Foi então que, em 91, eu tive uma idéia, juntamente com o Maurício, que era o presidente da associação, na época. (...) Eu falei: Maurício, vamos convocar as lideranças do bairro pra gente formar um grupo de debates pra gente ver o que a gente quer fazer. Vamos levantar primeiro o que precisa ser feito na área de educação, na área de esporte, na área de cultura, na área de tudo. (Reinaldo)

Reinaldo aponta que a inovação trazida por tal seminário estava no fato de que os “pedidos” encaminhados aos órgãos públicos refletiam demandas que eram compartilhadas por muitos moradores do bairro, uma vez que contavam com o respaldo de um conjunto significativo de entidades do Jequitibá. A adesão de múltiplas entidades agregava certo valor a tais “pedidos”.

Quando Vera assumiu o mandato em 2001, Reinaldo passou a atuar como um de seus assessores. Em tal fase, ele e outros assessores da vereadora envolveram-se em atividades que passaram a ser realizadas a partir do recém-criado Conselho. Além disso, conforme mencionado na introdução deste trabalho, durante certo período, ainda no ano de 2001, o Conselho funcionou numa sala localizada no “gabinete popular” que a vereadora instalou no bairro. Todos esses fatos contribuíram para que muitos moradores do Jequitibá passassem a enxergar as ações realizadas pelos participantes do Conselho como sendo atividades executadas por Vera Resende, no exercício de seu mandato.

Quando Antônio levou a Reinaldo a sugestão de se criar, no Jequitibá, um conselho comunitário para reunir representantes das diversas entidades presentes no bairro, ele estava buscando fundar uma instituição que fosse a mais forte referência do local. Antônio tinha o interesse de imprimir mudanças na forma como o “movimento comunitário” vinha sendo praticado no bairro. Segundo ele próprio relata, naquela época, “estava tudo parado”.

Cabe ressaltar, ainda, que a criação do Conselho também acarretou um impacto significativo na vida pessoal de Antônio, pois foi a partir de tal entidade que ele voltou a atuar como uma “liderança comunitária” do Jequitibá, papel que havia deixando de exercer, em meados dos anos 90, pouco tempo depois de ter se aposentado, em razão de um problema de saúde. Quando o Conselho foi criado, Antônio tinha quarenta e poucos anos de idade e passava os dias em casa, sem uma ocupação definida. A criação do Conselho, além de refletir a vontade manifestada por Antônio de construir uma “entidade forte” para representar os interesses dos moradores do bairro, também significava, para ele, uma forma de “fugir do ócio” e de exercer uma atividade rotineira que lhe traria satisfação pessoal.

A criação do Conselho representava também um caminho para Antônio retomar as rédeas da construção de sua reputação, já que, logo após a sua aposentadoria, ele passou por uma fase em que consumia bebidas alcoólicas “de maneira exagerada”. Cabe mencionar que tal comportamento costuma ser avaliado de maneira negativa pelos moradores do Jequitibá.

A interpretação que Antônio promove acerca de sua “experiência com o álcool” é feita atualmente, numa fase de sua vida em que já não bebe mais. Para Antônio, falar sobre o “alcooolismo” é falar sobre um comportamento que está localizado no passado e que é negado pelas atitudes do presente. E é justamente por já ter reconstruído, no presente, sua própria identidade, que Antônio promove, com certa facilidade, uma classificação negativa da referida experiência.

Uma maneira encontrada por Antônio para reconstruir sua identidade foi negar as atitudes do passado, desqualificando-as. Outra maneira foi retomar seu papel de “liderança” do bairro¹⁵.

¹⁵ Sobre o investimento que “ex-bebedores” fazem na reconstrução de suas identidades, Neves (2004) faz as seguintes ponderações: “O alcoólatra? Quem é o alcoólatra? O que internalizou a acusação e dela se valeu para produzir ressocializações negadoras desta mesma experiência. Aquele bebedor que, da ritualização da desqualificação, produziu requalificações positivas. Aquele que, da vivência sob liminaridade, transformou-a em situação redentora. E, por um ritual de passagem, pensou-se, em outras situações sociais, emergindo em outras formas de socialização e de construção da identidade” (NEVES, 2004, p. 12).

Voltar a ser uma “liderança” foi, ao menos em parte, uma atitude motivada pelo desejo que Antônio possuía de “resgatar o respeito”. O investimento de Antônio nas ações que promove por meio do Conselho é um investimento na reconstrução da maneira como seus familiares e vizinhos o enxergam. Estar à frente do Conselho é uma forma de ser visto como uma pessoa determinada, que trabalha em prol da “comunidade”.

No Jequitibá, “trabalhar” e “beber de modo excessivo” são dois comportamentos incompatíveis e valorados de maneiras distintas. Enquanto o primeiro é visto como um comportamento positivo, o segundo é avaliado de maneira negativa.

Rosângela, moradora do bairro que já esteve envolvida no “movimento comunitário” do Jequitibá e que atualmente vem se aproximando das atividades promovidas pelos participantes do Conselho, não poupa elogios a Antônio ao falar sobre a fase em que o Conselho foi criado. Ao tecer comentários sobre Antônio, Rosângela deixa claro que, a partir de tal entidade, ele encontrou a possibilidade de reconstruir sua imagem frente aos demais moradores do bairro. Aos olhos de Rosângela, Antônio figura, atualmente, como um homem que trabalha para a comunidade e cujo trabalho “surte efeito”.

O Conselho é uma idéia do Antônio. O Conselho na realidade... eu não sei, né? Porque teria que ser o Antônio pra dizer, porque foi um sonho dele. Mas, na realidade, o que aconteceu foi que se desfez o Grupo Força e ficou só a associação, que também estava estagnada, não estava fazendo nada. E esse era o sonho do Antônio, de ter alguma coisa que funcionasse. Foi um desejo dele e também de outras pessoas... Eu andei participando de algumas reuniões, mas depois eu me afastei. Não por motivo nenhum, mas eu estava cansada, trabalhava, na época. Aí, eu acabei não participando mais das reuniões (...). Era um sonho, estava tendo discussões ainda, pra ver o que se fazia, se valia a pena. E eu tiro o chapéu pro Antônio, porque ele, quando ele quer as coisas, ele corre atrás mesmo, sabe? Ele é inteligente e ele confia naquilo que ele quer e eu acho isso muito importante. (...) Outro dia, minha sobrinha estava falando assim: ‘credo, tia! Você está tão puxa-saco do Conselho’. Mas eu falei assim: ‘a questão não é puxar o saco. Porque eu acho que o que tem valor, aquilo que o bairro tem de bom, a gente tem que falar disso sim. Porque falar de violência, que matou, que fez, que roubou, todo mundo fala. Mas vamos ver o que tem de bom também? Porque tem coisa boa. Você está lá [na sede do Conselho] e você está vendo o tanto de gente que entra e sai e que está fazendo alguma coisa ali. Então, é uma coisa boa pro bairro e a gente tem que reconhecer isso. Mas ele [Antônio] é uma pessoa que, pelo trabalho que ele faz, pelo bem que ele quer para a comunidade, o pessoal fala muito pouco nele. E eu acho que o trabalho dele surte efeito, mas eu acho que ele também não faz questão de aparecer. (Rosângela)

Quando Rosângela fala sobre o trabalho que é desenvolvido atualmente por Antônio, ela está fazendo referência especificamente aos “projetos sociais” em que ele está envolvido. Tais “projetos” são vistos, por ela, como “uma coisa boa pro bairro”, uma vez que leva um grande número de moradores do Jequitibá a envolverem-se em atividades educativas.

Conforme Rosângela diz, “é um monte de gente que entra e sai e que está fazendo uma coisa boa ali e a gente tem que reconhecer isso”.

Como busco abordar na próxima seção, a avaliação positiva que recai sobre aqueles que desenvolvem “projetos sociais” no Jequitibá contribui para que tais pessoas sejam reconhecidas como “lideranças”. Além disso, cabe mencionar que esse reconhecimento não surge apenas da avaliação de moradores do Jequitibá. Os “projetos sociais” também são um caminho para que Antônio seja reconhecido por pessoas “de fora” do bairro.

3.2. O “trabalho social” desenvolvido a partir do Conselho

No estudo que realizou a partir de uma instituição beneficente localizada em Nilópolis, cidade da Baixada Fluminense (RJ), Enne (1995) estabelece uma distinção entre as associações de moradores presentes no local, que buscariam conquistar melhorias urbanas para os bairros em que se situam, e as instituições que, tal como aquela analisada pela autora, estariam voltadas principalmente a promover ações que atendessem diretamente a moradores da cidade, promovendo cursos, seminários, festividades, campanhas de distribuição de donativos e de esclarecimento sobre temas diversos etc. Ao promover tal distinção, a autora afirma:

enquanto as associações de moradores tendem a se empenhar para conseguir calçamento para as ruas, um novo posto de saúde, mais escolas, saneamento básico, melhores condições de transporte, entre outras reivindicações feitas ao poder público, as instituições que venho indicando estão mais preocupadas em trabalhar questões culturais, como a criação de áreas de trabalho voltadas para elas, como cursos, escolas, seminários festividades etc. (ENNE, 1995, 144)

No caso do Conselho Comunitário do Jequitibá, o que se verifica, atualmente, é uma conciliação dessas duas vertentes de atuação. Cabe mencionar, contudo, que o Conselho foi originalmente criado para promover a “união” de representantes de diferentes entidades do bairro para que, falando em nome de tal “união”, seus integrantes pudessem exercer “pressões” para conquistar “melhorias” para o local, ou mesmo para influenciar na criação de políticas públicas mais amplas, tal como a criação de um planejamento urbanístico para o Jequitibá ou a remoção do “aglomerado” que estava localizado às margens da rodovia que tangencia o bairro. Tratava-se, portanto, de uma entidade surgida para empreender “lutas comunitárias”, atuação que, segundo Antônio e seus “aliados”, no momento em que o Conselho surgiu, não vinha sendo empreendida pelas pessoas que estavam envolvidas na

principal associação de moradores do bairro. Para Antônio, o Conselho surgiu no vácuo deixado pelas entidades representativas do Jequitibá.

O propósito que motivou a constituição do Conselho está claramente sintetizado na ata da reunião em que tal entidade foi fundada, evento que foi realizado na Escola Estadual Machado de Assis.

O Sr. Antônio, fazendo uso da palavra, disse que a criação do Conselho é um anseio da comunidade para juntos buscarmos melhorias para o nosso bairro. A principal função do Conselho é unir forças para trabalharmos em prol de um mesmo ideal (...), pois a união faz a força. **Levar aos órgãos públicos os nossos problemas e correr atrás das soluções. Nós devemos nos unir e eleger um conselho forte para nos representar diante das autoridades.** Nós paramos, cruzamos os braços e com isso estamos perdendo tempo e as benfeitorias para o nosso bairro. (Ata da primeira reunião do Conselho Comunitário do Jequitibá – grifo meu)

A constituição de tal entidade contou com a participação de várias pessoas, entre as quais destacavam-se Antônio, Lourdes, Vera e três dos assessores da vereadora: Reinaldo, Eduardo e Sílvio. Além disso, participavam também da composição da “cúpula do Conselho” dois moradores que estavam envolvidos nas atividades promovidas a partir da igreja católica do bairro, bem como Sérgio, que desde aquele período já estava à frente da principal associação de moradores do bairro, permanecendo no cargo até hoje, e Zico, “liderança” envolvida com o “universo do samba”.

Lourdes salienta que a proposta inicial era que o Conselho atuasse de modo semelhante a uma associação de moradores. Os integrantes do Conselho, porém, ao contrário daqueles que estavam (ou haviam estado, no passado) envolvidos nas associações de moradores do Jequitibá, buscariam fomentar a participação, em suas reuniões, de representantes das mais diversas entidades presentes no bairro. O Conselho não surgiu para ser um reduto de apenas um segmento de moradores do Jequitibá. Ele surgiu com a proposta de promover a “união”. Conforme aponta Lourdes, “ele veio para unir mesmo. A idéia do Conselho era esta: unir todos os credos, todas as raças, todas as entidades, tudo que você pudesse imaginar”. A idéia era que, a partir de tal “união”, os participantes do Conselho empreendessem suas “lutas comunitárias”.

Foi somente após certo tempo que os participantes do Conselho passaram a desenvolver aquilo que identificam pela expressão “trabalhos sociais”, ou ainda, “projetos sociais”. E essa linha de atuação, que passou a ser desenvolvida “paralelamente” pelos participantes da instituição, levou tais atores sociais a alcançarem certo reconhecimento social para o empreendimento de suas “lutas”. Ao contrário das entidades que Enne (1995)

encontrou na Baixada Fluminense¹⁶, o Conselho representa um exemplo paradigmático da conciliação de “lutas comunitárias” e “trabalhos sociais”, fenômeno que vem acontecendo, atualmente, não só no Jequitibá, mas também em outros bairros de Belo Horizonte.

Um dos primeiros “trabalhos sociais” desenvolvidos pelos participantes do Conselho consistiu na distribuição de cestas-básicas, na época do natal, para os moradores mais pobres do bairro e de algumas áreas adjacentes. Essa atuação foi sugerida por Lourdes que, mesmo antes do surgimento do Conselho, já vinha desenvolvendo, a partir de uma igreja “evangélica” do Jequitibá, ações que buscavam sanar necessidades básicas da população que morava numa área “invadida” próxima ao bairro.

Eu comecei a ver aquilo [um área “invadida” próxima ao bairro] e aquilo começou a me doer, aquela coisa, principalmente pelo sofrimento daquele povo. E aí eu comecei, nós começamos juntos com a igreja a fazer um trabalho pioneiro de trabalhar com aquelas pessoas na questão de evangelizar, de ajudar mesmo, na questão de tudo, de comida, de roupa, de tudo que você pudesse imaginar. A igreja [instituição religiosa de orientação batista que Lourdes passou a freqüentar] foi a primeira instituição, a primeira entidade a entrar lá dentro daquele acampamento. Na realidade, era um acampamento. (...) E aí nós começamos aquele trabalho e aí que eu despertei para o trabalho para o Jequitibá. (Lourdes)

Graças à sugestão de Lourdes, no ano de 2002, os participantes do Conselho realizaram o “Primeiro Natal Sem Fome do Jequitibá”, iniciativa que estava integrada à “Campanha Nacional Contra a Fome e a Miséria”, coordenada por Hebert de Souza, o Betinho. O “Primeiro Natal Sem Fome” do bairro foi realizado a partir de uma “parceria” que os integrantes do Conselho buscaram estabelecer entre tal entidade e o Comitê Minas da Ação da Cidadania. Naquele ano, no Jequitibá e em suas redondezas, foram atendidas 468 famílias que, além de cestas básicas, também receberam roupas e brinquedos.

¹⁶ Mesmo estabelecendo uma separação entre as “entidades filantrópicas, sem fins lucrativos, que trabalham diretamente com a comunidade” (ENNE, 1995, p.143) e as típicas associações de moradores, afirmando que a partir das entidades do primeiro grupo seriam desenvolvidos trabalhos de cunho “cultural” (conforme classificação local) e a partir das entidades do segundo grupo, trabalhos de cunho “político” (também de acordo com uma classificação local), a própria autora revela que, tal fronteira não é impermeável. Enne indica, por exemplo, que a partir da própria instituição que estudou, que estaria situada no primeiro grupo, foi promovida uma atuação que se aproxima bastante da forma como os integrantes do Conselho Comunitário do Jequitibá empreendem suas “lutas comunitárias”, ou seja, foi empreendida uma atuação “política”. A partir da Sobenco (Sociedade Beneficente Nuclear Comunitária), entidade estudada por Enne, foi criado o SOM/POPULAR (Sistema de Organização do Movimento Popular), iniciativa que “tinha missão de organizar a comunidade via associações de moradores e instituições comunitárias (como templos, igrejas, colégios, clubes etc.)”, promovendo uma divisão dos bairros que compõem a cidade de Nilópolis em quatro quadrantes, cada um deles apresentando “um líder nato” que “seria responsável por levantar os problemas de sua comunidade e encaminhar suas resoluções localmente e também frente aos poderes instituídos” (p.38). Integrantes da Sobenco (particularmente seu fundador), portanto, mesmo sendo ela uma entidade voltada prioritariamente para a promoção de atividades de cunho “cultural”, também demonstravam interesse de interferir na desenrolar de atividades de cunho “político”.

Lourdes avalia que os “trabalhos sociais” que passaram a ser desenvolvidos por participantes do Conselho e que se iniciaram como a realização do “Primeiro Natal Sem Fome do Jequitibá” contribuíram para que fosse criada uma representação positiva acerca do bairro e para que tal imagem circulasse pela cidade. Cabe mencionar que, foi justamente essa representação positiva, fomentada pelos participantes do Conselho, que me levou a eleger tal entidade como meu foco de interesse, antes mesmo de iniciar a pesquisa.

Alguém falou assim: ‘nossa, esse pessoal está fazendo um trabalho legal e aí isso saiu na televisão e foi feita entrevista com a gente’... E aí, o Jequitibá começou realmente a ser conhecido, porque era uma terra esquecida. Ninguém se lembrava dele. E quando se lembrava do Jequitibá, lembrava assim: ‘olha, aquele bairro que todo dia tem um corpo lá, estendido no chão, uma escola problema, um povo individualista que não está nem aí’. (...) Mas, aí, o Conselho começou a crescer. E eu digo, com toda clareza mesmo, de coração, o Jequitibá cresceu, foi conhecido, por causas desses trabalhos sociais. Inicialmente, foi por causa desses trabalhos sociais. E ele continua se mantendo [conhecido] por causa desses trabalhos sociais. É tanto assim que hoje o Conselho mudou totalmente essa visão de só buscar essas questões de política pública. Nós temos que ver, do nosso lado ali, o nosso irmãozinho que está passando fome. (Lourdes)

Devido a uma sugestão de Antônio, cada família que recebeu uma cesta básica, no ano de 2002, graças à realização do “Primeiro Natal Sem Fome do Jequitibá”, foi solicitada a entregar garrafas PET, ou ainda, pneus velhos. A idéia era que a distribuição dos donativos não fosse vista como uma ação assistencialista, modo de atuação que Antônio tanto rejeita. Ao sugerir que as famílias atendidas pela campanha entregassem garrafas PET e pneus, ele argumentou que elas estariam contribuindo para eliminar focos de dengue do bairro e para evitar que tais objetos fossem parar no já poluído Ribeirão Lambari. Além de buscar com que as famílias atendidas assumissem, mesmo que timidamente, uma postura de protagonistas de uma ação pela “melhoria do bairro”, Antônio também buscava, por meio de sua sugestão, alinhar o “Primeiro Natal Sem Fome” à defesa do meio ambiente, bandeira que ele, desde o surgimento do Conselho, vinha se empenhando em defender. Antônio também costuma mencionar, com certa frequência, que parte dos pneus e garrafas PET arrecadados foram, algum tempo depois, utilizados no processo de criação de uma “horta comunitária”. Os pneus serviram para fazer muros para a contenção de barrancos e as garrafas foram usadas para cercar os canteiros. Ao mencionar o destino de tais objetos, Antônio busca salientar que algumas propostas levadas adiante por participantes do Conselho estão pautadas pela idéia de se promover a reciclagem de materiais que seriam originalmente descartados.

Certo dia, quando eu conversava com Antônio e Cristiano, na porta da casa deste, os dois repetiram uma frase a que eu já havia escutado anteriormente: “o Conselho nunca dá nada de graça”. Para ilustrar tal postura assumida pelos participantes da entidade, Antônio e Cristiano citaram a ocasião em que uma moradora do bairro foi até a sede do Conselho para pedir uma cesta básica. Em troca de tal cesta, os dois, então, perguntaram à mulher se ela estaria disposta a varrer um jardim que ficava em determinada esquina do bairro. Concordando com a proposta, a mulher saiu, levando consigo uma pá, um saco de lixo e uma vassoura.

Passado algum tempo, Antônio e Cristiano foram verificar o que estava acontecendo, uma vez que a mulher estava demorando muito para retornar. Foi, então, que eles descobriram que tal mulher não estava no jardim, conforme havia sido combinado.

Certo tempo depois, porém, a mulher retornou à sede do Conselho, completamente suada, para buscar a cesta básica a que teria direito, em razão do combinado. Cristiano e Antônio, então, quiseram saber onde ela havia estado e a mulher explicou que estivera limpando a área próxima ao “jardim de infância do bairro”.

Antônio e Cristiano riram bastante ao recordar aquela situação. Conforme me explicaram, a mulher havia limpado todas as ruas próximas ao jardim de infância do bairro, em vez de limpar o pequeno jardim público que estava localizado numa esquina próxima à sede do Conselho. Frente ao equívoco, Antônio explicou à mulher o que havia acontecido e ela, antes de ir embora, levando a cesta básica, fez questão de ir ao jardim público que deveria ter sido limpo para fazer o serviço. Naquela ocasião, Antônio disse que não precisaria limpar o jardim público, pois já havia realizado um trabalho bem maior. Ela, porém, afirmou que o erro tinha sido cometido por ela e que, por isso, fazia questão de repará-lo. Frente à atitude da mulher, Antônio e Cristiano decidiram, então, complementar a cesta básica com leite e biscoitos.

Aulas de alfabetização para adultos e idosos

Foi no ano de 2003 que alguns participantes do Conselho envolveram-se na implantação de um “projeto social” em que aulas de alfabetização passaram a ser ministradas para adultos e idosos que moravam no Jequitibá e em suas imediações. Tal iniciativa foi resultado de uma sugestão de Sônia, professora de educação religiosa da Escola Estadual Machado de Assis que havia se aproximado do Conselho alguns meses antes, quando os

integrantes de tal entidade estavam promovendo, no bairro, uma campanha pela paz. Sobre a forma como ficou conhecendo o Conselho, Sônia diz:

Minha participação no Conselho começou quando eu estava dando aula, à noite, de educação religiosa, e chegou um rapaz na sala para convidar a turma para participar de uma campanha pela paz que estava sendo promovida pelo Conselho. Aí, eu me interessei e quis saber o que era o Conselho e fui pra reunião de preparação pra campanha. Chegando lá, eu encontrei mais de trinta pessoas discutindo mesmo e eram pessoas de diferentes instituições. Eu vi que eram todos líderes comunitários e fiquei, assim, muito surpresa. Quando eu havia chegado no bairro e havia visto toda essa carência, eu tinha me perguntado: ‘Será que esse bairro não tem uma associação de bairro, será que esse bairro não tem um movimento, assim, social?’ E eu fiquei feliz quando soube que tinha um conselho. (Sônia)

Na época em que ficou conhecendo o Conselho, Sônia, que é graduada em pedagogia, coordenava voluntariamente uma equipe de educadores que promoviam a alfabetização de jovens e adultos em diferentes pontos da cidade de Belo Horizonte. Tendo em vista essa experiência que já possuía, Sônia sugeriu que o Conselho passasse a desenvolver um trabalho semelhante.

Sobre a implantação desse “projeto” específico, Deise, moradora do bairro que atuou como professora de alfabetização durante certo tempo, relembra que uma grande dificuldade foi “encontrar” os alunos que seriam beneficiados pela iniciativa. Para chegar até os alunos, ela comenta que precisou realizar um processo de recrutamento, indo de casa em casa, batendo de porta em porta, tentando convencer os adultos e idosos que não eram alfabetizados a participarem das aulas que passariam a acontecer.

Nós fizemos uns cartazes e espalhamos pelo bairro, falando do projeto, pedimos na igreja católica pra anunciar no domingo, nas igrejas evangélicas, na escola, a gente falou pros alunos falarem com os pais e foi assim que a gente fez. E nós marcamos o dia das inscrições, no Conselho. Eu lembro disso até hoje: eu fui cedo pra lá, sentei e fiquei lá até meio-dia e não apareceu uma alma viva. Eu, então, falei assim: ‘gente, será que ninguém quer estudar?’. Aí, o que eu fiz? Eu falei assim: ‘olha, se eu ficar aqui, sentada, esperando, não vai aparecer não’. Porque essas pessoas não têm mais esse estímulo de sair e procurar. São pessoas que precisam de muito incentivo. Aí, o que eu fiz: eu passei a mão nas fichas e saí andando no bairro, de porta em porta. E perguntando, e conversando, e motivando, e falei que era importante. E fui conversando, sabe? Que era legal e tal. (...) E aí fui conversando e fui fazendo ficha. E ia na casa de um, e ia na casa de outro. E aí mandava um que fez a ficha comigo convidar o parente, o amigo, o vizinho. E nós conseguimos desse jeito, sabe? (Deise)

Uma “horta comunitária” no pátio da escola

Foi também no ano de 2003, que Antônio começou a idealizar a criação de uma horta em determinada área localizada no pátio da Escola Estadual Machado de Assis. Segundo Antônio e Cristiano, a idéia para a criação de tal “projeto” ganhou forma quando os dois visitaram uma “horta comunitária” localizada no canteiro central de uma grande avenida de Sete Lagoas, cidade de Minas Gerais.

Para levar tal empreendimento adiante, Antônio propôs que o excedente de alimentos que havia sido arrecadado na campanha do “Segundo Natal Sem Fome do Jequitibá”, realizada em 2003, fosse utilizado para “pagar” pelo trabalho daqueles que atuassem na construção e manutenção da horta. Além disso, cabe mencionar ainda, que os participantes do Conselho também contaram, durante a fase inicial da horta, com o apoio de “parceiros” que prestaram assessoria técnica em relação à implantação e manutenção do “projeto”. Uma “empresa parceira” também doou a tela que foi utilizada para cercar os canteiros.

Aqueles que trabalharam na implantação e na manutenção da horta eram pessoas que já vinham sendo atendidas pelo “Natal Sem Fome”. De acordo com Cristiano, a fase de implantação da iniciativa foi bastante pesada, pois foi preciso retirar uma grande quantidade de entulho que estava jogado no local em que a horta seria construída. Em tal etapa, a cada três dias, as pessoas envolvidas recebiam uma cesta básica. Já na fase seguinte, em que o trabalho era bem mais leve e consistia apenas na manutenção dos canteiros, cada pessoa que atuava na horta recebia uma cesta básica quinzenalmente.

Cristiano comenta que, nessa “segunda fase”, o trabalho na horta passou a ser desenvolvido predominantemente por mulheres que moravam nos “aglomerados” localizados no Jequitibá e em suas redondezas. Houve períodos em que cerca de 10 pessoas trabalhavam diariamente na horta. Quando estive em campo, porém, tal número de participantes havia se reduzido. A horta, no entanto, continua a existir no pátio da escola e ela vem sendo utilizada para a realização da “oficina de agricultura urbana” que passou a ser desenvolvida por participantes do Conselho.

As mulheres que trabalham na horta e que vendem parte da produção, têm direito de ficar com uma parcela do valor da venda. É preciso ressaltar, porém, que o que garante engajamento de tais mulheres no empreendimento são as cestas básicas recebem e que geralmente são conseguidas, pelos participantes do Conselho, por meio de doações.

Cabe mencionar ainda que, quando a “horta comunitária” foi concebida, ficou estipulado que uma parte dos alimentos produzidos seria destinada à merenda escolar dos

alunos da “escola do bairro” e que outra parte seria comercializada. É preciso ressaltar, porém, que o valor aferido com as vendas de hortaliças costuma ser suficiente apenas para sanar algumas despesas com a compra de adubos, sementes e ferramentas.

Ora, como o “pagamento” das mulheres que trabalham na horta não advém da venda das hortaliças produzidas, tal “projeto” não pode ser classificado como um empreendimento “lucrativo”, no sentido mais óbvio do termo. A horta, entretanto, apresenta uma “lucratividade” que resulta de dois “produtos” que são criados a partir da iniciativa: (1) a promoção de uma certa “inserção social” das mulheres que trabalham na horta e (2) a “imagem de mobilização social” que deriva do “projeto”.

Antônio costuma mencionar repetidamente que “a horta é um projeto que fala por si só”. Ao dizer isso, ele indica que tal iniciativa gera a imagem de um bairro no qual moradores buscam, por meio da união de esforços, criar soluções para os problemas que enfrentam no cotidiano. A horta funciona como o signo de uma “comunidade ideal”, tal qual aquela existente na representação que Antônio guarda do bairro Monte Verde de sua infância e adolescência. A horta gera a imagem de que, no Jequitibá, há um “ambiente familiar” que impulsiona os moradores a atuarem de maneira cooperativa. Ela cria uma imagem de “união”.

A Casa da Cidadania

No ano de 2004, os participantes do Conselho alugaram uma casa que passou a funcionar como sede da entidade. Até então, o Conselho havia funcionado, durante alguns meses, numa sala localizada no “gabinete popular” da vereadora Vera Resende, e, durante outros tantos meses, num local onde antes havia funcionado o bar de Cristiano.

Ao alugarem o referido imóvel, os integrantes do Conselho criaram, no local, uma “biblioteca comunitária”, que passou a disponibilizar livros para os moradores do bairro, e um “telecentro comunitário” no qual tais moradores passaram a ter acesso a computadores conectados à Internet e a cursos de informática. Os cursos de alfabetização de adultos e idosos também passaram a acontecer na sede do Conselho, que foi batizada com o nome de Casa da Cidadania¹⁷.

Segundo alguns participantes do Conselho, a idéia de se criar uma “biblioteca comunitária” na sede da entidade surgiu quando alguns livros que haviam sido arrecadados ao

¹⁷ Antes da criação da Casa da Cidadania, as aulas de alfabetização eram ministradas em duas “igrejas evangélicas” do bairro. Cabe mencionar ainda que, durante certo período, elas também aconteceram num salão localizado na casa de Rosângela.

longo das duas edições do “Natal Sem Fome” começaram a sumir. Segundo relatam os participantes do Conselho, se os livros estavam sumindo, era porque algumas pessoas que freqüentavam a sede da entidade estavam interessadas em lê-los. Tendo em vista esse raciocínio, foi criada a biblioteca. E segundo Sônia, uma das idealizadoras de tal iniciativa, “em um ano, foram cadastrados 220 leitores de dois a oitenta anos de idade”.

Quanto à implantação do “telecentro”, Antônio diz que a realização de um curso de informática no bairro, a um preço mais baixo, era uma das principais reivindicações que os moradores do Jequitibá haviam apresentado numa pesquisa realizada pelo Conselho, no ano de 2002. De acordo com um relatório produzido pela entidade, 51% dos 757 moradores do bairro que haviam respondido ao questionário da pesquisa apontavam que o curso que desejavam ver acontecendo no bairro era o de informática. A criação de um “telecentro” na sede do Conselho representava, portanto, uma resposta a tal demanda.

Antônio aponta também que a implantação do “telecentro” só foi possível graças a uma “parceria” estabelecida entre o Conselho e a Fundação do Banco do Brasil, que realizou uma doação de computadores. Ele ressalta ainda que tal doação aconteceu devido à “horta comunitária”, que causou uma boa impressão no funcionário da Fundação responsável por avaliar se certas entidades que pleiteavam as doações deveriam ou não recebê-las. Sobre tal tema, durante uma reunião que contou com a participação de representantes de diferentes entidades da cidade de Belo Horizonte, Antônio disse o seguinte:

A âncora do Conselho, durante um tempo de dificuldade que ele passou e continua passando ainda, a âncora foi a horta. **O que abriu porta do Conselho lá fora foi a horta.** Pra vocês terem uma idéia, eu falei um negócio outro dia com o pessoal e o pessoal falou: ‘você está é doido!’ Eu falei assim: ‘a horta produz computador’. Sabe por quê? Sabe quando foi fechado o acordo com a Fundação Banco do Brasil e onde? Foi a partir do momento que eles enxergaram a horta e dentro da horta. (Antônio)

Além da criação da Casa da Cidadania, que passou a abrigar a biblioteca e o “telecentro”, ainda no ano de 2004, os integrantes do Conselho fundaram uma cooperativa de produção de alimentos e artesanato que passou a funcionar em outra casa, também alugada. Na fase de sua fundação, a Cooperativa, segundo Sônia, chegou a contar com a participação de 40 moradoras do bairro. Tal empreendimento foi coordenado, desde sua implantação, por Lourdes, “liderança” que também chegou a ser presidente do Conselho, durante determinada fase.

No ano de 2006, graças ao patrocínio de uma empresa, os participantes do Conselho conseguiram imprimir novo fôlego aos diversos “trabalhos sociais” que já vinham

desenvolvendo ao longo de sua breve história. Nessa nova fase, o Conselho iniciou a execução de um “projeto social” composto por uma série de “oficinas”¹⁸ oferecidas gratuitamente a moradores do Jequitibá. Ao longo de 2007, período em que estive em campo, a rotina da sede do Conselho¹⁹ era marcada pelo desenrolar das atividades de formação que integram o referido “projeto”. Na Casa da Cidadania, a qualquer momento havia crianças, jovens e adultos participando das mais diversas “oficinas”. Além disso, havia muitos moradores do bairro que também iam freqüentemente à sede do Conselho para participar do curso de informática que tinha duração de seis meses e era oferecido à população pelo preço de 15 reais mensais. Cabe mencionar, porém, que pessoas entre 12 e 25 anos, que eram originárias de famílias de baixa-renda, faziam o curso de graça, em razão de uma “parceria” estabelecida entre o Conselho e um programa de inclusão social desenvolvido pelo governo estadual.

Certo dia, quando eu e Antônio conversávamos, no pátio lateral da sede Conselho, ele comentou que tinha o interesse de que a Casa da Cidadania assumisse o aspecto de um lar. Para ele, seria interessante que, naquela casa, sempre houvesse alguém na cozinha entretido na preparação de algum prato e que sempre houvesse pessoas espalhadas pelos outros cômodos, “focando” sobre assuntos diversos do cotidiano. Segundo Antônio, tal ambiente seria importante, por exemplo, para que os adultos e idosos que participam das turmas de alfabetização se sentissem acolhidos e motivados a continuar estudando. Para Antônio, mais do que um local de aprendizagem, a Casa da Cidadania deveria ser um local de convivência. Um espaço caracterizado por um “ambiente familiar”.

O estabelecimento de “parcerias”

Antônio almeja que os “trabalhos sociais” desenvolvidos por participantes do Conselho gerem uma “imagem positiva” do bairro, bem como da entidade por meio da qual tais “trabalhos” são promovidos. Um dos objetivos é que o bairro seja retratado por veículos de comunicação de massa como um local em que os moradores buscam, por meio de uma

¹⁸ As “oficinas” que integram o “projeto social” desenvolvido por participantes do Conselho são as seguintes: “oficina de alfabetização de adultos e idosos”, “oficina culinária”, “oficina de artesanato”, “oficina de arte e educação” (voltada para o público infantil) e “oficina de agricultura urbana”. Com exceção da última “oficina”, que é realizada na “horta comunitária”, todas as demais acontecem na Casa da Cidadania. Ao longo de um ano, cerca de 170 pessoas foram atendidas pelo “projeto”.

¹⁹ No ano de 2007, a sede do Conselho já havia sido transferida para uma casa mais ampla do que aquela que tinha sido alugada em 2004.

convivência “solidária”, construir soluções para os problemas que enfrentam no cotidiano. Sobre tal tema, Antônio afirma:

Eu sempre falei uma coisa no Conselho, que é a seguinte: ‘o segredo é tirar as entranhas do Jequitibá e mostrar’. Esse é o segredo. Então, ainda hoje, eu acho que o Jequitibá tem que ser aberto. Enquanto as coisas ficarem sendo discutidas só aqui, não caminha. Então, **é preciso mostrar lá fora**. E não ter vergonha de falar que mora no Jequitibá. O bairro não é tão depravado, assim, igual a eles falam. (...) Então, a idéia é essa... e não é mostrar assim: ‘ah, coitadinhos dos moradores’. Não! Sem isso também. Tanto que uma matéria feita na Rede Globo, pra série ‘Meu Bairro’, ela foi baseada nisso. O cinegrafista que veio foi o Sandro, um cara que foi criado comigo, no Monte Verde, desde moleque. Então, ele deu os toques todos e nos conseguimos fazer uma matéria do Jequitibá, falando dos problemas todos que têm no Jequitibá, mas em momento algum ficou a imagem de coitadinho. **Sempre mostrando assim: está ruim aqui, mas está acontecendo isso, isso e isso.** (...) Tanto que a matéria termina com uma velhinha costurando na beira do rio, embaixo de uma árvore cheia de flores amarelas. E o Sandro conseguiu filmar uns meninos brincando na areia, sem os meninos perceberem e isso ficou bonito demais. Tanto que **uma das imagens que foram feitas aqui foi utilizada durante um mês pela Rede Globo pra fazer a divulgação do MGTV, que era uma pessoa andando no meio das couves; era a Suzana [mulher que trabalhava na “horta comunitária” localizada no pátio da “escola do bairro”] andando nas couves aqui da horta.** (Antônio)

Antônio revela-se particularmente empenhado em tentar emplacar, em veículos da mídia, “imagens positivas” relacionadas ao Jequitibá. Numa reunião que contou com a presença de representantes de diversas instituições de Belo Horizonte, ele manifestou, por exemplo, seu desejo de que moradores do bairro se engajassem na construção de um barco feito com garrafas PET. A idéia era que tal embarcação navegasse pelo Lambari e que seu tripulante retirasse do leito do ribeirão o lixo que fosse encontrando, enquanto outros moradores realizassem um mutirão para promover a limpeza das margens. A proposta de Antônio, que não foi efetivada enquanto estive em campo, seria uma tentativa de “pautar” a mídia e mostrar que no Jequitibá há moradores engajados em promover a despoluição do Lambari.

Para Antônio, a imagem de uma “comunidade organizada”, tal qual a que ele tem interesse de divulgar nos meios de comunicação, impulsiona a aquisição de “parceiros”. E alguns desses “parceiros”, eventualmente, são financiadores que, em geral, estão dispostos a apoiar financeiramente “comunidades” que já vêm se “mobilizando” para criar soluções para problemas do cotidiano. Uma “comunidade organizada”, portanto, tem mais chances de alcançar patrocínio para a realização de “projetos sociais”.

Além disso, conforme pretendo mostrar ao longo do próximo capítulo, o conjunto de “parceiros” que o Conselho vem conquistando, ao longo do tempo, também contribui para que seus participantes, notadamente Antônio, se destaquem frente a outras “lideranças” do bairro.

Os “parceiros” do Conselho garantem a seus participantes, principalmente a Antônio, um certo prestígio. Ora, estar bem conectado a atores sociais que estão vinculados a entidades diversas não só do bairro, mas também de outras regiões da cidade, contribui para que Antônio garanta sua condição de “liderança”. Estar bem conectado contribui para que ele seja reconhecido como “liderança” tanto por moradores do bairro, quando por pessoas de “fora”, como é o caso dos agentes governamentais.

Como é geralmente Antônio quem estabelece relações com pessoas que estão vinculadas às instituições “parceiras” do Conselho, ele acaba assumindo um lugar de destaque entre os demais participantes da entidade. Sobre tal tema, ele aponta que já ocupava essa posição de destaque mesmo antes de assumir a presidência do Conselho:

A maioria das articulações do Conselho passa por mim. A maioria delas. Porque eu sou o seguinte, uma coisa que eu aprendi lá com a minha família e aprendi nessas idas pra fora: se tem algum negócio pra fazer, pra que você vai ficar esperando eles mandarem você fazer ou falar com você pra fazer? (...) Então, assim, eu entrava em atrito mesmo. Eu entrei em atrito com o Eduardo, uma certa época, mas a gente se dá muito bem, hoje. Agora, da ex-presidente [Lourdes], eu num quero nem ouvir falar. (...) Os atritos maiores foram com a Dona Lourdes. Porque, **como eu era articulador, as pessoas ligavam era pra mim e ela achava que eu tinha que falar com ela sobre tudo**. E eu dizia: ‘ah, não. Em vez de falar com a senhora, a senhora vai lá, uai! É muito melhor e muito mais prático. E é até bom pra eles ficarem conhecendo a senhora’. (Antônio)

É provável que o papel de “articulador” assumido por Antônio tenha contribuído para que ele, em 2006, assumisse a presidência do Conselho. Afinal, no âmbito do “movimento comunitário” do Jequitibá, as conexões com atores sociais estratégicos “de fora” do bairro que uma “liderança” apresenta em sua rede social conferem certo prestígio a ela própria, garantindo-lhe reconhecimento “dentro” do bairro. Quando Antônio assumiu a presidência do Conselho, vale mencionar ainda, Lourdes, com quem ele vinha tendo alguns atritos, afastou-se da entidade.

Quando entrevistei Lourdes, ela teceu um comentário em que criticou esse papel de destaque que, atualmente, vem sendo desempenhando exclusivamente por Antônio, no âmbito Conselho. Durante a entrevista, ela afirmou:

Você sabe aonde eu vejo o perigo do Conselho hoje? É que se o Antônio chegar um dia e estiver de fogo, impossibilitado de estar à frente do Conselho, a entidade acaba. Eu falo pra você, com toda a sinceridade. E isso porque ele deixou acontecer. Não acaba se voltarem as pessoas de peso igual havia antes. (Lourdes)

É interessante observar que o comentário de Lourdes também questiona, mesmo que sutilmente, a capacidade de Antônio exercer um autocontrole em relação à vontade de beber. Por trás da hipótese lançada por Lourdes (“se o Antônio chegar um dia e estiver de fogo”), é possível vislumbrar, portanto, a existência de uma certa avaliação moral. Lourdes questiona, mesmo que discretamente, se Antônio é capaz de manter-se como um “bom líder”.

Tal comentário ainda aponta que, atualmente, o Conselho é visto, por algumas pessoas que vivem no bairro, como uma entidade que só tem sua existência garantida graças à atuação de Antônio. Na visão apresentada por Lourdes, Antônio não é somente uma pessoa central na instituição, mas é quase a própria entidade. Em certa medida, ao expor tal comentário, Lourdes promove uma avaliação negativa da fase atual do Conselho, uma vez que o valor da entidade, residiria justamente no fato de que, a partir dela, seria promovida a “união” de “pessoas fortes” do bairro.

Antônio demonstra um certo incômodo com o fato de vir apresentando um papel de destaque bastante expressivo frente aos demais participantes da entidade. Estar isolado, à frente do Conselho, não é algo que lhe interessa. Ele concebe que, para que certas conquistas sejam realizadas a partir do Conselho, bem como para que ele próprio construa seu papel de “liderança”, precisa ser o porta-voz de um conjunto de pessoas constituído por representantes de entidades e por outros “líderes” que estejam efetivamente engajados em empreender certas “lutas comunitárias”. É a “união” de tais representantes e “lideranças” que garante a reputação de Antônio. Para ele, promover a “união” é a maior conquista.

2.3. O *capital pessoal* de Antônio

Tempo livre e favores

Antônio, por ser aposentado, possui tempo livre para dedicar-se com bastante afinco às atividades desenvolvidas a partir do Conselho e isso é um dos fatores que lhe garantem uma posição de destaque frente aos outros moradores do Jequitibá que estão envolvidos com tal entidade. Ele, ao contrário da maioria das pessoas que vivem no bairro, não precisa “correr atrás” do sustento de sua família e, por essa razão, pode se voltar integralmente às atividades por meio das quais é construído o seu papel de “liderança comunitária”.

A dedicação de Antônio às atividades promovidas a partir do Conselho se dá, via de regra, de forma não remunerada. A exceção acontece em 2007, ano em que uma empresa passou a patrocinar um “projeto social” desenvolvido a partir do Conselho. Graças a tal

patrocínio, todos que dedicam uma parte de seu tempo à realização do referido “projeto” recebem uma remuneração que é identificada, pelos integrantes do Conselho, como sendo uma “ajuda de custo”.

A análise de que Antônio tem condições de dedicar-se ao “trabalho voluntário”, por já estar aposentado, é percebida por diversas pessoas que participam ou participaram de atividades promovidas a partir do Conselho. Na ocasião em que entrevistei Cristiano, que já foi um colaborador da entidade, ele afirmou:

O trabalho voluntário é muito difícil, a menos que você tenha as pessoas certas. Igual, no caso, o Antônio. Ele tem a aposentadoria dele, então, sobra tempo. Pra gente, igual no meu caso, que tem que correr atrás, que tem que trabalhar, não dá, né? Eu tenho que ter o meu sustento, né? Para você fazer um trabalho voluntário, você tem que se dedicar cem por cento e, no meu caso, não tava dando. Foi mais por isso que eu parei. (Cristiano)

O tempo livre de que Antônio dispõe garante a ele a possibilidade de dedicar-se tanto à tessitura de relações com atores sociais externos ao bairro, exercendo o papel de “articulador de parcerias”, quanto de estar presente no cotidiano do Jequitibá, conversando com moradores ou mesmo prestando favores e serviços a algumas pessoas. O fato de dispor de tempo para ampliar e fortalecer os laços que estão presentes em sua rede pessoal²⁰ garante a Antônio a possibilidade de despontar como um líder frente a outros moradores do Jequitibá, fato que também contribui para que Doc, personagem da clássica etnografia de Whyte (2005), alcance certo destaque em relação aos participantes de sua gangue.

Ao fazer uma análise sobre certos trechos da etnografia de White (2005), Boissevain (1974) chama a atenção para o fato de que o tempo disponível de Doc consiste num capital significativo para ele construa sua posição de liderança:

Doc, Danny and Mike may be viewed as forming the inner core of the gang, with Long John as a satellite. Whyte calls them leaders. They together had a wide range of contacts, and accompanied the younger men whenever they had dealings or business with persons outside the district. **Doc, in contrast to the others, was, at the time the Nortons came into being, unemployed and could spend more time hanging around the street corner than they could. Thus he had the time the others lacked to invest in servicing relationships. Moreover, he had been the leader of the boy's gang on the same street. He was clearly the leader: 'The Nortons' had been built by him and around him.** (BOISSEVAIN, 1974, pp. 183-184)

²⁰ Tomo Boissevain (1974) como referência para lançar mão da terminologia “rede pessoal”.

Tal qual Doc, que em seu cotidiano está disponível para ajudar seus companheiros, Antônio também presta favores, com certa regularidade, aos mais diversos moradores do Jequitibá. São ajudas a vizinhos nos momentos em que eles enfrentam dificuldades do cotidiano.

Percebo que tais favores são prestados, em grande medida, graças à forte afetividade que Antônio construiu em relação ao bairro, no qual vive há mais de 20 anos, e em relação a seus moradores. A prestação de tais favores também parece refletir a socialização a que foi submetido durante a infância, no bairro Monte Verde – local em que, segundo ele próprio e alguns de seus familiares, os vizinhos estavam sempre dispostos a se ajudar mutuamente. No entanto, percebo ainda que, mesmo que Antônio não seja movido por um cálculo objetivo, por meio dos favores que presta ele vai assumindo uma certa posição de destaque frente às pessoas que ajuda, pelo menos, frete a algumas delas. Trata-se de uma forma por meio da qual ele se firma ainda mais como uma “liderança”, principalmente por gerar um sentimento de gratidão naqueles que são ajudados.

Assim que iniciei meu trabalho de campo, pude perceber, em diversas situações, a disposição de Antônio em ajudar seus vizinhos. Certo dia, por exemplo, quando cheguei à casa de Antônio, vi um grande cacho com diversas pencas de bananas pendurado numa área próxima à varanda e perguntei-lhe se ali, no lote em que sua casa estava localizada, havia alguma bananeira. Antônio, então, respondeu que aquele havia sido um presente de Seu Manoel, um morador do Jequitibá. Em seguida, ele relatou-me que tal homem sempre lhe trazia presentes em razão da gratidão que sentia por Antônio tê-lo ajudado a se aposentar.

Seu Manoel morava na mesma rua que Antônio e, durante grande parte da vida, trabalhou “cavucando buracos”, até que sofreu uma operação e não pode mais exercer tal atividade. Como não tinha carteira assinada, era analfabeto e extremamente gago, precisou contar com a ajuda de Antônio para providenciar a “papelada” necessária para requerer, no INSS, sua aposentadoria. Antônio, além de tê-lo ajudado com a “papelada”, acompanhou Seu Manoel na consulta em que foi realizada uma perícia médica. Em razão de sua gagueira extrema, Seu Manoel contou com o auxílio de Antônio para explicar ao médico quais eram os problemas de saúde que o acometiam e que o impediam de trabalhar.

Em algumas situações, pude perceber também que Antônio, com certa regularidade, dá caronas a seus vizinhos. Certo dia, por exemplo, quando eu e ele voltávamos de uma visita que havíamos feito a um asilo existente num bairro próximo ao Jequitibá, Antônio identificou, pelo retrovisor de seu carro, uma mulher já idosa, que julgou ser sua vizinha. Tal mulher caminhava pelo acostamento da rodovia que tangencia o Jequitibá, carregando um grande

saco de linhagem nas costas. Ao ver aquela cena, Antônio parou seu carro no acostamento da via e esperou alguns minutos, até que a mulher se aproximasse.

Quando ela chegou perto do carro, Antônio perguntou a ela para onde estava indo e, frente à resposta de que ela seguia rumo ao Jequitibá, ofereceu-lhe uma carona. Na ocasião, ajudei tal mulher a acomodar, no banco traseiro do carro, o pesado saco de linhagem que ela trazia nas costas e que estava repleto de abacates. Logo depois, a mulher assentou-se ao lado do saco e nós três seguimos em direção ao bairro.

Assim que chegamos a nosso destino, a mulher agradeceu pela carona de maneira bastante enfática e nos convidou para descermos um pouco e tomarmos um refrigerante no bar de sua filha. Na ocasião, ela também disse, repetidas vezes, que desejava que Jesus nos agraciasse com saúde e felicidade. Eu e Antônio recusamos educadamente a oferta e agradecemos pelas palavras da mulher.

Antônio, então, seguiu em direção à sua casa, enquanto eu desci do carro para ajudar a mulher a carregar o saco de abacates. Assim que entrei no bar, trazendo a carga nas costas, a mulher ainda insistiu mais uma vez para que eu aceitasse um refrigerante como forma de retribuição. Na ocasião, vi que ela sentia grande necessidade de retribuir o favor que havíamos lhe prestado. Eu, porém, recusei a oferta mais uma vez e aleguei que estava com certa pressa.

É interessante ressaltar que Antônio não oferece carona apenas aos moradores do bairro que conhece. Ele também presta tal favor a pessoas desconhecidas. Isso ocorreu, por exemplo, certo dia, quando eu estava na sede do Conselho e vi Antônio chegar de carro, ao local, acompanhado por uma moradora do bairro. Tal moradora, que estava visivelmente tensa, entrou pelo portão com bastante pressa e perguntou a mim onde acontecia a “oficina de artesanato”. Assim que forneci a ela a informação solicitada, ele foi direto para o local.

Ao presenciar aquela situação, fui ao encontro de Antônio para saber o que estava acontecendo. Ele comentou, então, que a filha daquela mulher havia desaparecido naquela manhã. Antônio explicou ainda que havia encontrado tal mulher quando passava pela “escola do bairro” e que, devido à preocupação que ela estava experimentando no momento, decidiu ajudá-la a procurar pela adolescente. Antônio e aquela mulher haviam vindo, então, ao Conselho para ela pudesse buscar informações sobre o “desaparecimento” da filha com uma vizinha que, na ocasião, participava da “oficina de artesanato”.

Alguns minutos depois, a mulher saiu da sede do Conselho, aparentando não ter encontrado boas notícias. Antônio, então, continuou a auxiliá-la na busca pela filha.

Algum tempo depois, Antônio me disse que, naquela mesma manhã, os dois conseguiram descobrir onde estava a filha daquela mulher. Ele disse ainda que nada de grave havia acontecido. A adolescente estava apenas “matando aula”.

As moradoras “da rodovia”

Para mostrar como os favores que presta a certos moradores do Jequitibá podem garantir a Antônio uma posição de liderança, cabe ainda descrever como foi construída a relação entre ele e algumas moradoras do “aglomerado” que existiu, por mais de dez anos, nas margens da rodovia que tangencia o bairro. Para reconstituir o surgimento de tal relação, entrevistei Carla e Lúcia, duas mulheres que viveram no local durante certo período.

No final dos anos 90, Carla foi morar no referido “aglomerado”, ao qual atribui o nome de “favelinha”. Na ocasião, ela estava acompanhada do marido e da filha que, na época, ainda não havia sequer completado dois anos de idade (a segunda filha do casal nasceria apenas alguns anos mais tarde). A princípio, os três viviam num barracão emprestado. Em determinado período, porém, decidiram construir uma moradia própria em cima do barraco em que vivia uma irmã de Carla.

Ao longo do processo de construção, Carla relembra que o barraco em que ela e a família pretendiam morar foi destruído, em duas ocasiões distintas, por agentes governamentais.

Foi quebrado duas vezes. A primeira vez, porque não tinha porta, tava tudo aberto. E a segunda porque eles vieram com um mandado. O juiz deu uma ordem mandando quebrar, aí eles chegaram e quebraram, né? Mas eu tornei a fazer de novo. Só que, aí, eu fiz e fiquei dentro. Eu não saí de dentro mais não. (Carla)

Ao rememorar a vida nas margens da rodovia, Carla comenta sobre drama que era vivido pelos moradores do local quando as chuvas caíam com maior intensidade e alguns barracos literalmente sucumbiam à ação do tempo. Ela comenta que o barraco em que morava chegou a cair certa vez, mas que, na ocasião, não houve feridos e ela e o marido, simplesmente, reergueram as paredes que haviam cedido. Houve uma segunda vez, porém, em que tal fato voltou acontecer e, em tal ocasião, o estrago foi bem mais grave e uma série de outros barracos da “favelinha” também desabaram. Movidos pelo desespero, Carla e outros moradores passaram, então, a buscar ajuda pelas redondezas.

Carla relembra que, inicialmente, o grupo foi procurar auxílio no “gabinete popular” que a vereadora Vera Resende mantém no bairro, mas que obtiveram como resposta a alegação de que somente a companhia responsável pela urbanização da cidade (órgão da prefeitura) poderia dar uma solução para o caso. Carla, então, assumindo o posto de porta-voz do grupo de moradores atingidos pelos desabamentos, chegou até Antônio, que já atuava no Conselho.

Eu uni na faixa de 10 moradores que a casa tinha caído e cheguei para o Antônio e falei com ele: ‘olha, vê no que você pode ajudar a gente, porque a gente procura um, um nega, vai em outro, outro nega... Os meninos estão com fome, a situação lá está crítica’. Aí, o Antônio resolveu, deu cesta pra gente fazer, ajudou o pessoal no que pode, com roupa, com alimento, tudo que ele pôde fazer, ele fez. Muitos foram para o abrigo, entendeu? E alguns, que davam pra reconstruir, ficaram. (...) Eu reconstruí e continuei na favela. (Carla)

A descrição apresentada anteriormente, a partir do relato de Carla, não é disposta aqui meramente para ilustrar as agruras da vida às margens da rodovia. Seu propósito é, principalmente, expor uma situação que apresentou papel fundamental no processo que levou Antônio a estabelecer uma relação mais estreita com alguns moradores da “favelinha” que estava localizada próximo à “entrada” do Jequitibá.

É preciso, porém, fazer uma ressalva antes de seguir adiante. Apesar de Carla apontar que a vereadora não ajudou os moradores que tiveram suas casas e objetos pessoais destruídos pela chuva, o próprio Antônio relata que, quando os barracos caíram, ele pegou uma carona com uma assessora de Vera e os dois foram juntos a uma das administrações regionais da prefeitura para solicitar que agentes governamentais intercedessem em favor dos “moradores da rodovia” que haviam perdido suas casas. Antônio ressalta, porém, que, ao chegar a tal local, buscou conversar diretamente com os funcionários responsáveis pela área da assistência social, enquanto a assessora da vereadora foi procurar pelo secretário responsável pela regional. A forma diferenciada como cada um agiu, nessa situação específica, pode parecer um mero detalhe. Percebo, porém, que ao ressaltar tal fato, Antônio busca estabelecer uma distinção entre o trabalho que ele buscou desenvolver e aquele empreendido pela assessora de Vera.

Apesar de Antônio buscar estabelecer em seu relato uma diferença entre o trabalho que realizou na busca por uma solução para os problemas enfrentados pelos desabrigados e o trabalho que a assessora de Vera empreendeu, ambos agiram de forma semelhante, buscando

promover o “acesso”²¹ dos moradores desabrigados a agentes governamentais que poderiam apresentar soluções para os problemas ocasionados pelas chuvas intensas.

A relação estabelecida por Antônio com alguns moradores das margens da rodovia não se restringiu ao período de fortes chuvas que se estendeu entre o final de 2003 e o princípio de 2004. Alguns meses após a queda dos barracos, alguns “moradores da rodovia”, entre os quais encontrava-se Carla, passaram a trabalhar na “horta comunitária” que Antônio e outras pessoas criaram, em nome do Conselho, no pátio da “escola do bairro”.

Cabe mencionar ainda que outra moradora da “favelinha” também relata que Antônio passou a ser uma referência importante no socorro àqueles que “perdiam tudo” em razão das chuvas. Lúcia, que na segunda metade dos anos 90 foi morar com a família num dos barracos localizados nas margens da rodovia, relembra que, numa ocasião distinta daquela que foi narrada por Carla, Antônio também prestou socorro a Marta, uma moradora que havia perdido seus objetos pessoais numa enchente.

Lúcia relata que, quando tal episódio aconteceu, estava chovendo com bastante e ela decidiu ir ao local em que Marta morava para ver se a vizinha precisava de ajuda, pois, nos dias de chuvas intensas, o barraco em que tal mulher vivia costumava ser invadido pelas águas da enxurrada. Lúcia relembra que, naquele dia, a situação não foi diferente: a água havia tomado o barraco de sua vizinha e ela estava submersa até os ombros, buscando salvar a vida dos três filhos pequenos e da própria mãe, que, naquela época, já tinha quase noventa anos de idade.

Eu saí gritando, eu chamei um pessoal lá e o pessoal veio e ajudou a tirar ela de lá, mas a Marta ficou sem nada, sem nada, sem nada. Como sempre, a gente não tinha pra onde correr. Só corria para onde estava o Antônio, que era a única pessoa que tinha mais próxima, depois de Deus, pra nos socorrer. (Lúcia)

O comentário de Lúcia ilustra bem a forma como Antônio passou a ser visto por algumas moradoras da “favelinha”, especialmente por Carla e Lúcia. Ao apontar essa valoração positiva assumida por Antônio, não busco afirmar, porém, que ele passou a ser avaliado de forma unânime por todos que viviam nas margens da rodovia. Busco salientar apenas que ele passou a ser admirado por algumas moradoras, que passaram a desempenhar um papel importante para que Antônio alcançasse certa ascendência sobre outras pessoas que

²¹ A etnografia construída por Karina Kuschnir (2000) sobre o trabalho desenvolvido por uma vereadora do Rio de Janeiro revela que a tentativa de promover “acessos” não é uma exceção no modo de atuação de vereadores de grandes cidades. O interessante é observar que tal forma de atuação também é perseguida por “lideranças comunitárias”.

viviam no local e, dessa forma, pudesse assumir, em certas circunstâncias, o posto de representante dos interesses dos “moradores da rodovia”. Essa relativa ascendência, que foi sendo construída por Antônio, garantiu a ele um papel de destaque na “luta” que foi empreendida para que as famílias que viviam nas margens da via fossem retiradas do local.

Outros exemplos de como Antônio amplia sua rede pessoal

Cabe mencionar ainda que a rede pessoal de Antônio pode vir a ser eventualmente ampliada graças à atuação de sua irmã Tereza, que trabalha no centro de saúde do bairro, local em que coordena um grupo de convivência de pessoas da terceira idade, e de sua esposa Joana, que trabalhou na “escola do bairro” desde meados dos anos 80, tendo se afastado de tal instituição de ensino apenas recentemente, devido a um problema de saúde. Além disso, cabe apontar ainda que Nádia, outra irmã de Antônio, trabalha atualmente na “escola do bairro”, exercendo funções administrativas em tal instituição. Para ilustrar como pode se dar a ampliação da rede pessoal de Antônio, por intermédio de sua esposa e de suas irmãs, descrevo, a seguir, uma conversa que travei com Valéria, moradora do bairro que vem participando de uma “oficina” promovida a partir do Conselho.

Fiquei conhecendo Valéria numa manhã de sábado, ocasião em que ela estava envolvida na preparação do almoço que seria servido para as pessoas que estavam trabalhando num mutirão organizado para recuperar os canteiros da “horta comunitária”. Foi naquela manhã que Valéria me disse que estava participando de uma “oficina” promovida pelo Conselho.

Em certo momento, perguntei a ela como havia conhecido Antônio. Ela me respondeu que havia sido através de Joana e explicou-me, então, que está cursando o segundo grau na “escola do bairro” e que foi lá que se aproximou de Joana, que era professora em tal instituição. Valéria disse ainda que as primeiras ocasiões em que conversou com Antônio foi quando ele desempenhou o papel de delegado, na edição do programa de orçamento participativo em que moradores do Jequitibá conquistaram o centro de saúde do bairro.

Em seguida, perguntei a Valéria se ela já havia participado de alguma atividade realizada na “horta comunitária” localizada no pátio da escola, já que era aluna de tal instituição de ensino. Valéria, então, respondeu que sim, mas explicou-me que as “visitas” que fez à horta não se deram pelo fato de freqüentar diariamente a “escola do bairro”, mas sim porque, na época, participava do “grupo da terceira idade” que se reunia no centro de saúde e

que era coordenado por Tereza. Valéria, então, me relatou que, em algumas ocasiões, Tereza levou os participantes de tal grupo para “visitar” a “horta comunitária” da escola.

O relato de Valéria indica que Tereza eventualmente divulga, para determinadas pessoas que freqüentam o centro de saúde, as ações promovidas por participantes do Conselho. Tal relato também exemplifica uma situação em que Joana desempenhou o papel de intermediária numa relação estabelecida entre Antônio e uma moradora do bairro que freqüenta a Escola Estadual Machado de Assis.

Ao trazer tal exemplo, o que busco salientar é que o fato de Antônio estar ligado por um laço de parentesco com uma pessoa que desempenha funções no centro de saúde e por laço matrimonial com uma pessoa que desempenhava funções na “escola do bairro” garante a ele certas facilidades em aproximar-se de moradores do bairro que freqüentam tais instituições. Tereza e Joana (bem como Nádia, a imã de Antônio que trabalha na escola) podem eventualmente desempenhar papéis estratégicos na ampliação da rede pessoal de Antônio. Eventualmente, elas podem construir “pontes” para que ele alcance determinados moradores do Jequitibá, ou mesmo, para que certos moradores o alcancem.

Cabe ainda relatar uma situação que ilustra como Antônio está empenhado em ampliar sua rede pessoal, além de estar empenhado em fazer com que outras pessoas do bairro passem a se envolver em atividades que são realizadas a partir do Conselho. A referida situação foi narrada a mim por Elizabeth, que tinha cerca de 26 anos quando ficou conhecendo Antônio, fato ocorrido por volta de 2004. Ela diz que, na ocasião, morava de aluguel numa casa localizada na mesma rua em que Antônio ainda vive. Ela relata ainda que o ficou conhecendo quando estava na porta de sua casa e ele aproximou-se e iniciou uma conversa, comportamento que, como pude constatar, Antônio pratica com certa regularidade, quando identifica vizinhos que ainda não conhece. Na ocasião em que se aproximou de Elizabeth, Antônio falou-lhe sobre o “Natal Sem Fome”, um dos “trabalhos sociais” que, naquela época eram promovidos por participantes do Conselho. Foi a partir de tal diálogo que Elizabeth passou a contribuir com as ações que vinham sendo promovidas por participantes do Conselho, desempenhando algumas atividades e recebendo cestas básicas como retribuição.

Ele é muito comunicativo, né? Aí, ele passava e os meninos [filhos de Elizabeth] conversavam com ele e tudo. Aí, um dia, ele passou e eu estava na porta da rua. Aí, ele parou e começou a conversar e a falar do Natal Sem Fome. Uma conversinha assim, né? Aí, eu comecei a conversar... Os meninos dele [filhos de Antônio] eu conhecia... Aí, eu comecei a conversar e ele falou que tinha o Conselho e que havia as pessoas que trabalhavam como voluntárias. Naquela época, eu tava morando de aluguel (...) e

até passava um pouco de aperto assim... Aí eu passei a trabalhar lá, no Conselho, pra receber a cesta pra ajudar em casa. (Elizabeth)

Após a conversa com Antônio, Elizabeth passou a freqüentar a sede do Conselho, ajudando Ivete e Cristiano na realização do cadastramento de pessoas que teriam direito a receber cestas básicas na época do natal. Em determinada fase, porém, Elizabeth também passou a integrar o conjunto de moradores (que era formado principalmente por mulheres) que trabalhavam na “horta comunitária” existente na “escola do bairro”, assumindo a coordenação das atividades realizadas por tal grupo.

Ao apontar que Antônio dedica parte de seu tempo livre para tecer conversas com moradores do Jequitibá e mesmo para prestar favores a muitas dessas pessoas, meu intuito foi chamar a atenção para alguns comportamentos por meio dos quais ele busca ampliar e atualizar sua rede pessoal. Além disso, tais comportamentos também concorrem para que Antônio construa e mantenha seu *capital pessoal*, terminologia que, conforme já destaquei, Bourdieu (2005) emprega para referir-se à “notoriedade” que determinado ator social adquire por ter seu “nome” e sua “reputação” reconhecidos por outros.

4. UMA DISPUTA NO COTIDIANO DO BAIRRO

O propósito do presente capítulo é analisar de que maneira Antônio participa atualmente da *pequena política* (Bailey, 1971) que caracteriza o “movimento comunitário” do Jequitibá. Para alcançar tal objetivo, busco explorar, ao longo do capítulo, como se dá uma disputa existente entre ele e a vereadora Vera Resende. Descrever e analisar o modo como cada um dos envolvidos (acompanhados por seus respectivos “aliados”) atua em tal disputa é uma forma de compreender como a “política comunitária” é praticada no âmbito do Jequitibá.

Neste capítulo, inicialmente, descrevo como, atualmente, Antônio empreende um certo esforço para deixar claro que não é um “seguidor” de Vera. Para tanto, ele faz, reiteradamente, uma série de críticas ao modo de atuação da vereadora. Em seguida, tomo um conjunto de eventos encadeados para compreender como Antônio busca empreender a “luta” pela municipalização da rodovia que tangencia o Jequitibá e como, em tal “luta”, Vera desponta como uma “concorrente”. Trago ainda, logo na seqüência, outro exemplo relacionado à disputa existente entre a “equipe de Vera” e Antônio e seus “aliados”. Em tal disputa, um assessor da vereadora se esforça para fazer com que o asfaltamento de uma rua do bairro seja visto como resultado do empenho da equipe da vereadora, enquanto Antônio busca neutralizar tal esforço. Em seguida, deixo de lado o campo das “lutas comunitárias” e apresento um exemplo etnográfico no qual é possível perceber que a “autoria” das festas que são promovidas com certa regularidade no Jequitibá também é objeto de disputa. Por fim, apresento a narrativa feita a mim por uma “liderança” do Jequitibá sobre a origem da Escola de Samba Unidos do Lambari e revelo como uma disputa pela “paternidade” de tal empreendimento levou diferentes atores sociais a se posicionarem em lados opostos. Esse último exemplo, que encerra o capítulo, deixa bastante evidente que a disputa envolvendo Vera e Antônio não é a única disputa que marca o “movimento comunitário” do Jequitibá.

4.1. Críticas à atuação de Vera e sua equipe

No Jequitibá é comum ver moradores criticarem os candidatos a cargos eletivos que “só aparecem” no local no período das campanhas eleitorais. Trata-se de “candidatos que caem de pára-quedas”, expressão usualmente empregada por pessoas que vivem no Jequitibá para fazer referência aos “políticos de fora”, que só estariam interessados nos votos que a

população do bairro pode lhes garantir, sem apresentar qualquer vínculo mais estreito com aqueles que vivem no local.

Em contraposição aos “candidatos que caem de pára-quedas”, há diversos moradores do bairro que também lançam suas próprias candidaturas. Algumas vezes, esses “candidatos do bairro” são pessoas que apresentam uma trajetória pontuada por “lutas comunitárias” e suas candidaturas contam com o apoio de uma série de “lideranças” locais, aspectos que as levam a ser classificadas como “candidaturas populares”.

A proposta é que, caso sejam eleitos, aqueles que estão à frente de “candidaturas populares” passem a defender os interesses dos moradores daqueles bairros onde estão localizadas suas bases eleitorais, mantendo relações de cooperação com as “lideranças comunitárias” que os apoiaram. Tais relações caracterizariam o que certas “lideranças” do Jequitibá identificam como sendo “mandatos populares”.

Existe, portanto, a construção de uma outra situação paradigmática, que consiste na tentativa de pensar a política fora da mediação de um outro estranho aos interesses do grupo. As candidaturas populares sinalizam com a possibilidade efetiva de uma representação política baseada em parâmetros diferentes, porque elaboradas como vindas de “dentro” do próprio bairro e, portanto, não sujeitas às formas convencionais e hierárquicas que estruturam a relação entre políticos e eleitores. (BARREIRA, 1998, p. 163)

No ano 2000, a candidatura que levou Vera à Câmara Municipal de Belo Horizonte foi um exemplo desse tipo de candidatura. Naquele ano, no período pré-eleitoral, diversas “lideranças” do Jequitibá participaram da corrida de Vera em busca de votos. Entre tais “lideranças” estavam os integrantes do então extinto Grupo Força.

Com o passar dos anos, porém, alguns apoiadores iniciais de Vera afastaram-se da vereadora e passaram a proferir críticas em relação ao modo como ela e sua equipe atuam. Entre tais dissidentes, encontra-se Antônio, que costuma criticar, com certa regularidade, a atuação de Vera.

Logo que iniciei meu trabalho de campo, participei de uma reunião que foi realizada numa escola pública de um bairro vizinho ao Jequitibá, na qual algumas “lideranças comunitárias” discutiram questões relacionadas ao lançamento de uma “candidatura popular” que concorreria, no ano seguinte, a uma vaga na Câmara Municipal da cidade. A reunião aconteceu no fim de uma tarde de sábado e contou com presença de cerca de dez participantes. Fui a tal encontro acompanhado por Antônio e Ivete, bem

como por Marta e Alberto, outras duas pessoas que atuam no “projeto social” desenvolvido a partir do Conselho.

Assim que a reunião foi iniciada, uma “liderança comunitária” explicou ao restante do grupo que Júnior, que atua num “projeto social” e é funcionário da escola pública onde a reunião acontecia, havia sido escolhido por “lideranças” locais para ser apoiado como candidato a vereador, no ano seguinte. Não demorou muito tempo, porém, para que Alberto pontuasse que considerava prematura aquela escolha. Alberto sugeriu que, em vez de se reunirem em torno de um “nome”, as “lideranças” locais deveriam focar seus esforços na definição de uma linha de atuação que seria seguida futuramente pelo vereador, caso a candidatura saísse vitoriosa.

Antônio também manifestou sua concordância com a posição assumida por Alberto e aproveitou para expor seu descontentamento em relação a vereadores que são eleitos a partir de “candidaturas populares” que se constroem ancoradas no Jequitibá e em bairros vizinhos, mas que não aderem a uma linha de atuação de defesa efetiva dos interesses dos moradores dessa região. Segundo comentou Antônio, tais vereadores apenas “criam o dia da liderança comunitária” e trocam os nomes das ruas do bairro, em vez de promoverem “mudanças significativas” para o Jequitibá e suas imediações. Algumas pessoas que participavam da reunião riram, discreta e maliciosamente, dos comentários de Antônio, demonstrando saber que ele referia-se à atuação de Vera.

Quando a reunião já se aproximava do fim, Antônio afirmou ainda que o grupo deveria não apenas adiar a escolha daquele que seria o candidato, como também adiar a escolha da legenda partidária pela qual a candidatura seria lançada. Ao fazer essa ponderação, ele acrescentou que, no PT, também havia políticos que apresentavam atuação pouco expressiva. Mais uma vez a crítica era dirigida a Vera. Tal comentário proferido por Antônio, porém, aponta ainda uma questão que é importante salientar: o PT é uma escolha quase unânime quando certas “lideranças” do Jequitibá e suas imediações decidem se reunir em torno de uma “candidatura popular”.

Em outras ocasiões, vi Antônio e outros participantes do Conselho proferirem críticas à atuação de Vera. Antônio costuma afirmar que, mesmo sendo uma antiga moradora do Jequitibá, ela não havia conseguido conquistar “melhorias” significativas para o bairro, como, por exemplo, uma “nova ponte” para o local.

Ao criticar a atuação de Vera, Antônio diz que gostaria de ver eleito um vereador que representasse a região em que o Jequitibá está localizado e que estivesse comprometido com “uma política maior”. Para Antônio, um vereador que assumisse a representação de tal

região deveria estar preocupado com a criação de um plano de urbanização para o local, propondo, por exemplo, uma regularização dos lotes do bairro e a ampliação dos recursos que são destinados, por meio do programa de OP, à “sub-região” onde o Jequitibá está localizado, uma vez que se trata de uma “sub-região” que ainda carece de muitas obras de infra-estrutura urbana.

É importante salientar que, em seus comentários sobre “os políticos que estão presentes” no cotidiano do bairro, Antônio também costuma criticar Afrânio Soares, vereador que mantém no Jequitibá, assim como Vera, um “gabinete” em que presta atendimento à população²². O “gabinete” de Afrânio é identificado pela equipe de tal vereador como sendo “o projeto social do vereador Afrânio Soares”. As principais ações que Afrânio promove a partir de tal “gabinete” são um curso de caratê, voltado para crianças, e o transporte de moradores do bairro que necessitam ir ao hospital ou ao posto de saúde, mas possuem dificuldades para se locomoverem. Para realizar tal transporte, o vereador mantém, no bairro, um carro branco que traz em suas laterais a seguinte inscrição: “projeto social do vereador Afrânio Soares”. Cabe mencionar ainda que o “gabinete” que Afrânio mantém no Jequitibá é uma “filial” de um “gabinete bem mais amplo” que ele mantém num bairro vizinho.

É interessante ressaltar que, mesmo proferindo críticas tanto a Vera, quanto a Afrânio, a primeira representa o alvo mais recorrente de Antônio. Uma explicação para esse comportamento pode estar no fato de que Antônio e Vera estariam inseridos numa mesma *comunidade moral* (BAILEY, 1971). Vera e Antônio convivem com certa intensidade já há bastante tempo e apresentam trajetórias que são próximas. Ambos forjaram suas trajetórias no bojo do “movimento comunitário”, tendo atuado em cooperação em diversas situações. Vera, por exemplo, contribuiu na realização de diversas festas que foram promovidas pelos integrantes do Grupo Força. A bem dizer, ela também fez parte do Grupo.

Ao contrário de Vera, Afrânio Soares é um político que não convive com Antônio, sendo um vereador “de fora” do bairro, que só aparece no Jequitibá em ocasiões excepcionais. Além disso, a trajetória de Afrânio é bem distinta da trajetória de uma “liderança comunitária”. Afrânio é visto como um homem rico que construiu sua carreira graças à influência de seu pai, que também era político.

Ora, o fato de determinado ator social estar mais empenhado em julgar aqueles que se encontram mais firmemente inseridos numa *comunidade moral* da qual participa – ou seja,

²² Em sua etnografia, Kuschnir (2000) centra parte de seus esforços em descrever e analisar como funciona um “escritório” que uma vereadora do Rio de Janeiro mantém no bairro de subúrbio em que vive. Em tal escritório, a referida vereadora também prestar “atendimento” à população local.

peessoas com as quais compartilha determinados conjuntos de categorias e valores e com as quais interage com maior intensidade – é uma das explicações para que a atuação de Vera seja criticada por Antônio com maior frequência do que a atuação de Afrânio. Para evitar qualquer mal-entendido, é preciso ressaltar que não se trata aqui de falar em “fronteiras” que permitiriam que se discernisse aqueles que estão “dentro” e aqueles que estão “fora” de uma dada *comunidade moral*. O que há são valores que estão mais firmemente internalizados em algumas pessoas, que se encontram, portanto, mais integradas na referida *comunidade moral*, do que em outras pessoas que apresentam tais valores internalizados de modo “frouxo”, ou mesmo, que não apresentam tais valores.

As críticas de Antônio também podem ser interpretadas como uma busca que ele empreende para se diferenciar de Vera e de sua equipe de assessores. Tal busca encontra sua justificativa no fato de que muitos moradores do Jequitibá acreditam que as atividades realizadas pelos participantes do Conselho consistem em ações que são promovidas pela vereadora, impressão que se construiu nos primeiros anos de existência da entidade e que ainda está na memória de muitos.

Diferenciar-se da vereadora reflete o desejo que Antônio apresenta de ser reconhecido, tanto no bairro, quanto fora dele, como uma “liderança comunitária” que não apresenta vínculos de subordinação com nenhum político. Ele não quer ser visto como um “seguidor” de Vera, mas sim como uma “liderança” que age de maneira autônoma.

Antônio e alguns de seus “aliados” alegam que a tensão que se instaurou entre eles e a equipe de Vera foi impulsionada por diversos acontecimentos, entres os quais destaca-se o fato de Reinaldo, assessor da vereadora, ter divulgado no “jornalzinho do mandato” de Vera que ela e sua equipe teriam “desenvolvido e/ou apoiado” as atividades que haviam sido promovidas por integrantes do Conselho. O que causou grande incômodo foi o fato de tal entidade não ter sido nem mesmo citada no “jornalzinho”, apenas as atividades que haviam sido realizadas a partir dela. Cabe mencionar que, certo tempo depois, Reinaldo afastou-se do Conselho. É interessante comentar ainda que Cristiano, quando mencionou tal episódio comigo, utilizou o termo “politicagem” para caracterizar o modo como o assessor de Vera teria agido.

Na mesma situação em que utilizou o termo “politicagem”, Cristiano também comentou que o Conselho não pode ter sua imagem associada a políticos, pois isso dificultaria o estabelecimento de “parcerias” com representantes de entidades “de fora” do bairro. Durante tal conversa, ele disse ainda que, quando alguns integrantes do Conselho foram firmar uma “parceria” com uma escola particular católica de Belo Horizonte, a representante

de tal instituição disse que a relação só poderia ser construída se a imagem do Conselho não estivesse associada à imagem da vereadora. Para que os integrantes do Conselho conquistem “parceiros”, a entidade não pode ser vista como um apêndice do “mandato de Vera”.

Cabe mencionar ainda que a separação entre “o Conselho” e o “gabinete da vereadora” ficou mais forte quando Lourdes, que costuma declarar seu apoio irrestrito a Vera, afastou-se da entidade. Tal afastamento, ocorrido em 2006, foi o resultado de um conflito que se instalou entre Lourdes e Antônio.

Quando se desligou da entidade, Lourdes fez com que a Cooperativa de Produção de Alimentos e Artesanato, entidade que ela havia ajudado a fundar, no âmbito do Conselho, também se desvinculasse da instituição. Cabe mencionar que tal Cooperativa recebe apoio financeiro de Vera²³ e é coordenada por Lourdes. Sílvia também deixou de participar das atividades promovidas pelo Conselho na mesma ocasião em que Lourdes afastou-se da entidade.

4.2. Alguns eventos sobre a “luta” pela municipalização da rodovia

Durante meu trabalho de campo, presenciei alguns eventos por meio dos quais pude perceber a disputa existente entre Vera e Antônio. Tais eventos, que estavam relacionados à “luta” pela municipalização da rodovia que tangencia o Jequitibá, são descritos ao longo desta seção para revelar de que modo a mencionada disputa se desenrola. A partir de tais descrições, busco mostrar de que maneira Antônio constrói sua atuação e, conseqüentemente, busco revelar alguns caminhos que lhe garantem um certo destaque na referida “luta”.

Utilizo o termo “evento” para me referir a certas suspensões do dia-a-dia que me permitiram apreender nuances do “jogo social” praticado no âmbito do bairro. Tais eventos que presenciei consistiram em algumas reuniões e numa audiência pública que foi realizada na quadra da “escola do Jequitibá”, situações em que pude vislumbrar de maneira bastante clara como se dá a disputa existente entre “o grupo de Antônio” e “a equipe de Vera”.

Alinhando-me à perspectiva de Peirano (2001a, 2001b), considero que o estudo de eventos pode ser uma estratégia imprescindível para que o etnógrafo apreenda certas

²³ Antônio diz que a vereadora já afirmou, em determinadas situações, que “bancava” o Conselho, fato que, de acordo com ele, não é verdadeiro. Segundo Antônio, durante certo período, Vera contribuiu mensalmente com uma quantia de cerca de 150 reais. Ele salienta, porém, que essa quantia não era suficiente sequer para pagar a conta de telefone da instituição. Além disso, Antônio acrescenta que, além da contribuição da vereadora, havia contribuições vindas de outras pessoas. Antônio diz ainda que não consideraria um problema se Vera dissesse que contribuiu, durante certo período, com uma quantia de cerca de 150 reais, mas que não considerava “tolerável” que ela dissesse que “já bancou” as atividades promovidas a partir do Conselho.

dimensões da vida social que não se deixam perceber de outra forma. Dois antropólogos que também corroboram a perspectiva defendida pela autora são Palmeira e Barreira (2006). Conforme tais autores sintetizam, os eventos consistem em

interrupções do cotidiano reveladoras do cotidiano, que podem dar acesso ao pesquisador a estruturas sociais ou culturais ou a princípios informadores da ação social dificilmente perceptíveis no dia-a-dia”. (PALMEIRA e BARREIRA, 2006, p. 19)

Algumas “lutas” empreendidas por Antônio e seus “aliados” – contextualizando os eventos

Para facilitar o entendimento acerca dos eventos que serão descritos e analisados a seguir, cabe promover uma descrição, em linhas gerais, sobre o contexto que levou à “luta” pela municipalização da rodovia. Alguns fatos que marcaram o referido contexto já foram sucintamente esboçados na introdução deste trabalho. Cabe, porém, apresentar uma descrição mais detalhada.

Segundo Antônio, a “luta” pela municipalização da rodovia é o desdobramento de uma reivindicação anterior. Em 2001, ano em que o Conselho foi fundando, Antônio e outros participantes da entidade buscaram, por meio do Ministério Público, uma maneira de retirar, das margens da via que tangencia o bairro, o “aglomerado” que existia no local.

Em meio às tentativas que foram sendo empreendidas para a remoção do referido “aglomerado”, Antônio foi tecendo relações mais próximas com algumas pessoas que viviam no local. Foi principalmente por meio de Carla²⁴, que Antônio buscou se firmar como uma “liderança” que defendia os interesses daquela população específica. Há de se comentar, porém, que, por meio de tal “luta”, Antônio também buscava defender os interesses dos moradores do Jequitibá, uma vez que tais moradores desejavam que o “aglomerado” fosse retirado da “entrada” do bairro.

Ao longo de 2006, como fruto de um acordo estabelecido entre a prefeitura da cidade e o governo estadual, os moradores que residiam nas margens da rodovia começaram a ser retirados do local para que a via fosse duplicada. Ao longo do processo de “realocação” dos moradores da “favelinha”, cada família que vivia no referido “aglomerado” ou recebeu uma indenização em dinheiro, que variou de acordo com a avaliação que funcionários da prefeitura

²⁴ Conforme mencionado no capítulo anterior, Carla é uma das moradoras “da rodovia” que trabalharam na “horta comunitária” localizada no pátio da “escola do bairro”.

fizeram do barraco em que residia, ou recebeu um crédito no valor de até 15 mil reais que deveria ser utilizado na compra de uma residência em qualquer localidade que escolhesse.

Durante o processo de “realocação” dos moradores do “aglomerado”, que se estendeu ao longo de 2006, a companhia responsável pela urbanização da cidade alugou duas salas na sede no Conselho. Tais salas funcionaram como um posto de atendimento às famílias que teriam o direito de receber uma indenização pelos barracos em que viviam. Foi durante o processo de “realocação” dos “moradores da rodovia” que Antônio ficou conhecendo Chico, um funcionário da mencionada companhia que passou a freqüentar a sede do Conselho diariamente. Graças ao convívio diário, Chico e Antônio teceram uma relação de amizade.

Cabe mencionar ainda que Chico disputou uma vaga para a Câmara Municipal, nas eleições de 2004. Na ocasião, ele lançou sua candidatura pelo PT e foi apoiado por uma série de pessoas que estavam envolvidas nos “movimentos sociais” da cidade. Em sua campanha, Chico buscou se firmar como um candidato que, uma vez eleito, faria um “mandato popular”.

Assim que as famílias foram retiradas das margens da rodovia, os barracos em que viviam foram demolidos e iniciou-se a obra de duplicação da via. Em 2007, tal obra compõe o cenário que está situado logo na “entrada” do bairro.

Como a obra de duplicação e recuperação da via será finalizada num prazo não muito longo, Antônio diz que há uma certa urgência para que a “luta” pela municipalização da rodovia seja bem-sucedida. Para ele, a municipalização é uma forma de evitar que um novo “aglomerado” surja nas margens da rodovia, assim que a obra chegar ao fim. Ele diz que, uma vez ocorrida a municipalização, tal via seria transformada numa avenida, receberia iluminação e suas margens provavelmente ficariam menos vulneráveis a futuras “invasões”, uma vez que a prefeitura assumiria a responsabilidade pelo local.

Segundo Antônio, é mais fácil encaminhar demandas para aqueles que estão envolvidos com a administração do município do que para os agentes do governo estadual. Por essa razão, a municipalização da rodovia facilitaria a atuação das “lideranças comunitárias”, caso novas “invasões” acontecessem no local. Em parte, esse diálogo mais fácil com aqueles que estão envolvidos na administração municipal resulta do fato de as “lideranças comunitárias” da cidade geralmente apresentarem uma ampla gama de “contatos” com agentes que trabalham na prefeitura, e não manterem muitas relações com agentes do governo estadual.

Antônio acredita também que, caso novas “invasões” viessem a acontecer no local, após a municipalização, os agentes da prefeitura agiriam de maneira mais rápida e eficiente do que os agentes do governo estadual. Antônio realiza tais conjecturas a partir da realidade que

está à sua volta. Segundo ele observa, as “invasões” estão concentradas, principalmente, nas vias a cargo do governo estadual e não nas vias sob responsabilidade da prefeitura.

Além da municipalização, ele argumenta que seria importante que fossem criados espaços de lazer nas áreas localizadas às margens da rodovia. Dessa forma, as “invasões” seriam inibidas, visto que geralmente elas acontecem em locais onde não há qualquer tipo de “ocupação”.

Antônio costuma dizer que a “luta” pela municipalização da rodovia está diretamente associada à “luta” pela recuperação do poluído Ribeirão Lambari. Por meio desta, ele vem buscando caminhos para que o Lambari seja despoluído e não simplesmente canalizado. O objetivo é que o curso natural de tal ribeirão seja preservado, que as moradias localizadas em suas margens sejam removidas e que tais locais sejam transformados em áreas de lazer destinadas ao uso coletivo dos moradores do Jequitibá e de outros bairros vizinhos. Como a rodovia está situada próxima a uma das margens do Lambari, Antônio defende que sua municipalização e conseqüente transformação numa avenida será o primeiro passo para a recuperação do ribeirão.

Na busca por alcançar sucesso nessa “luta” pela preservação do ribeirão, Antônio vem promovendo, na sede do Conselho, reuniões com representantes de diversas instituições da cidade de Belo Horizonte, entre as quais há uma universidade federal que realiza um projeto de educação ambiental e preservação dos rios, além de “quatro faculdades”, como o próprio Antônio costuma ressaltar. Um dos objetivos de tais encontros é promover a criação de um “programa ambiental para o Lambari”. Tal programa consistiria na reunião de uma série de “projetos sociais” voltados a promover “melhorias na qualidade de vida” da população que vive nas proximidades do ribeirão. A proposta é que as mais distintas instituições envolvidas na iniciativa promovam a execução de projetos próprios.

Tendo em vista que a municipalização da rodovia é um objetivo compartilhado pelos diversos representantes de entidades que têm participado das reuniões voltadas à construção do “programa ambiental para o Lambari”, foi criada a proposta de que tal grupo de representantes elaborasse um “documento” solicitando ao prefeito a municipalização da referida via. O primeiro evento que descrevo, a seguir, consiste exatamente na reunião em que representantes de diversas entidades compareceram à sede do Conselho, no mês de maio de 2007, para registrar suas assinaturas em tal “documento”.

Uma reunião na sede do Conselho

Logo que entrei na sede do Conselho, por volta de nove e meia da manhã, vi que algumas pessoas já estavam no pátio lateral, aguardando pelo começo das discussões. Identifiquei, rapidamente, que um dos homens presentes era Chico.

Aos poucos, outras pessoas foram se somando ao grupo que aguardava pelo começo da reunião. Passados alguns minutos, o pátio lateral da sede do Conselho estava repleto. As cadeiras dispostas em torno de uma grande mesa não eram suficientes para acomodar a todos. Diversas pessoas assentavam-se também num banco comprido que estava localizado num dos extremos do pátio, a certa distância da mesa.

Conforme Antônio mencionou em certo momento, aquela era a quarta reunião de uma série de encontros que vinha acontecendo na sede do Conselho, desde o princípio do ano. Em razão do esclarecimento feito por Antônio, constarei que, naquele local, estavam presentes tanto pessoas que já vinham participando desses encontros com certa regularidade, quanto pessoas que participavam pela primeira vez de uma reunião daquela natureza.

Antônio iniciou a reunião apontando quais tarefas deveriam ser realizadas pelo grupo que estava presente ao encontro. Foi em tal ocasião que constatei que a demanda pela municipalização da rodovia não era o único propósito da reunião. Diversas pessoas ali presentes também estavam engajadas na confecção de um “programa ambiental” que tinha o propósito de promover ações que “melhorassem a qualidade de vida” da população que reside em áreas próximas ao Ribeirão Lambari.

Inicialmente, Antônio enumerou quais demandas seriam apresentadas ao prefeito da cidade, afirmando que, além da solicitação de municipalização da rodovia, a comissão que iria “à prefeitura” também solicitaria a elaboração de um plano de urbanização para o bairro Jequitibá. Ao explicar ao grupo em que consistia tal demanda, Antônio perguntou a Chico qual era a sigla usada para identificar um plano dessa natureza, deixando transparecer que Chico, que é funcionário da prefeitura, estava de alguma forma envolvido na elaboração dessa solicitação específica.

Em seguida, Antônio explicou que a elaboração de um plano de urbanização é algo que já vem sendo realizado num bairro vizinho ao Jequitibá. Ele apontou também que, por meio de tal plano, todos os problemas urbanísticos presentes no Jequitibá seriam diagnosticados, tornando mais fácil para a “comunidade” solicitar melhorias mais amplas para o bairro. Antônio argumentou que os moradores do Jequitibá não deveriam se contentar com as obras pontuais que eram realizadas “pela prefeitura”. Ao mencionar tais intervenções

pontuais, ele fez referência principalmente às obras que eram conquistadas por meio do programa de orçamento participativo. Apesar de considerar o OP uma conquista para a “comunidade”, uma vez que retira dos vereadores a “paternidade” de obras, Antônio argumentou, enfim, que tal programa não permitia que fossem realizadas obras de alto valor, como a “nova ponte” que os moradores do Jequitibá desejam ver construída. Antônio argumentou que a elaboração de um plano urbanístico criaria “um mecanismo pra gente negociar num outro nível”.

Minutos mais tarde, Antônio leu o “documento” que solicitava a municipalização da rodovia e que seria assinado pelos participantes da reunião. Nesse momento, algumas pessoas apresentaram sugestões para modificar um trecho específico do texto lido. Uma das mulheres presentes apontou que seria importante acrescentar que a municipalização beneficiaria não só o Jequitibá, mas todos os bairros localizados naquela região da cidade.

Antônio acatou a sugestão de que os nomes de outros bairros da região também fossem citados no “documento”. Em seguida, ele enumerou quais eram os representantes de entidades que estavam presentes na reunião e que, portanto, assinariam o pedido de municipalização da rodovia. Em tal momento, algumas pessoas debateram se o grupo deveria ou não coletar a assinatura de certos representantes de entidades que não haviam comparecido ao encontro. Antônio argumentou que, na avaliação dele, somente as pessoas que estavam na reunião deveriam assinar, para que se evitasse, dessa forma, que o “documento” adquirisse o aspecto de um simples abaixo-assinado. Ele considerava importante que as pessoas que assinassem estivessem engajadas nas discussões que vinham sendo realizadas no âmbito do Conselho.

Sabe o que a gente queria, na realidade? Não é coletar assinatura. Na realidade, é fazer esse pessoal participar do processo, porque coletar assinaturas nós já vimos isso acontecer um monte de vezes aqui dentro desse bairro e não foi pra frente não. Ou o pessoal discute ou então... (Antônio)

Outros participantes do grupo argumentaram, porém, que as assinaturas das diretoras de escolas que não haviam comparecido deveriam ser coletadas posteriormente. Uma mulher disse que tais assinaturas eram significativas “para mostrar ao prefeito que há toda uma comunidade” por trás da demanda pela municipalização da rodovia. Tendo em vista o argumento apresentado, Antônio concordou com a sugestão e afirmou que as assinaturas de alguns representantes de instituições que não estavam presentes, tais como diretoras de escolas públicas do bairro, seriam coletadas posteriormente.

Ora, a busca por fugir à criação de um mero abaixo-assinado, elaborando-se um “documento” endossado por representantes de diferentes entidades, é uma tentativa de deixar evidente que a demanda pela municipalização da rodovia reflete o anseio de pessoas que apresentam papéis de destaque frente a diferentes entidades, principalmente entidades que têm sede no Jequitibá. Para aqueles que integram o “movimento comunitário” de tal bairro, os representantes de entidades locais costumam ser vistos como atores sociais estratégicos, pois, em função dos papéis sociais que desempenham nas instituições a que estão vinculados, apresentam uma certa ascendência sobre um número mais expressivo de pessoas do que um simples morador do bairro, que não está vinculado a nenhuma instituição. Dizendo de forma bastante esquemática, tais atores sociais são vistos como “líderes” que apresentam uma certa ascendência sobre certos conjuntos de “seguidores”. E a “união” de todos esses “líderes” pode ser vista como um signo que denota a existência de uma “comunidade”. É em razão dessa concepção que certos participantes da reunião argumentaram que os representantes de algumas instituições importantes do bairro, tais como as escolas públicas do local, não poderiam ser deixados de fora. Reunir as assinaturas de tais representantes era, enfim, uma forma de mostrar ao prefeito que a demanda pela municipalização da rodovia refletia o anseio de “toda uma comunidade”, algo que contribuiria para que a solicitação fosse atendida.

Cabe mencionar ainda que alguns representantes de instituições “de fora” do bairro, que vêm participando das reuniões na sede do Conselho e que endossariam o “documento” ao término da reunião, contribuiriam para conferir certo prestígio à “luta”. De certa forma, tais representantes “de fora” também denotariam que o Conselho é uma entidade que reúne um expressivo número de “parceiros”, aspecto que contribui para que Antônio, na condição de presidente de tal entidade, adquira certo reconhecimento social para desempenhar seu papel de “liderança”. Em certa medida, parte do reconhecimento que Antônio alcança, advém do prestígio alcançado pela entidade que preside.

Após as discussões relacionadas ao “documento” que seria entregue ao prefeito, os participantes da reunião passaram a discutir assuntos relacionados à elaboração do “programa ambiental para o Lambari”. Nessa fase, Antônio se ausentou do local para incorporar ao texto do “documento” que solicitava a municipalização da rodovia as modificações sugeridas no começo do encontro.

Quando Antônio não estava presente no pátio lateral do Conselho, Flávia, que atualmente é vice-diretora de uma escola pública infantil do bairro e diretora da Escola de Samba Unidos do Lambari, perguntou a Pedro, geógrafo vinculado a um projeto de preservação ambiental desenvolvido por uma universidade federal, se ele poderia ir às

escolas públicas da região falar sobre os problemas ambientais do local. Frente a tal solicitação, Pedro ponderou que ele não seria a pessoa mais adequada para falar sobre tais assuntos, mas sim Antônio. Ele acrescentou ainda que o “projeto” a que está vinculando, numa universidade federal, não tem o objetivo de promover eventos, mas sim o propósito de sensibilizar as pessoas que moram em áreas de bacias hidrográficas para que elas mesmas desenvolvam ações.

A descrição que se segue de um trecho do diálogo que se configurou entre Pedro e Flávia deixa claro que ela tinha interesse de que a discussão sobre meio ambiente que o grupo presente na reunião vinha realizando não permanecesse vinculada ao Conselho. É possível ler nas entrelinhas de tal diálogo uma rivalidade envolvendo Flávia e o presidente do Conselho. Cabe salientar que, no momento em que tal diálogo aconteceu, Antônio não estava presente.

Flávia – Você pode ir à escola? **Sair desse grupo específico aqui do Conselho...**

Pedro – Você está falando de uma ação específica, para eu ir a uma escola dar uma palestra...

Flávia – Nem é tão específica assim não. É pra fomentar essa discussão nas escolas. Porque é diferente quando vai alguém de fora, né? A gente que está na instituição sabe disso.

Pedro – A gente pode marcar isso, mas o que a gente quer gerar é que não fiquem dependendo da gente. **O Antônio tem competência par ir à escola e falar do ribeirão melhor do que eu que não sou aqui da região.**

Flávia – **Às vezes, uma pessoa de fora faz mais efeito do que uma pessoa de dentro da comunidade.** (...) Eu [ela está se referindo à escola infantil da qual é vice-diretora] estou do lado do centro de saúde. Nós podemos pensar ações conjuntas e ter esse apoio. Pensar, assim, talvez um seminário ou alguma coisa em que a gente pudesse contar com uma fala sua. Seria legal. Só esse mapa que você mostrou ali, aéreo, já é um avanço enorme. A gente não tem essa noção não. Se a gente convidar a comunidade, os pais das escolas...

(...)

Pedro – Olha só, esse mapa que eu apresentei aqui, eu peguei foi do Antônio. Isso é documento do Antônio e do pessoal do DER que fez o projeto aqui [Pedro refere-se ao projeto de duplicação da rodovia que tangencia o Jequitibá]. O Antônio e o pessoal do DER têm mais competência pra falar (...). **O Antônio tem mais competência pra falar disso do que eu.** Eu sei falar de água no geral, de bacia hidrográfica, de meio ambiente. A gente pode combinar, tudo bem. Mas só pra você entender este momento aqui, não é o projeto da universidade federal que está puxando, **isto é o Conselho que está puxando. Não só o projeto da universidade federal, quanto as outras instituições que estão aqui, são parceiras. Então, não é que um vai abandonar os outros. Nós estamos querendo construir algo coletivo. Isso é fruto da luta do... não é do Antônio, é do Conselho, não é Antônio?** [Antônio havia acabado de reincorporar-se à reunião] **Mas é o Antônio que está à frente.**

No breve diálogo descrito anteriormente, Pedro afirma que o Conselho desempenha um papel central no fomento à elaboração do “programa ambiental para o Lambari”. “É o

Conselho que está puxando”, diz ele. Pedro também tece certos elogios a Antônio, ressaltando, ao final de sua fala: “é o Antônio que está à frente”.

Alguns segundos mais tarde, Flávia hesita se deve ou não assinar o “documento” que será posteriormente encaminhado à prefeitura da cidade. A partir das afirmações que profere, é possível perceber que Flávia se questiona se o Conselho não será visto como “o único autor” da ação, caso a rodovia estadual seja transformada numa via municipal. Nessa ocasião, é Chico quem sai em defesa do Conselho, buscando neutralizar as queixas de Flávia. Tal qual Pedro, ele também é alguém “de fora” da “comunidade”.

Flávia – Nós estamos todos aqui com a logomarca com o mesmo valor ou vai ser tudo em função só do Conselho?... É uma questão sim.

Chico – Deixe eu levantar uma questão?

Antônio – Eu também quero levantar isso também.

Chico – Deixe eu levantar uma questão aqui. Eu vou tentar reconduzir o curso um pouco no espírito de equipe. De certa maneira, a gente acompanhou aqui um processo de construção desse processo de mobilização em torno das bandeiras que estão colocadas aqui. (...) **A idéia é construir um movimento unitário onde todas as entidades, das mais variadas frentes de intervenção dessa região possam se unificar em torno desse projeto de revitalização do ribeirão**, considerando o ribeirão, os problemas que ele tem em seu entorno, o impacto de uma intervenção pública aqui (...). Na verdade, a idéia, **o sentido maior é construir essa chamada unidade dos movimentos do entorno** com o objetivo de tratar e discutir e avançar nessas perspectivas colocadas em torno desses problemas existentes aqui vinculados ao ribeirão. (...) **O Conselho está tendo um papel importantíssimo que é, de certa maneira, de ser o pólo aglutinador dessa construção. Não é o Antônio, a coisa não é do Conselho, não é do Antônio especificamente.** É uma coisa construída coletivamente na qual o Conselho tem um papel de destaque. Pelo acúmulo que já tinha de conhecimento, pelo grau de articulação que já tinha com várias instituições, ele tentou somar isso aqui num fórum único com esse objetivo. Então a idéia é essa. **Aqui, ninguém vai disputar espaço, ninguém vai disputar... nada disso.** A idéia é somar esforços no sentido de estar tratando essa questão, que nós chamamos aqui de os problemas sociais em torno do ribeirão. O projeto da universidade federal é isso, vem nessa linha, trazendo sua contribuição, como vem também a universidade estadual, como vem também outras instituições... Então, esse espírito de disputa não existe. **Nós não temos aqui o que disputar, nós temos é o que somar aqui**, objetivos a serem somados numa linha, numa perspectiva. (...) Nós vamos ter que avançar muito mais do que nós avançamos ainda. Nós estamos dando alguns passos agora. E é fundamental nossa unidade para que a gente consiga não só consolidar o que nós já tínhamos, como avançar pra frente.

Antônio – (...) A proposta é otimizar, buscando a visão de cada um. **E sem essa discussão de hierarquia.** Sem essa discussão. Esse é o quarto encontro, e uma coisa que em todo encontro a gente tem falado é que os que estão aqui dentro têm a mesma fala, têm o mesmo direito de fazer as coisas, têm o mesmo direito de opinar. Todos que estão aqui dentro, não importa de qual instituição seja. É uma construção coletiva de uma proposta coletiva. É isso que está acontecendo aqui. E realmente é um novo caminho para a comunidade do Jequitibá. E todas essas mudanças passam por crises, passam por discussões e é positivo, não é negativo não. (...) Uma das coisas de que a gente sempre falou e da qual nunca abriu mão é a seguinte: o ribeirão é o principal problema da região, mas também é a solução dela. Então, todos que puderem

contribuir com isso terão o seu espaço sim. Eu acho que essa reunião hoje marca um momento desse documento, dessa questão da municipalização. É um início de um processo, que vai ter outras surpresas.(...) Se a gente sair hoje com esse documento assinado, já é um passo. O acúmulo de material na nossa mão [Antônio faz referência às fotos aéreas, mapas e textos sobre o Ribeirão] é outro passo.

(...)

Chico – É isso. Há mais algumas dúvida?

Flávia (num tom de voz consideravelmente mais baixo) – Vamos experimentar se a setinha vai pros dois lados.

Mesmo demonstrando uma certa relutância, Flávia decidiu, por fim, assinar o “documento” em que a municipalização da rodovia era solicitada. Cabe ressaltar, porém, a provocativa frase que ela proferiu ao expressar sua concordância em endossar a solicitação que seria posteriormente encaminhada ao prefeito da cidade. Ao dizer “vamos experimentar se a setinha vai pros dois lados”, Flávia fez uma alusão à logomarca do Conselho que é composta por duas “setinhas” que formam um círculo. Tal círculo pode ser interpretado como uma referência às relações caracterizadas pela reciprocidade que inspirariam as ações que são promovidas pelo Conselho. A frase proferida por Flávia busca claramente questionar se a reciprocidade estaria realmente presente no dia-a-dia de tal entidade.

Segundo avalia Antônio, Flávia é “aliada” da vereadora. Segundo ele, a rivalidade que se fez presente durante a reunião estava relacionada à rivalidade que vem se configurando entre ele próprio e Vera Resende. É interessante mencionar ainda que, entre os diversos participantes da reunião, estava Sílvio, assessor da vereadora. A participação de Sílvio justificou-se pelo fato de que ele também faz parte da Escola de Samba Unidos do Lambari. Foi Sílvio quem assinou o “documento” na condição de representante de tal agremiação. Flávia, por sua vez, assinou como representante da Unidade Municipal de Ensino Infantil do bairro, da qual é vice-diretora.

A partir dos dois excertos de diálogos transcritos anteriormente, é possível perceber que Flávia apresentava um certo descontentamento com relação ao destaque que o Conselho poderia adquirir caso a “luta” pela municipalização da rodovia alcançasse um resultado positivo. Foi por essa razão que ela questionou se as “logomarcas” de todas as entidades representadas na reunião teriam o mesmo peso.

Caso a referida “luta” seja bem-sucedida e o Conselho alcance maior destaque do que as demais entidades que se encontravam “unidas” para promover tal conquista, Antônio será visto, por muitos, como o principal responsável pela municipalização da rodovia. E isso é algo que causa certo incômodo. No Jequitibá, as “lideranças” e representantes de entidades buscam “se unir” para alcançar maiores resultados nas “lutas” que empreendem – essa, como

vem sendo demonstrado ao longo da dissertação, é uma concepção particular sobre a maneira como a política deve ser praticada atualmente no âmbito do bairro. Entre tais “lideranças” e representantes de entidades do bairro, porém, é preciso que não haja um processo de hierarquização, caso contrário, a “união” está fadada a se romper. Quando um “líder” ou representante se destaca frente aos demais “líderes” e representantes, essa pessoa corre grandes riscos de ser apontada como alguém que se apropriou do trabalho alheio. Sobre tal pessoa são grandes as chances de recaírem avaliações morais negativas. Tal fenômeno está próximo certas formulações teóricas elaboradas por Bailey (1971). Segundo o autor, aqueles que integram uma certa *comunidade moral* buscam anular os esforços que são empreendidos por pessoas que buscam se diferenciar do restante do grupo e, graças a isso, uma certa “igualdade” é mantida.

É interessante observar que, no Jequitibá, rivalidades vêm à tona quando determinadas “lideranças” buscam ser vistas como as responsáveis por fomentar a realização de obras públicas, festas, campanhas educativas etc. Esse, inclusive, é um dos motivos que contribuem para que se estabeleça uma rivalidade entre “Antônio e seus aliados” e “Vera e sua equipe”. Antônio e aqueles que estão a seu lado demonstram grande incômodo quando a vereadora e seus assessores buscam fazer com que ela seja vista como a responsável por fomentar a realização de determinada obra que é levada a cabo por agentes da prefeitura ou por fomentar festas que são “realizadas pela comunidade”. Eles ficam incomodados quando ela se destaca frente às demais “lideranças” que, porventura, também estiveram envolvidas em tais “lutas” ou festas.

Não se pode perder de vista que Vera e Antônio são duas “lideranças” e que a rivalidade existente entre eles pode ser interpretada, ao menos em parte, como o resultado de uma competição. Conforme já aponte, Vera e Antônio competem porque guardam várias semelhanças entre si – principalmente no que tange à trajetória de ambos. Tal como destaca Bailey, “those nearest are also those with whom you interact most frequently and, therefore, those with whom you are most likely to have a cause for contention” (BAILEY, 1971, p. 19).

É interessante observar como, nas duas ocasiões em que Flávia demonstrou um certo incômodo em relação à ascendência do Conselho frente às demais entidades que tinham representantes presentes na reunião, aqueles que saíram em defesa “do Conselho”, e conseqüentemente do modo de agir de Antônio, foram atores sociais “de fora” do bairro. Além de serem pessoas “de fora”, Chico e Pedro apresentam um certo destaque pelos vínculos que apresentam respectivamente com a prefeitura e com uma universidade federal. Provavelmente, tais aspectos que caracterizam Chico e Pedro tiveram um peso para

neutralizar a rivalidade existente entre Flávia e Antônio. Tal como a própria Flávia afirma em certo momento: é diferente quando, quem fala, é alguém “de fora”.

As relações que Antônio nutre com pessoas “de fora” do bairro que estão vinculadas a entidades diversas ou mesmo a órgãos de governo (relações estas que recebem o nome de “parcerias”) são recursos sociais que podem lhe garantir um papel de destaque no âmbito do Jequitibá e mesmo “fora” do bairro. As relações que mantém com Chico e Pedro, por exemplo, podem atribuir um certo prestígio a Antônio. Além disso, tais relações podem ser úteis a Antônio, como no caso em que Chico e Pedro neutralizaram as queixas de Flávia. Afinal, mesmo tendo demonstrado certa relutância, Flávia endossou o “documento” que solicitava a municipalização da rodovia.

Reunião com o secretário municipal de política urbana

Inicialmente, para agendar uma reunião com o prefeito da cidade de Belo Horizonte, Antônio solicitou o auxílio de um deputado federal do PT para quem havia trabalhado nas últimas eleições, coordenando uma equipe de cabos eleitorais. Além de solicitar a mediação do referido deputado, porém, Antônio disse-me que ele próprio havia deixado “na prefeitura” uma cópia do “documento” que pedia a municipalização da rodovia, juntamente com a solicitação de que uma reunião fosse agendada para que tal tema fosse debatido. Segundo Antônio, foi tal pedido encaminhado “à prefeitura” que garantiu a marcação, para o mês de julho, de uma reunião, não com o prefeito, mas com o secretário municipal de política urbana da cidade.

A idéia de Antônio era aproveitar o ensejo da reunião para apresentar ao secretário uma série de demandas relacionadas ao Jequitibá e suas imediações, além, é claro, de entregar-lhe uma cópia do “documento” em que era solicitada a municipalização da rodovia. Tal “documento” apresentava, no alto da página, a logomarca do Conselho e era endossado por representantes de 18 entidades²⁵.

No dia agendado para a reunião, cheguei ligeiramente atrasado no prédio da região centro-sul da cidade em que tal encontro aconteceria. Logo que entrei na sala reuniões, vi que Antônio já estava no local, acompanhado por Chico, Eduardo, Zico, Alberto e Breno. Este último é presidente de uma associação esportiva com sede num bairro vizinho ao Jequitibá.

²⁵ Tais “entidades” eram: o Conselho, três universidades, uma associação de moradores de um bairro vizinho ao Jequitibá, quatro escolas, dois centros de saúde, o sub-comitê do Lambari, duas associações esportivas, uma organização do terceiro setor, duas escolas de samba e um “programa de inclusão social” desenvolvido pelo governo estadual.

Dois funcionários da prefeitura também estavam no local. Assim que entrei na sala, integrei-me ao grupo, que estava distribuído em torno de uma grande mesa, e percebi que todos aguardam pela chegada do Secretário.

Poucos minutos depois, o secretário entrou na sala e solicitou que cada um dos membros da “comitiva” liderada por Antônio fizesse uma breve apresentação de si. Eu, frente a essa situação, optei simplesmente por dizer meu nome e por relatar de forma ligeiramente ambígua que venho acompanhando as atividades desenvolvidas pelo Conselho Comunitário do Jequitibá. Por me sentir ligeiramente intimidado naquele momento, preferi não mencionar minha condição de pesquisador, fato que provavelmente demandaria de mim uma série de explicações.

Nessa fase de apresentações, percebi que o secretário não solicitou nem a Chico, nem a Antônio, que se apresentassem, tal como fez com os demais membros da “comitiva”. Esse fato deixou claro que o secretário já havia estabelecido contato com ambos, em ocasiões precedentes.

Depois que eu, Alberto, Breno, Eduardo e Zico nos apresentamos, Chico iniciou uma conversa com o secretário acerca de certo evento que aconteceria, alguns dias mais tarde, e que integraria as atividades internas do PT. Ao presenciar tal diálogo, constatei que Chico e o secretário eram “companheiros” de partido. A partir do conteúdo da conversa, percebi também que Chico integrava a ala do partido que é composta pelos militantes de “movimentos sociais”.

Passada a fase inicial das apresentações, Antônio assumiu o papel de porta-voz da “comitiva” e apresentou as seguintes demandas ao Secretário: (1) solicitação de que fosse feita a municipalização do trecho da rodovia que tangencia o Jequitibá; (2) solicitação de que fosse criado um plano de urbanização para o bairro; (3) solicitação de que fosse construída uma “nova ponte” dando acesso ao Jequitibá; e (4) solicitação de que “a prefeitura” tomasse providências para barrar as “invasões” que vinham acontecendo numa área de preservação ambiental próxima ao bairro e que promovesse a urbanização dos locais que já haviam sido ocupados ou que providenciasse a “re-alocação” das famílias que lá se encontram instaladas atualmente.

É interessante observar que, mesmo antes de expor detalhes acerca das demandas que o motivaram a solicitar a reunião, Antônio buscou ressaltar que a sede do Conselho vem se firmando como um local em que representantes de diversas instituições têm se reunido para discutir propostas para a região em que o Jequitibá está localizado. Em relação a esse tema, Antônio afirmou: “nós já vamos pra sexta reunião com uma comissão composta por 34

instituições, dentre elas, faculdades, instituições da própria comunidade e outros parceiros nossos”. Ao falar sobre as reuniões que vêm acontecendo regularmente na sede do Conselho, Antônio deixou claro que a solicitação pela municipalização do trecho da rodovia que tangencia o bairro consistia numa das demandas desse conjunto de instituições. Conforme Antônio busca ressaltar regularmente, trata-se de uma demanda coletiva.

Ora, é evidente que, ao mencionar a existência de uma gama de entidades reunindo-se com certa regularidade na sede do Conselho para discutir questões relativas ao Jequitibá e suas adjacências, Antônio busca ressaltar a pertinência das demandas que apresenta ao secretário. Além disso, tal conjunto de entidades confere certo prestígio ao Conselho e, conseqüentemente, a Antônio. Ressaltar a existência dessas entidades, portanto, é certamente uma das estratégias empregadas por Antônio para tentar influir na atuação do governo municipal.

Cabe mencionar ainda que Antônio dispôs, sobre a mesa de reuniões, logo à sua frente, uma “cartilha de agricultura urbana” que havia sido produzida por integrantes do Conselho e que trazia em sua capa uma fotografia da “horta comunitária” localizada no pátio da “escola do bairro”. Tal cartilha era um índice do “projeto social” desenvolvido a partir do Conselho e estava ali, ao alcance das mãos de Antônio, para que ele pudesse utilizá-la para ilustrar um “trabalho social” que os participantes da entidade desenvolvem, quando fosse pertinente tocar no assunto. Ter à mão a “cartilha de agricultura urbana”, tal como mencionar “as 34 instituições” que vinham se reunindo na sede do Conselho, parecia ser também uma estratégia utilizada por Antônio para ser reconhecido, pelo secretário e pelos funcionários, como uma “liderança” que merecia ser ouvida.

Percebi também que, apesar de Antônio monopolizar o diálogo com o secretário durante toda reunião, a presença de outras “lideranças” na mesa não era algo dispensável. As presenças de Eduardo, Zico, Alberto, Breno e, até mesmo, minha presença, reforçavam que Antônio não era uma “liderança” que atuava isoladamente, mas sim, um “líder” que possuía certa ascendência sobre um determinado conjunto de “seguidores”. Já a participação de Chico na reunião era significativa para demonstrar que Antônio nutria uma boa relação com um filiado ao PT que está ligado a diversos participantes de “movimentos populares” da cidade²⁶. Em suma, a presença de diversas pessoas junto a Antônio, durante a reunião, fazia com que

²⁶ Em 2004, Chico havia disputado uma vaga no Câmara Municipal, reunindo diversos militantes de “movimentos populares” de Belo Horizonte em torno de sua candidatura e, em 2007, ele permanecia engajado na construção de uma candidatura que representasse os interesses de tais “movimentos”. Chico chegou até a sugerir, em diversas situações, que Antônio fosse o candidato desse grupo. Antônio, porém, sempre alegava que não tinha tal interesse e, em 2008, Chico foi mais uma vez o candidato escolhido. Dessa vez, porém, sua candidatura não foi lançada pelo PT, mas sim pelo PCdoB.

ele se revelasse como uma “liderança” que reunia muitos “aliados” em torno de si, ou seja, como um “líder” que apresentava uma considerável rede social.

Percebi, ainda, que havia um outro motivo para justificar a presença de um grupo de pessoas em torno de Antônio durante o encontro com o secretário. Aqueles que acompanhavam Antônio seriam testemunhas oculares de tudo que acontecesse durante a reunião e, dessa forma, representariam uma certa “garantia” de que os compromissos firmados durante o encontro seriam cumpridos no futuro. Além disso, eles poderiam divulgar, no Jequitibá e em suas imediações, os posicionamentos que fossem assumidos pelo secretário.

Após Antônio discorrer por alguns minutos sobre cada uma das quatro demandas que constituíam o cerne da reunião, o secretário assumiu a palavra, passando a apresentar respostas às solicitações. Em suas ponderações, ressaltou que o governo estadual também tinha interesse em realizar a municipalização do trecho da rodovia que tangencia o Jequitibá. Ele salientou, porém, que esse é um processo demorado, pois havia a necessidade de que se fizesse um convênio entre “o estado” e “a prefeitura”, assim que a obra de duplicação da via chegasse ao fim.

Em relação à proposta de que se fizesse um plano de urbanização para o bairro, por sua vez, o secretário disse que considerava aquela uma demanda possível de ser atendida. Já no que se refere às outras duas solicitações, contudo, as respostas apresentadas não foram animadoras.

Cabe mencionar ainda que, ao longo da reunião, Antônio buscou reforçar a existência de uma distinção entre o grupo de pessoas que se reúne em torno do Conselho e aquele que se reúne em torno da vereadora Vera Resende. Para ilustrar como Antônio buscou reiteradamente estabelecer tal distinção, reproduzo a seguir algumas afirmações que foram proferidas por ele, em momentos diversos.

Ao defender a realização de um plano de urbanização para o bairro, Antônio afirmou: O que a gente quer é ter essa visão comunitária. Nós temos que ter uma proposta coletiva. Nós temos que tirar isso de dentro de gabinete. Até agora, o que empatou o negócio todo lá, foi essa questão. Porque olha bem o nível de discussão que está sendo feita dentro do Conselho, com 34 instituições e me pergunta se estão fazendo isso lá [no gabinete de Vera]. (Antônio)

Ao pedir para ter acesso aos estudos relacionados à “nova ponte” do bairro, realizados por técnicos da prefeitura, Antônio disse: O desenho da rodovia mudou até a concepção da ponte. Aquela diretriz que vocês apresentaram, no início, mudou. Nós estamos apontando pra isso. Eu não sei se o outro grupo [o de Vera] já percebeu que mudou. Eu não sei. Então, o que a gente queria é ter acesso a esses estudos e convocar um grande encontro dentro da comunidade, que a agora tem espaço pra fazer isso lá dentro da comunidade, e colocar isso de forma clara. (Antônio)

Quando o Secretário afirma que não há recursos para a realização da obra de uma “nova ponte” no Jequitibá, nem a possibilidade de se tomar um financiamento para tal empreitada, Antônio afirma: Mas você tem uma comunidade forte, organizada, do seu lado, lá no Jequitibá. E é isso que nós estamos propondo. Se o caminho político que foi apresentado até agora, de baterem no peito e falarem que tinham força... e demonstraram até agora que não têm. Então, o Conselho está pedindo uma chance de demonstrar a força que ele tem. Então, nós queremos retomar isso de forma comunitária. (Antônio)

Como se vê pelas afirmações de Antônio reproduzidas anteriormente, ao “caminho político” opõe-se uma “forma comunitária” e ao “gabinete da vereadora” opõe-se o “Conselho”. Ora, ao reafirmar a existência de tais oposições, Antônio revela seu interesse em estabelecer um canal de diálogo direto entre “o Conselho” e “os órgãos da administração municipal”. O interesse de Antônio é garantir que representantes do Conselho sejam reconhecidos pelos agentes governamentais e apresentem autonomia para encaminhar demandas diretamente aos órgãos da prefeitura. O que Antônio quer é a construção de caminhos próprios para acessar o poder público. Caminhos que não dependam da mediação de Vera.

Após mais de quarenta minutos de conversa, quando a reunião já se aproximava de seu término, Antônio entregou finalmente ao secretário duas vias do “documento” por meio do qual representantes de diversas entidades solicitavam a municipalização da rodovia. Em seguida, pediu ao secretário que registrasse o recebimento da solicitação. O secretário, então, registrou sua assinatura na parte superior das vias e devolveu uma delas a Antônio. Aquela era a prova de a solicitação havia chegado a seu destino.

O anúncio de uma audiência pública na quadra da escola

Algumas semanas após a reunião com o secretário, realizei uma entrevista com Sílvio, assessor de Vera. Na ocasião, ele deixou claro que o papel desempenhado pela vereadora, no exercício de seu mandato, em diversas situações, é semelhante ao papel das “lideranças comunitárias” que tradicionalmente buscam alcançar “melhorias” para seus bairros.

O papel nosso aqui é fazer a vontade da comunidade chegar ao poder público. Essa é a nossa função. Além da função de legislar, que é da vereadora dentro da Câmara, de criar projetos, de fiscalizar, de cobrar da prefeitura, nós também **temos esse trabalho de fazer com que a voz do povo chegue lá no poder público.** (Sílvio)

Ao falar sobre o papel de mediação que Vera Resende desempenha, buscando diminuir a distância entre a “comunidade” e a prefeitura, Sílvio comentou que, alguns dias mais tarde, seria realizada uma audiência pública que havia sido convocada pela vereadora para “discutir a municipalização da rodovia” que tangencia o Jequitibá. Ao falar sobre tal evento, Sílvio deu especial destaque ao fato de que essa audiência seria realizada na quadra da “escola do bairro”, palco onde tradicionalmente são encenados os episódios marcantes da política praticada no bairro.

Nós já fizemos reuniões com representantes da prefeitura aqui. Mas, **audiência pública, essa vai ser a primeira. Se eu não me engano, nesse nível, eu acho que vai ser a primeira de Belo Horizonte.** Eu acho que já houve reunião especial, mas audiência pública eu acho que não houve não. Então, a gente vai até fazer esse levantamento, porque eu acho que vai ser inédito. (Sílvio)

Alguns dias após a entrevista que realizei com Sílvio, numa manhã de sábado em que conversei com Antônio, pelo telefone, ele teceu alguns comentários sobre a audiência pública que aconteceria na quarta-feira da semana seguinte. Antônio disse que considerava “desleal” a forma como tal evento havia sido planejado. Segundo afirmou, a vereadora “estava capitalizando em cima do trabalho do grupo que vem discutindo, no Conselho, o destino das áreas remanescentes²⁷ e a municipalização da rodovia”. Sobre a convocação da audiência, ele acrescentou ainda: “isso não é trabalho coletivo, isso é puxar o tapete”.

Antônio acrescentou também que a vereadora e seus assessores “deram um tiro no pé” ao convocar a audiência, pois ele pretendia distribuir, durante o evento, o “documento” que havia sido assinado por representantes de diversas entidades pedindo a municipalização da rodovia. O grande trunfo de Antônio era o fato de possuir uma cópia de tal “documento” assinada pelo secretário municipal de política urbana da cidade, comprovação de que a solicitação havia sido entregue a um representante da prefeitura.

Durante o telefonema, ele disse ainda que o grande problema que enxergava na atuação de Vera e seus assessores era o fato de que, segundo avaliava, eles não levariam adiante a “luta” pela municipalização. Para Antônio, a atuação da equipe da vereadora se resumiria à realização da audiência. Em seguida, ele sintetizou: “enquanto houver político atuando dessa forma, não tem municipalização. Se o movimento comunitário não tomar a frente, morre”.

²⁷ Trata-se de uma discussão sobre qual será o destino das áreas existentes nas margens da via e nos canteiros centrais. A proposta é que tais espaços sejam ocupados por obras públicas para que futuras “invasões” sejam evitadas.

Ainda durante a conversa telefônica que travamos naquela manhã de sábado, Antônio comentou que havia recebido de Sílvio uma “carta oficial” em que estava expresso um convite para integrar a mesa, durante a audiência. Vera pretendia, portanto, que Antônio assumisse um lugar de destaque durante ao evento.

Naquele mesmo sábado, quando me dirigi ao Jequitibá, vi uma faixa estendida sobre o muro da escola na qual se podia ler o tema, a data, o horário e o local da audiência pública. A faixa também trazia, com certo destaque, o nome da vereadora Vera Resende antecedido da palavra “apoio”. Já no panfleto que Sílvio distribuiu para as pessoas do bairro e que, inclusive entregou a mim, no dia em que o entrevistei, o nome da vereadora era antecedido pela palavra “realização”.

Três dias mais tarde, na terça-feira que antecedeu a realização da audiência pública, a movimentação na sede do Conselho foi bastante intensa. Assim que cheguei ao local, no começo da tarde, constatei que Antônio, Chico, Simone (uma “aliada” de Chico) e um morador²⁸ do Jequitibá estavam reunidos na biblioteca da entidade. O tema da conversa que eles travavam era o posicionamento que Antônio deveria assumir durante a audiência pública. Percebi que, naquela tarde, Chico e Simone buscavam construir, juntamente com Antônio, uma estratégia para que ele neutralizasse o papel de destaque que Vera assumiria durante o evento. A idéia era tentar impedir que a municipalização da rodovia passasse a ser vista como uma conquista de Vera.

No fim daquela mesma tarde de quarta-feira, quando Chico e Simone já haviam partido, diversos participantes do Conselho também se reuniram na biblioteca para discutir a forma como agiriam no dia seguinte, durante a audiência pública. No começo da reunião, além de mim, também estavam presentes Antônio, Eduardo, Zico, Jonas (um colaborador nas atividades promovidas a partir do Conselho) e mais quatro moradoras do bairro que trabalham no “projeto social” desenvolvido a partir da entidade.

Logo no início do encontro, Antônio explicou ao grupo que um dos objetivos da reunião era discutir qual estratégia os participantes do Conselho assumiriam durante a audiência pública do dia seguinte. Ele, então, disse ao grupo que Sílvio havia lhe entregue, na semana anterior, um convite para participar da audiência. Em seguida, leu o que estava escrito no convite. Uma das passagens de tal texto é a seguinte:

²⁸ Tal morador não participava com regularidade das atividades promovidas pelo Conselho, mas, naqueles dias, estava entregando, em cada residência do bairro, um exemplar do jornal produzido a partir do “projeto social” desenvolvido por participantes da entidade.

Realizaremos uma audiência pública na Escola Estadual Machado de Assis. O assunto a ser tratado é a rodovia. **Estamos trabalhando, através de um projeto lei, uma antiga reivindicação dos moradores: municipalizar a rodovia.** Dessa forma podemos dar um tratamento mais humano a essa rodovia que tem sido palco de vários acidentes. Contamos com sua participação, que enriquecerá nosso debate.

Na seqüência, Antônio enumerou as ações quem vêm sendo promovidas a partir do Conselho para buscar a municipalização da rodovia, tais como as reuniões com representantes de diversas instituições e o “documento” assinado por tais representantes que foi entregue ao secretário municipal de política urbana. Antônio chamou a atenção também para o fato de que possuía uma cópia de tal “documento” assinada pelo secretário. Por fim, ele disse:

A princípio, o que a gente está enxergando é o seguinte: **em cima de um assunto que o Conselho vem trabalhando, vem discutindo, vem fazendo reunião, vem se encontrando, vem gastando uma energia danada, o pessoal vai e convoca essa audiência. A audiência em si, a meu ver, é positiva.** Essa é uma opinião minha e podem ter opiniões diferentes aqui dentro. Uma audiência pública é positiva. **Ela não é positiva a partir do momento que a pessoa quer capitalizar esse negócio num processo de voto, num processo de ganhos, num pensamento que não é coletivo, num pensamento de uma candidatura. Então, o que a gente tem que descobrir entre a gente aqui é se essa é uma postura que o Conselho todo está enxergando, que a diretoria toda do Conselho está enxergando, ou se é só uma coisa que o Antônio está enxergando. Porque o conjunto tem que resolver pra gente ter uma postura dentro dessa audiência. Uma postura enquanto equipe do Conselho. E é postura mesmo, não é ir lá e fazer número, é ir lá e participar.** (...) Então, quero saber qual é a opinião do grupo com relação a essa questão da audiência pública, dentro da forma que ela está sendo conduzida. (Antônio)

É interessante observar que Antônio buscou incentivar os participantes do Conselho a assumir uma postura durante a audiência pública do dia seguinte. Provavelmente, sua intenção era, ao menos em parte, fazer com que o embate que possivelmente se faria presente durante a audiência não fosse visto como uma “rixa” entre ele e a vereadora.

Essa cautela tem certo fundamento, pois diversas vezes ouvi pessoas ligadas ao “movimento comunitário” do Jequitibá mencionarem que a rivalidade existente entre Vera e Antônio era fruto de uma “questão pessoal” existente entre os dois. Os “aliados” de Vera, por exemplo, costumam propagar a versão de que Antônio ficou irritado quando ela o convidou para ser seu assessor, mas não se dispôs a pagar o salário que ele havia pedido. Antônio por sua vez rebate essa versão afirmando que, quando foi convidado para ser assessor da vereadora, respondeu que só estaria disposto a isso se pudesse continuar trabalhando do jeito que está habituado a trabalhar e se Vera concordasse em arcar com um salário equivalente ao valor da aposentadoria que ele recebia.

Cabe ainda mencionar que, a partir das palavras de Antônio apresentadas anteriormente, é possível vislumbrar o interesse que ele apresenta de não ser um ator social que age isoladamente no âmbito do “movimento comunitário” do Jequitibá. Antônio tem interesse em fazer parte de uma entidade que envolva efetivamente diversas pessoas que, tais como ele, também estejam engajadas em representar o bairro. Em certa medida, cabe acrescentar ainda, para Antônio, sua reputação é valorizada quando ele está integrado a um grupo pessoas que se posiciona sobre questões pertinentes ao dia-a-dia do bairro, sendo Antônio apenas o porta-voz de tal grupo, e é desvalorizada quando ele está à frente de um conjunto de “seguidores” que apenas concorda com o que ele diz, sem nunca apresentar qualquer questionamento ou sugestão.

Durante a reunião daquela terça-feira, Eduardo comentou que o fato de Antônio ter sido convocado para “compor a mesa”, durante a audiência pública, poderia ser um problema. Ele disse: “O Antônio vai estar numa posição de mediador. Ele vai poder colocar a opinião dele, mas alguém vai ter que puxar isso lá embaixo”. Em seu comentário, Eduardo deixou claro que Antônio é realmente o porta-voz do Conselho. Um porta-voz que poderia ficar neutralizado, uma vez que estaria “compondo a mesa”.

Eduardo também afirmou que, mesmo considerando que a vereadora estava buscando “colher os louros” da futura municipalização da rodovia, caso ela acontecesse, ele não considerava prudente que a audiência fosse marcada por um embate entre Vera e os integrantes do Conselho. Esse disse que alguns participantes do Conselho deveriam pontuar que estão satisfeitos pela vereadora estar buscando, “pela via institucional, defender a idéia que o Conselho vem puxando há muito tempo”.

Os integrantes da reunião demonstraram concordar com a avaliação de que a vereadora estaria buscando tirar proveito de uma “luta” que “o Conselho” vinha “puxando”. Alguns comentários proferidos durante a reunião apontaram que Vera estaria tentando ser “a mãe da criança”.

Em certo momento, Jonas ponderou que o grupo deveria tomar cuidado para não agir da mesma maneira que a equipe da vereadora vinha atuando: “se a gente disser que o Conselho capitaneou isso, a gente vai estar no mesmo discurso deles”. Rebatendo a colocação de Jonas, porém, Antônio ponderou que Chico trouxe uma sugestão que considera interessante:

O Chico deu uma sugestão da gente se posicionar da seguinte forma: **é um trabalho da sociedade civil organizada, com a coordenação do Conselho, que é a verdade**

mesmo... Se não tivesse havido o Conselho, não teria acontecido isso. A gente deve falar dessa forma: **separar o legislativo da sociedade civil organizada.** (Antônio)

Ora, Chico tem interesse de que Vera não seja vista como a responsável pela municipalização da rodovia não apenas por estar alinhado às “lutas” empreendidas por Antônio, mas também por estar engajado na construção de uma “candidatura popular” para disputar uma vaga na Câmara Municipal, na eleição para vereador do ano seguinte. Naquela terça-feira que antecedeu a audiência pública, cabe mencionar, Chico ainda vinha manifestando o interesse de ver Antônio como candidato. Meses depois, porém, ele próprio assumiria a candidatura.

Por fim, cabe apontar ainda que, em certo momento da reunião, Fernanda, que desempenha o papel de recepcionista da sede Conselho uma vez por semana, mencionou que, quando um trecho da rua em que sua irmã mora foi asfaltado, muitas pessoas acharam que a vereadora havia sido a responsável pela obra. Sobre o tema, a própria irmã de Fernanda, Cristina, que também estava presente na reunião, comentou pouco depois:

Quando asfaltaram a minha rua, eu sabia que não tinha sido e eu passei pro pessoal que não tinha sido a Vera Resende. Mas ela foi lá, com todos os da Câmara dela, e fez uma festa na rua e falou que ela tinha asfaltado a rua. (...) Na época, o pessoal chegou pra mim e falou: ‘foi ela que asfaltou’. Mas eu falei: ‘não foi, porque eu estou dentro do Conselho e eu sei que não foi’. (Cristina)

Sobre o fato comentado por Cristina, logo em seguida, Eduardo afirmou que as faixas que a equipe de Vera havia afixado na rua para divulgar a execução de tal obra foram posteriormente arrancadas por moradores. Cabe mencionar que, no período em que o referido fato aconteceu, Eduardo ainda era assessor de Vera.

Ora, a tentativa que Vera empreendeu, no passado, para ser vista como a responsável pelo asfaltamento da referida rua é vista com reprovação pelos participantes da reunião. Da mesma forma como é vista com reprovação o fato de Vera ter convocado uma audiência pública “promover uma discussão acerca da municipalização da rodovia”. Os dois procedimentos são semelhantes, aos olhos daqueles que estavam reunidos na sede do Conselho, naquele fim de tarde de terça-feira. Para eles, Vera buscava se destacar frente aos demais “líderes” do bairro e tal procedimento deveria ser neutralizado.

A audiência pública

No fim da tarde de quarta-feira, dia marcado para a realização da audiência, a quadra da escola já estava organizada para abrigar o evento. Inúmeras cadeiras escolares cuidadosamente dispostas davam ao local o aspecto de um auditório, à frente do qual havia uma bancada formada a partir da junção de uma série de mesinhas. O equipamento de som também já estava instalado e, no lado esquerdo da bancada, havia um funcionário da Câmara, munido de um laptop e um gravador. A função de tal funcionário era registrar a ata do evento.

A movimentação na quadra era bastante intensa. Diversas pessoas já estavam assentadas, aguardando pelo começo da audiência. Outras tantas estavam de pé, nas laterais e no fundo do auditório improvisado. O número de pessoas presentes superava a expectativa da equipe de Vera, pois alguns assessores da vereadora passaram, “na última hora”, a carregar cadeiras adicionais para o interior da quadra.

Enquanto a audiência não se iniciava, constatei que havia, no local, diversos moradores do bairro que eu havia entrevistado ao longo do meu trabalho de campo. Cumprimentei e conversei brevemente com algumas dessas pessoas.

Em certo momento, uma assessora de Vera veio até mim e me perguntou a qual universidade eu estava vinculado. Expliquei-lhe, então, que desenvolvia uma pesquisa de mestrado pela Universidade Federal Fluminense (UFF), localizada em Niterói. A assessora anotou as informações que eu forneci. Percebi, então, que ela havia ido a meu encontro atendendo a uma indicação de Vera, a quem eu havia entrevistado alguns dias antes. A vereadora pretendia, logo no começo da audiência, anunciar minha presença no local, bem como a de uma série de outras pessoas que apresentam vínculo com alguma instituição ou com algum político.

Após um certo tempo de espera, a vereadora finalmente deu início à audiência anunciando os demais vereadores e dois representantes de órgãos públicos que compunham a mesa. Foi em meio a tais anúncios que Vera disse, ao microfone, a seguinte frase: “eu gostaria de chamar aqui para a mesa, representando as entidades aqui de nossa região, o Antônio, do Conselho”. Nessa ocasião, Antônio se dirigiu para um dos extremos da bancada improvisada. Chico, então, foi até o local e disse algumas palavras a ele. Provavelmente, estava repassando detalhes acerca da estratégia a ser empregada durante a audiência.

Em seguida, Vera passou a anunciar algumas pessoas que haviam comparecido ao evento. A cada nome que anunciava, a vereadora indicava a qual instituição ou político a pessoa em questão estava vinculada. Nessa fase, Vera mencionou que havia, no local,

representantes de quatro associações de moradores de bairros vizinhos ao Jequitibá e de cinco escolas e três centros de saúde da região. Ela mencionou também a presença de um homem que representava um quilombo localizado na vizinhança, de uma representante de um “programa de inclusão social” desenvolvido pelo governo estadual, de um representante de uma igreja batista do bairro, de um assessor do vereador Afrânio Soares e minha própria presença, que, por distração, creio eu, fui anunciado como sendo “um pesquisador da UFRJ”. Na seqüência, Vera convidou ainda um representante do DER para compor a mesa.

É interessante observar que o fato de a vereadora ter ressaltado a presença de representantes de diversas entidades na audiência foi uma maneira de atribuir prestígio ao evento. No âmbito da “política do Jequitibá”, os representantes de entidades apresentam “maior valor” do que os moradores do bairro que não estão vinculados a nenhuma instituição. Tais representantes são pessoas que gozam de maior destaque. Percebo que, em certas situações, especialmente nos eventos públicos que acontecem no bairro, as entidades que geralmente acompanham os nomes próprios de determinadas pessoas assumem o lugar que os sobrenomes costumam ocupar em localidades onde as relações de parentesco apresentam grande importância. Assim como os “nomes de família” operam em outras localidades²⁹, no âmbito do “movimento comunitário” do bairro, as entidades localizam as pessoas socialmente e atribuem a elas uma certa distinção.

Após anunciar o nome de alguns representantes de entidades presentes na quadra da escola, Vera pôs-se a ler a “convocação da reunião” e, na seqüência, passou a palavra para outra vereadora, também do PT, que teria a incumbência de fazer a “abertura oficial” da audiência. Ao assumir a palavra, tal vereadora fez um breve discurso em que deixou claro que Vera seria o personagem central do evento:

Boa noite a todos e a todas. (...) Como a reunião é formal, tem ata, tem registro, nós precisávamos fazer aqui umas formalidades que são exigidas, porque todo mundo depois vai receber essa ata registrada. Então a gente declara abertos os trabalhos da comissão, a mesa já está composta, e **eu vou passar a coordenação dos trabalhos para a vereadora Vera Resende, que foi a autora do requerimento, para que ela possa dar prosseguimento** e a gente possa acompanhar os trabalhos, as exposições, os debates e o encerramento desta reunião. (Vereadora pelo PT incumbida de fazer a “abertura oficial” da audiência pública)

²⁹ Em sua etnografia realizada em regiões rurais da Zona da Mata Mineira, Comerford (2003) revela como as relações familiares organizam o espaço social. O autor relata que, em diversas situações, enquanto realizava seu trabalho de campo, as pessoas do local perguntavam a qual família ele pertencia.

Ao retomar a palavra, Vera passou a coordenar a reunião, indicando o momento em que cada representante presente na mesa deveria assumir a palavra. Ela, porém, mesmo antes de indicar que o primeiro representante iniciasse sua exposição, identificou Chico em meio ao público e disse: “ah, eu estou vendo ali o Chico, que é meu companheiro de partido e que está aqui para nos ajudar e para contribuir também”.

Em seguida, Vera citou ainda a presença de um “representante” de um deputado estadual do PT e, mais adiante, citou a chegada do chefe de gabinete e de um assessor de uma deputada federal pelo mesmo partido. É interessante observar que, ao citar, em momentos distintos, a presença desses representantes, Vera os convidou para comporem a mesa. Ao que parece, o objetivo desses convites era, principalmente, atribuir certa distinção a tais representantes, pois eles não tomaram a palavra em nenhum momento da audiência. Além disso, tais convites também representavam uma maneira de Vera dar certa visibilidade à sua própria rede social. A meu ver, convidar representantes de deputados para compor a mesa é um ato por meio do qual relações existentes entre a vereadora e tais deputados são publicamente encenadas no palco privilegiado que é a quadra da “escola do bairro”.

Outras pessoas que ocupam posição de destaque no âmbito da “política” que é praticada na região em que o Jequitibá está localizado, tais como funcionários de uma administração regional e outras “lideranças comunitárias”, ainda foram sendo anunciadas à medida que Vera as identificava. Conforme aponte, não creio que seja uma mera formalidade o procedimento de anunciar a presença dos atores sociais de maior destaque que estão presentes no evento. Reitero que trata-se, sim, de uma maneira de Vera dar publicidade à sua própria rede social, além de ser um modo de denotar o prestígio do evento que promove no bairro e, conseqüentemente, seu próprio prestígio.

A audiência desenvolveu-se em duas etapas. Na primeira, algumas pessoas que compunham a mesa fizeram colocações acerca do tema em pauta. Na segunda, alguns participantes do público dirigiram-se ao microfone para fazer ponderações ou perguntas.

Logo no começo da audiência, o primeiro a falar foi o representante do DER, que afirmou que considerava importante a discussão acerca da municipalização da rodovia e teceu ainda alguns comentários sobre detalhes relacionados à obra de duplicação da via. Em seguida, a palavra foi concedida a um vereador pelo PMN (Partido da Mobilização Nacional) que, em seu discurso, disse que tinha um compromisso e precisava ausentar-se mais cedo. Tal vereador resumiu sua participação no evento a tecer elogios a Vera:

Vera, eu tenho que ir, mas (...) eu vou levar essa energia boa que nós recebemos aqui de vocês. Fico muito feliz. **Valeu a distância que percorri.** Tenho aula agora e não posso ficar. Mas venho porque é um trabalho sério, porque a questão é importante, porque **a pessoa que fez essa proposição é uma pessoa que tem compromisso, com a região e com a cidade.** Então, quando é assim, a gente tem que cumprir a nossa obrigação e **prestigiar o que é sério**, o que é importante para a cidade. E **quero também parabenizar a comunidade que veio prestigiar**, que veio poder participar da discussão, que veio também escutar para democratizar as informações com o restante da comunidade. Parabéns a vocês, principalmente, por acreditarem nessa proposta da audiência pública. É aqui que se discute, é aqui que se debate. E por ter deixado a frente da televisão. Porque, hoje, as pessoas estão preferindo ficar na frente da televisão assistindo uma novela, do que debater, do que opinar e aprender. Então parabéns a vocês e que Deus os proteja e proteja essa comunidade para que vocês consigam cada vez mais avanços, melhorando a vida de cada um. (...) Parabéns Vera! Parabéns comunidade! E parabéns aos colegas vereadores, que vieram aqui, com compromisso com a cidade! Muito obrigado e que Deus proteja a todos vocês mais uma vez. (Vereador do PMN)

O tom emotivo do discurso proferido pelo vereador do PMN foi ressaltado pelas palmas que se seguiram. Foram discursos dessa natureza, seguidos por palmas, que garantiram à audiência o aspecto de uma celebração à atuação de Vera.

A audiência não se transformou em palco de embates entre moradores do bairro e representantes do poder público, pelo fato de que, logo após o pronunciamento do vereador do PMN, o representante do prefeito afirmou que “a Prefeitura” não tinha “nenhuma dúvida” de que a municipalização deveria ser feita. Tal representante disse que se fazia necessário apenas discutir os detalhes do processo que levaria à transferência da responsabilidade pela operação da via para o município de Belo Horizonte. Ele mencionou, ainda, que moradores da região já poderiam iniciar um processo de discussão acerca do nome que a via receberia quando a municipalização fosse concretizada. Por fim, tal representante ressaltou: “é através da discussão, da luta, da mobilização da população que a gente vai construindo e avançando nas nossas soluções de problemas”.

Após o pronunciamento do representante do prefeito, algumas exposições que se seguiram consistiram em tentativas empreendidas por diferentes atores sociais presentes no local para ressaltar ou a atuação da vereadora, ou a atuação dos participantes do Conselho. Tal situação trouxe à tona a “rixa” existente entre Antônio e Vera. Ao longo da audiência, a rivalidade entre os dois foi publicamente encenada.

Em certo momento, por exemplo, um dos vereadores que compunham a mesa, cujo partido escapou-me identificar, assumiu a palavra para saudar a atitude de Vera em convocar a audiência. Tal vereador mencionou “o compromisso e a responsabilidade da vereadora” com a “comunidade” do Jequitibá. Ele, então, falou da importância de parabenizar Vera por

convocar uma audiência pública para discutir com os moradores da região e, juntamente com eles, planejar a municipalização da rodovia.

Em seguida, um vereador do PT fez um breve discurso que também foi seguido de aplausos. Ao assumir a palavra, tal vereador disse:

Vim aqui dar apoio à Vera (...) e fazer aqui, Vera, meu compromisso de que **estarei na casa também mobilizando nossos colegas para que a gente possa aprovar essa bela proposição que você nos traz.** (Vereador do PT)

Na seqüência, quem teceu elogios a Vera foi a vereadora que havia realizado a “abertura oficial” da audiência. Assumindo novamente a palavra, tal vereadora afirmou:

Essa luta a gente sabe que é antiga. (...) E, de uma maneira particular, eu quero destacar aqui a presença e a permanente preocupação da vereadora Vera Resende com essa situação e com todas as outras questões da região do Jequitibá. Essa, de fato, é uma questão inegável. A Vera é uma batalhadora, é uma plantadora, que não se esquece em nenhum minuto. Ela sabe que tem compromisso com a cidade inteira, mas o Jequitibá guarda para ela uma particularidade. (Vereadora do PT)

Tal vereadora continuou seu discurso, afirmando que a “luta” pela municipalização da rodovia vinha de longa data e havia contado com a participação de muitas pessoas. Ela finalizou, então, ressaltando que a “mobilização” das pessoas é importante para que as conquistas sejam alcançadas.

Todos os discursos proferidos para parabenizar Vera foram seguidos por palmas. Esvaziada de discussões, a audiência converteu-se numa espécie de celebração do compromisso de que o processo de municipalização da rodovia seria efetivado. E pelo tom dos discursos iniciais, Vera despontava como a principal fomentadora desse processo.

Ao assumir a palavra, porém, Antônio questionou firmemente os elogios que eram dirigidos à Vera, buscando ressaltar que o processo de municipalização da via era fruto do trabalho realizado pela “sociedade civil organizada”. A menção feita pela vereadora responsável pela “abertura oficial” da audiência de que muitas pessoas haviam participado da “luta” pela municipalização da rodovia não tinha sido suficiente para satisfazer Antônio. Considero que vale a pena reproduzir alguns trechos do discurso que ele proferiu. Ao tomar a palavra, Antônio disse:

Boa noite! **Eu sou um dos representantes da sociedade civil organizada. Eu sou apenas um.** E gostaria de parabenizar a mesa. Gostaria também de agradecer a presença dos nossos vizinhos, a presença das pessoas que a gente conhece e lembrar

que o legislativo existe para fazer leis e fiscalizar a atuação do executivo. E é importante nós termos vereadores. Mas, mais importante ainda são as pessoas que votam nessas pessoas para chegar lá. Então, eu gostaria de fortalecer **o movimento da sociedade civil organizada**. Esse movimento aqui, que em nenhum momento até agora foi citado. Esse movimento que iniciou esse processo. Gostaria também de parabenizar o [representante da prefeitura] pela fala dele e perguntar a ele se eu posso considerar isso [o posicionamento da prefeitura] como resposta a um ofício que foi entregue na mão do secretário municipal de política urbana no dia 17 do junho de 2007. Eu vou passar esse ofício para cada membro da mesa. Esse ofício foi assinado por 19³⁰ instituições da região. Então, não é um ofício do Conselho. É um ofício encabeçado por ele, mas 19 instituições assinaram isso.

(...)

O Conselho está nessa “luta” desde 2001, não é de agora, desde 2001, quando ele entra no Ministério Público. Porque é necessário falar para vocês que a obra na rodovia está acontecendo por causa de uma ação civil pública, movida contra o município de Belo Horizonte e contra outros envolvidos.

(...)

É importante que a vereadora, na busca de entendimento melhor com a comunidade, faça essa leitura, que atente para os atores que participaram do processo, que não se esqueça desses atores, que fale desses atores e conte a história. Houve participação da vereadora? Houve sim. Não estou falando aqui que não houve.

No final de seu discurso, Antônio proferiu algumas frases de efeito. Ao encerrar suas ponderações, ele disse: “Parabéns a todos os órgãos que estão envolvidos nisso. Parabéns a toda a comunidade que participou disso. E, gente, não arrede o pé. Somos nós que votamos, nós que fazemos a diferença. Muito obrigado!” Como resposta ao pronunciamento, o público presente aplaudiu de maneira mais entusiasmada do que nos momentos anteriores. É provável que houvesse muitos “seguidores” e “aliados” de Antônio no auditório improvisado na quadra da escola.

Quando assumiu a palavra, Antônio buscou ressaltar a existência de uma separação entre “os representantes da sociedade civil organizada” e “os vereadores”, classificando estes como sendo profissionais que fariam parte de uma “outra esfera” e que desempenhariam especificamente as funções de legislar e “fiscalizar a atuação do executivo”. Por meio de tal separação, Antônio buscava claramente diferenciar-se de Vera, ressaltado que o trabalho que desenvolve, à frente do Conselho, se dá de maneira independente. Antônio buscou construir, para si, a imagem de uma “liderança” que não está subordinada a políticos³¹.

³⁰ Na verdade, o “ofício” continha 19 assinaturas, mas duas representantes que endossaram tal “documento” pertenciam a uma mesma entidade. Por essa razão, o “ofício” contava com a adesão de 18 instituições.

³¹ Ao longo de sua trajetória, Antônio já apoiou diversos candidatos a cargos eletivos, tal como a própria Vera Resende. Foi apenas em 2006, porém, que ele efetivamente assumiu o papel de cabo eleitoral, trabalhando na campanha de um deputado estadual pelo PT que buscava a reeleição. Na ocasião, graças à mediação promovida por Chico, que, naquela época, mantinha uma relação próxima com o referido deputado, Antônio liderou uma equipe de pessoas que trabalhou na mencionada campanha. É interessante ressaltar, porém, que ao falar sobre tal episódio, Antônio faz questão de deixar claro que o trabalho desenvolvido durante a campanha não foi uma ação

Ao longo de seu discurso, ele buscou ainda criar para “os representantes da sociedade civil organizada” e, conseqüentemente para si próprio, a imagem de pessoas que tiveram participação ativa na “luta” pela municipalização da rodovia. Para tanto, ele mencionou a reunião em que havia sido entregue ao secretário municipal de política urbana da cidade um “documento” solicitando a municipalização da via e, pouco depois, acrescentou que foi a atuação “do Conselho”, ainda no ano de 2001, que culminou na duplicação da rodovia.

O discurso de Antônio, além de ter sido um investimento voltado para a construção da imagem dos “representantes da sociedade civil organizada”, e conseqüentemente de sua própria imagem, também foi um ataque à reputação de Vera. Mesmo sem dizer isso claramente, Antônio indicou que a vereadora estaria “pegando carona” no trabalho desenvolvido por ele e por outras “lideranças” do bairro, comportamento que é moralmente condenado por aqueles que participam do “movimento comunitário” do Jequitibá.

Após as palavras ditas por Antônio, Vera agradeceu a ele por sua participação e disse que muitas pessoas haviam participado do processo que finalmente culminaria na municipalização da rodovia e que ela não estava ignorando tal fato. Vera citou, a título de exemplo, a participação de moradores do Jequitibá e suas adjacências em audiências públicas que haviam sido realizadas, em anos anteriores, para que fossem promovidas discussões acerca do modo como seria feita a remoção do “aglomerado” que, à época, estava localizado às margens da rodovia.

Um desdobramento do ataque que Antônio fez à reputação de Vera, durante a audiência pública, aconteceu no sábado seguinte. Em tal data, a quadra da escola foi palco do “seminário de encerramento” do “projeto social” desenvolvido por participantes do Conselho, evento que contou com a presença de representantes da empresa patrocinadora do “projeto”, bem como com a participação de uma série de pessoas que estão vinculadas a entidades que são “parceiras” do Conselho.

realizada “pelo Conselho”. Na tentativa de evitar o *efeito poluidor* que uma proximidade com qualquer político acarretaria, Antônio diz que, na época da campanha, alugou um pequeno imóvel na rua principal do bairro e que montou no local um comitê eleitoral. Antônio tinha em mente que era preciso preservar o espaço do Conselho, garantindo que a entidade a partir da qual ele busca alcançar reconhecimento social para as “lutas” que empreende não fosse “contaminada” pela imagem do então deputado que buscava sua reeleição. Apesar de tal precaução, cabe mencionar que a equipe que trabalhou durante a campanha foi formada por diversas pessoas que estavam envolvidas (ou haviam estado, num período anterior) em atividades promovidas a partir do Conselho. Além disso, essas pessoas realizaram, durante aquele período eleitoral, uma pesquisa nos moldes das que costumam ser desenvolvidas pelos participantes de tal entidade. Na realização da referida pesquisa, os cabos eleitorais liderados por Antônio abordavam os moradores do bairro em suas casas e inicialmente buscavam conhecer os anseios de tais moradores em relação ao local em que viviam para, só depois, perguntar-lhes se já haviam escolhido um candidato a deputado. A realização dessa pesquisa é apontada pelos envolvidos na campanha como um diferencial em relação a outras campanhas em que os cabos eleitorais apenas “pediam votos” aos moradores do bairro.

Ao longo de tal “seminário”, os moradores do Jequitibá que haviam freqüentado as “oficinas” receberam seus “certificados de participação”. Houve também uma série de discursos, a maior parte deles proferida pelos “alunos” das “oficinas” que falaram da experiência pela qual haviam passado. Além disso, houve a apresentação de uma peça teatral que foi trazida ao local por representantes da empresa patrocinadora do “projeto” e, ao final do evento, foram distribuídos, para o público presente, salgadinhos, pães, patês e sucos produzidos a partir da “oficina de alimentação”.

Uma pessoa que estava presente em tal “seminário” e que chamou minha atenção foi Sabrina, a “principal” assessora de Vera. O fato mais curioso foi que, ao término do evento, Antônio e Sabrina ficaram conversando isoladamente, na quadra da escola, por cerca de uma hora. Ao que parecia, Sabrina havia decidido “prestigiar” o evento produzido por participantes do Conselho para que pudesse se encontrar com Antônio e dialogar com ele.

Alguns dias após o referido “seminário”, quando eu estava ajudando Antônio a finalizar a edição de um dos números do jornal produzido a partir do “projeto social” do Conselho, perguntei a ele qual havia sido o tema da conversa com Sabrina. Antônio, então, comentou comigo que ela o havia procurado para perguntar por que ele estava magoado com Vera. A tal pergunta, Antônio respondeu que não estava magoado com “a vizinha Vera”, mas com “a vereadora”.

Poucos minutos depois de explicar-me de forma bastante sintética a conversa que havia travado com Sabrina, enquanto eu o ajudava a editar um texto que sugeria que os moradores do bairro participassem de uma “campanha” para a escolha do nome da avenida que tomaria o lugar da rodovia que tangencia o bairro, Antônio comentou comigo que talvez fosse interessante mencionar que a audiência pública na qual a municipalização foi anunciada tinha sido fruto de uma convocação de Vera. Logo que Antônio fez tal comentário, percebi que talvez ele estivesse disposto a assumir uma postura menos “agressiva” em relação à vereadora.

4.3. O asfaltamento de uma rua do bairro

Na disputa que vem travando com Vera, um dos procedimentos que Antônio, eventualmente, assume é tentar neutralizar as ações que alguns assessores da vereadora realizam para fazer com que certas obras realizadas por agentes da prefeitura sejam vistas como o resultado da atuação desta. Para promover tal neutralização, Antônio costuma propagar uma outra “versão dos fatos” por meio de pessoas que compõem sua rede pessoal.

Quando entrevistei Sílvia, assessor de Vera, ele mencionou que “a maior luta” que ele, a vereadora e outros assessores empreendem é pela “melhoria das ruas do Jequitibá”. Ao falar sobre tal tema, ele teceu comentários sobre o modo como Vera e sua equipe atuam:

A gente coloca a comunidade em contato com o poder público, que é o que faz. Porque nós não fazemos nada. **Nós pedimos, da mesma forma que eles fazem [os moradores].** A vereadora não faz nada. Quem faz é o poder público. Nós apenas fazemos com que a distância entre a Prefeitura e a comunidade fique mais curta. (Sílvia)

Para ilustrar esse papel de mediação³² que a equipe de Vera exerce, “aproximando” a prefeitura e a “comunidade”, Sílvia mencionou que havia “uma promessa” de que determinada rua do bairro fosse asfaltada, mas que a licitação para a obra ainda não havia sido feita. Tendo em vista tal “promessa”, Sílvia explicou-me que havia organizado uma comissão composta por ele e quatro moradores da rua e que a referida comissão havia participado de uma reunião com o vice-prefeito da cidade. O objetivo da reunião, de acordo com Sílvia, era fazer com que o vice-prefeito “apertasse a Sudecap (Superintendência do Desenvolvimento da Capital) para que a coisa saísse”. Sílvia apontou que tal reunião fazia parte de uma estratégia para pressionar o governo municipal a executar a obra:

Tivemos uma reunião com o vice-prefeito e ele ligou lá pra Sudecap e deu uma resposta pra gente. Mas a gente já tem uma outra reunião pré-agendada, pra gente dar um outro aperto, caso a obra não aconteça num determinado prazo. Porque é dessa forma que a gente consegue. (Sílvia)

Em outro momento da entrevista, Sílvia comentou ainda que os moradores da rua que haviam participado da reunião com o vice-prefeito também teriam o papel de divulgar o trabalho desenvolvido pela equipe de Vera.

Todo o processo que a gente inicia, a gente tira uma comissão pra acompanhar, porque eu não tenho condição de dar todas as respostas para a comunidade. Então, eu tenho essas pessoas lá na rua. (...) **Essa pessoas são divulgadoras do trabalho na rua.** Aí, amanhã eles me ligam lá da Sudecap e falam assim: ‘Sílvia, pode marcar com a comunidade lá, porque nós vamos dar ordem de serviço no dia tal’. Aí, eu vou ligar pras quatro pessoas e falar assim: ‘a ordem de serviço está autorizada para o dia tal e vocês mobilizem aí o pessoal da rua e vamos marcar uma reunião e receber o pessoal pra dar a ordem de serviço’. A gente tira as comissões pras pessoas acompanharem. Então, **tudo que eu vou fazer dessa rua, eu chamo esse pessoal. Pra eles saberem que a gente está fazendo.** Porque, às vezes, eles falam assim: ‘ah, ele não faz nada,

³² Para conhecer esse papel de mediação exercido por vereadores de grandes centros urbanos no Brasil, ver a etnografia de Kuschnir (2000) acerca do trabalho desenvolvido por uma vereadora da cidade do Rio de Janeiro.

veio aqui, fez aquela primeira reunião e não voltou mais’. Mas tudo que eu vou fazer, eu falo pra eles. Eu tenho que dar essa resposta pra eles. **Aí, ontem eles devem ter chegado lá na rua deles e dito: ‘nós tivemos uma reunião com o vice-prefeito e ele ligou, na hora, pra Sudicap’.** (Sílvia)

Assim que Sílvia fez menção à divulgação que os moradores que haviam participado da reunião com o vice-prefeito provavelmente realizariam, perguntei a ele se Rosângela fazia parte da referida comissão, uma vez que morava na rua que seria asfaltada. Sílvia, então, respondeu que não e acrescentou: “a Rosângela era dos movimentos comunitários, mas deu uma afastada”.

Exatamente um dia após a entrevista com Sílvia, eu e Antônio estávamos conversando na varanda da Casa da Cidadania, quando Rosângela saiu do interior da sede de tal entidade, local em que havia estado durante toda a manhã, participando de uma “oficina de produção alimentos”. Ao ver Rosângela, Antônio aproveitou a oportunidade para dizer a ela que, na reunião em que havia se encontrado com o secretário municipal de política urbana, havia sido informado de que a rua em que ela morava seria finalmente asfaltada, mas que ainda não havia uma data agendada para a realização da obra. Em seguida, ele comentou que, em breve, “alguém” buscaria assumir a “paternidade” da referida obra. Rosângela, então, disse a Antônio que alguns moradores de sua rua haviam sido convidados, poucos dias antes, para participar de uma reunião “na prefeitura”, mas que o convite não tinha se estendido a ela. O tema de tal encontro havia sido justamente o asfaltamento da via.

Alguns dias depois da conversa que Antônio e Rosângela travaram na varanda da sede do Conselho, os dois encontram-se novamente numa reunião realizada na biblioteca de tal entidade. Na referida reunião, eu, uma funcionária da companhia responsável pela urbanização da cidade e uma funcionária de um projeto de inclusão social realizado pelo governo estadual também estávamos presentes.

O interessante em relação a tal encontro é que, em meio a diversos assuntos, Antônio comentou mais uma vez com Rosângela que a rua em que ela vive seria finalmente asfaltada. Antônio disse isso e apontou que eu poderia confirmar tal fato, pois estivera presente na reunião em que o secretário municipal de política urbana havia mencionado que a obra seria feita. Antônio disse a Rosângela que, durante a reunião, o secretário não só havia anunciado que a obra seria realizada, como havia salientado que tal fato já podia ser divulgado entre os moradores do local. Quando Antônio mencionou esse fato, percebi que ele esperava que Rosângela assumisse o papel de porta-voz da boa nova.

Cabe mencionar ainda que, naquele mesmo período em que Antônio comentava reiteradamente com Rosângela sobre o asfaltamento da rua em que ela vive, estava sendo entregue, em cada moradia do bairro, uma edição do jornalzinho produzido a partir do Conselho. Na capa de tal edição, havia a seguinte chamada, que recebeu o título de “Boa notícia”:

Em reunião realizada com integrantes do Conselho na sede da Superintendência do Desenvolvimento da Capital (Sudecap), o Secretário Municipal da Coordenação de Política Urbana e Ambiental de Belo Horizonte (...) anunciou uma boa notícia: trata-se da urbanização total da rua Jordânia. Essa é uma antiga demanda da comunidade que foi apresentada pelo Conselho aos representantes do poder público municipal, em ofício datado do dia 26 de março de 2003. Na reunião com o Secretário, foram abordados outros assuntos. Leia mais detalhes neste jornal. (Jornal produzido a partir do “projeto social” desenvolvido por participantes do Conselho)

Ora, enquanto Sílvio busca fazer com que a vereadora seja vista como a responsável por desencadear a obra de asfaltamento da rua, Antônio busca neutralizar essa imagem, divulgando que tal obra pública acontecerá independentemente de qualquer atuação de Vera e sua equipe. Enquanto Sílvio busca “melhorar” a reputação de Vera, Antônio empreende esforços para neutralizar os efeitos de tal busca.

É interessante observar ainda que, apesar das claras diferenças existentes entre Sílvio e Antônio, há semelhanças nas maneiras como cada um deles atua no desempenho de seus respectivos trabalhos – um agindo como “liderança comunitária”, o outro, como assessor de Vera. Ao que parece, há dois motivos fazendo com que ambos busquem envolver outros moradores do Jequitibá nas “lutas” que empreendem por “melhorias” para o local: o primeiro é o fato de que tais moradores exerceriam pressão para que as conquistas sejam efetivadas; o segundo, o fato de que esses moradores poderiam assumir o papel de divulgadores das “lutas” que estão sendo empreendidas e das pessoas que estão à frente de tais “lutas”.

Durante a entrevista que realizei com Sílvio, ele disse que a pressão exercida, na reunião com o vice-prefeito, pela presença de moradores da rua que seria asfaltada, poderia contribuir para que a obra fosse realmente realizada. Além disso, ele declarou sua expectativa de que tais moradores divulgassem o asfaltamento da rua como sendo uma conquista da vereadora. Sílvio acredita que divulgações do trabalho desenvolvido pela vereadora e por sua equipe podem garantir votos na eleição seguinte para a Câmara Municipal.

Antônio também busca estar acompanhado por outros atores sociais nas “lutas” que empreende, particularmente por pessoas que desempenham um papel de destaque em entidades que congregam outras pessoas. Ele acredita que tal estratégia garante uma forma

mais eficaz de pressionar o “poder público”. Envolver outros atores sociais nas “lutas” que empreende, porém, também é uma maneira de garantir reconhecimento social para si próprio, já que aqueles que estão a seu lado são potenciais divulgadores das conquistas alcançadas e do papel de destaque que Antônio assume à frente de tais “lutas”.

4.4. Festas na quadra da escola

No Jequitibá, é comum que as “lideranças” locais reúnam esforços para promover festas destinadas a arrecadar dinheiro para instituições que estão presentes no bairro, tais como a Escola Estadual Machado de Assis. Participar da realização de tais atividades contribui para que as “lideranças” envolvidas construam suas reputações frente aos demais moradores do bairro. Se uma “liderança” específica, porém, despontar como “a principal” realizadora de determinada festa, eclipsando as demais pessoas envolvidas, outras “lideranças” do bairro promovem comentários de desaprovação que circulam pela vizinhança. Buscar se destacar frente aos demais envolvidos é um procedimento visto com desaprovação. Para ilustrar esse fenômeno, vale a pena lançar mão de alguns dados etnográficos relacionados ao “Baile da Família”, festa organizada com o intuito de arrecadar fundos para a “escola do bairro”.

Numa tarde de sábado do mês de junho, data agendada para a realização da festa, fui ao Jequitibá para acompanhar a realização de uma “oficina de reciclagem” que aconteceria na sede do Conselho e, assim que “entrei” no bairro, deparei-me com uma faixa estrategicamente afixada num local de grande visibilidade. Em tal faixa, a vereadora Vera Resende anunciava seu apoio ao “Baile da Família”.

Logo que li o que estava escrito em tal faixa, recordei-me da conversa que havia travado alguns minutos mais cedo com minha amiga Patrícia. Na ocasião, ela havia me dito que conversara com Antônio naquela manhã de sábado e que ele estava irritado com o fato de a vereadora estar propagando seu apoio a um evento que vinha sendo realizado “pela comunidade”. Segundo Antônio, muitos viam aquela faixa e imaginariam que Vera era a responsável pela realização da festa.

Depois de ler a faixa em que Vera anunciava seu apoio ao baile, segui para a sede do Conselho. Quando cheguei ao local, encontrei-me com Antônio, que estava de saída. Aproveitei a ocasião para perguntar-lhe se pretendia ir à festa que aconteceria mais tarde, na quadra da escola. Na ocasião, Antônio limitou-se a dizer que ainda não sabia.

Quando cheguei à sede do Conselho, a “oficina de reciclagem” já havia terminado. Como não havia outras atividades programadas para acontecer no local, pedi então a Ivete que me acompanhasse até a escola para que pudéssemos ver como estavam os preparativos para a festa.

Chegando ao local, nos deparamos com Sérgio, presidente da mais conhecida associação de moradores do bairro, e Sílvio, assessor da vereadora Vera Resende. Os dois estavam às voltas com os preparativos do baile. Havia também outras pessoas que estavam ajudando na organização. Naquela ocasião, elas estavam particularmente empenhadas em carregar mesas e cadeiras escolares para a quadra. O objetivo era que tais móveis fossem usados durante a festa para acomodar os participantes.

Em certo momento, eu, Ivete e Sérgio nos assentamos no alto da arquibancada e ficamos observando o trabalho que estava sendo realizado. Nessa ocasião, vimos Sílvio subir numa escada para afixar duas faixas na parede da quadra. Logo imaginei que, em alguma daquelas faixas, estaria explicitado o apoio da vereadora ao evento.

Logo que Sílvio terminou de perdurar as faixas na parede, vimos que uma delas trazia em destaque o nome da vereadora Vera Resende. Ivete, então, virou-se para mim e perguntou: “Você viu o que está escrito na faixa, viu?”

Assim que desceu da escada, Sílvio virou-se para o alto da arquibancada e reclamou do fato de que eu, Ivete e Sérgio estávamos apenas observando o que acontecia na quadra. Ele disse que ainda havia muito trabalho a ser feito. Percebi que tal comentário deixou Sérgio um pouco irritado, pois ele disse a Ivete, logo em seguida, que já estava ali há muito tempo ajudando nos preparativos da festa e que Sílvio havia acabado de chegar.

Pouco depois, eu e Ivete decidimos ir embora. Enquanto saíamos da escola, ela comentou comigo que havia “pouquíssimas” pessoas ajudando na preparação da festa e acrescentou que esse era um grande problema do Jequitibá: as pessoas não estavam dispostas a colaborar.

Antes de ir embora do bairro, fui ao encontro de Antônio, que estava reunido com alguns amigos, em frente à casa de Cristiano. Fiquei rodeando o grupo por certo tempo até que, em certo momento, eu e Antônio nos afastamos dos outros moradores do bairro e nos assentamos no meio-fio. Ele então disse que não pretendia ir à festa que aconteceria naquela noite, pois não concordava com o fato de a vereadora ter afixado uma faixa próxima à “entrada” do bairro anunciando seu apoio ao evento. Ele reclamou ainda que Sérgio, que havia participado das reuniões preparatórias para a festa, não havia demonstrado

desaprovação em relação àquela atitude e que, uma vez que a faixa já havia sido afixada, era muito tarde para reclamar.

Depois daquela conversa, voltei pra casa e, só no começo da noite, retornei ao Jequitibá, acompanhado por minha amiga Patrícia. Assim que chegamos à porta da escola, Patrícia telefonou para Antônio e insistiu para que ele também fosse à festa. Antônio, porém, relutou e disse que não estava disposto a participar do evento.

Na quadra da escola, dezenas de mesas estavam cuidadosamente dispostas. Sobre cada uma delas, havia uma pequena toalha vermelha e uma pequena lata decorada, contendo uma flor de papel. Também faziam parte da decoração algumas bandeirinhas de festa junina que estavam afixadas na tela que contorna toda a quadra.

Num dos extremos da quadra, havia uma pista de dança localizada logo à frente de um pequeno palco improvisado sobre o qual um microfone e um teclado aguardavam pela chegada da dupla de artistas do bairro que animaria o baile. No alto da parede situada atrás do palco, estavam as duas faixas que haviam sido afixadas por Sílvio, na tarde daquele sábado. Em tais faixas, estavam registrados os seguintes textos: “A vereadora Vera Resende deseja a todos um ótimo Baile da Família – apoio: Vera Resende, vereadora” e “A Escola Estadual Machado de Assis agradece toda a comunidade escolar pelo apoio e participação na festa da família – Família Machado de Assis”.

Do lado direito do palco, havia ainda uma cantina improvisada onde se podia comprar cerveja, refrigerante, cachorro-quente etc. Lourdes, a coordenadora da Cooperativa de Produção de Alimentos e Artesanato do bairro, era quem estava no caixa.

Por volta de nove horas da noite, a quadra ainda estava vazia. Apenas certos grupos esparsos de pessoas ocupavam algumas mesas. Nesse período, enquanto eu e Patrícia aguardamos pela chegada de Ivete e Jonas, pessoas que ambos conhecíamos, constatei que um homem que estava envolvido na organização do evento subia ao palco a cada intervalo de alguns minutos e anunciava, com voz impostada, que o “Baile da Família” era apoiado pela vereadora Vera Resende, pela diretoria da Escola Estadual Machado de Assis e pela Cooperativa de Alimentação e Artesanato do Jequitibá. Em certas ocasiões, tal homem também citava o apoio da “comunidade”. Provavelmente o termo “comunidade” havia sido a forma encontrada para dar crédito a algumas “lideranças comunitárias” que haviam participado da organização da festa, como era o caso de Sérgio.

A poucos metros da mesa em que eu e Patrícia estávamos, identifiquei alguns assessores de Vera, que estavam em torno de outra mesa. Como, até aquela ocasião, eu ainda não havia sido apresentado à vereadora, perguntei a Patrícia se Vera estava inserida naquele

grupo de pessoas. Patrícia, então, respondeu que acreditava que a vereadora ainda não havia chegado ao evento.

Alguns minutos mais tarde, Ivete e Solange chegaram à quadra da escola. As duas estavam acompanhadas pela mãe e pela irmã de Ivete. Solange, além de ser aluna de uma da “oficina de alfabetização de adultos” promovida por participantes do Conselho é a pessoa responsável por ministrar a “oficina de artesanato” que integra o “projeto social” que é desenvolvido a partir de tal entidade.

Logo que entraram na quadra, Ivete e suas acompanhantes escolheram uma mesa localizada no extremo oposto ao local em que eu e Patrícia estamos. Achei estranha aquela opção, afinal havia diversas mesas disponíveis em torno do local que havíamos escolhido anteriormente.

Depois de alguns minutos, eu e Patrícia fomos para a mesa de Ivete. Naquela ocasião, Marina e Jonas, que também trabalham no “projeto social” desenvolvido pelo Conselho, já estavam incorporados ao grupo.

Passados outros tantos minutos, identifiquei, no extremo oposto da quadra, uma mulher que se parecia com as imagens da vereadora que eu havia visto em diversas fotos que estão afixadas no “gabinete popular” que Vera mantém no Jequitibá. Imediatamente, perguntei a Patrícia se aquela mulher era a vereadora e ela confirmou se tratar realmente de Vera. Em seguida, Patrícia sugeriu que nós dois fôssemos até a cantina para comprar uma bebida. Ela garantiu que a vereadora viria cumprimentá-la assim que a visse. O local onde as bebidas estavam sendo vendidas, cabe mencionar, ficava próximo à mesa ocupada por Vera e seus assessores.

Assim que Patrícia se aproximou do caixa para comprar as bebidas, observei a reação da vereadora, ao vê-la. Ela, inicialmente, observou Patrícia com atenção e, logo em seguida, foi a seu encontro. Observei que, em momento algum, Patrícia havia dirigido seu olhar para o local onde a vereadora estava. Naquela noite, era Vera quem observava as pessoas à sua volta e ia ao encontro daquelas que identificava.

Quando a vereadora se aproximou, Patrícia a cumprimentou e em seguida disse quem eu era. Na ocasião, Vera me abraçou e comentou que havia ficado conhecendo Patrícia há vários anos, quando ainda era uma “líder comunitária” do Jequitibá. Aproveitei a aproximação para falar sobre a pesquisa que vinha realizando no bairro. A vereadora, porém, estava concentrada em observar as pessoas que transitavam pela quadra da escola e pareceu não ter escutado o que eu havia dito. Sua preocupação, no momento, parecia se resumir a identificar aqueles que estavam à sua volta e cumprimentá-los.

Em seguida, eu e Patrícia retornamos para a mesa ocupada por participantes do Conselho. Passei, então, a observar a performance da vereadora ao longo da festa. Percebi que Vera esforçava-se para cumprimentar a todos que conhecia. Em certa ocasião, ela veio à mesa a que eu e Patrícia estamos assentados e também cumprimentou a todos que estavam no local.

A festa seguiu seu curso e, a certa altura, quando eu e Patrícia já estamos nos preparando para partir, vimos Antônio numa extremidade da quadra. Nós dois fomos, então, ao encontro de Antônio, que estava conversando com um grupo de pessoas. Ao nos ver, ele nos acompanhou até a mesa a que estávamos assentados anteriormente. Cabe mencionar que, quando Antônio chegou à festa, Vera já havia partido.

Em certo momento, Rivaldo, um morador do bairro que eu ainda não conhecia, aproximou-se de Antônio para dizer, com certa indignação, que os organizadores da festa haviam comprado apenas seis engradados de cerveja e que esse pequeno estoque já havia chegado ao fim. Rivaldo disse isso e, em seguida, afirmou que Antônio deveria ensinar aos assessores da vereadora a organizar uma festa. Percebi que Rivaldo estava fazendo referência às festas que eram organizadas pelos integrantes do Grupo Força, nas décadas de 80 e 90 e que, segundo me disseram diversos moradores do bairro, costumavam atravessar a madrugada.

Após externar sua indignação, Rivaldo se distanciou. Alguns minutos mais tarde, porém, ele retornou e, de forma jocosa, apresentou uma carteira de filiado ao PT e afirmou que utilizaria tal documento para exigir que Sílvio lhe desse uma cerveja. Rivaldo disse isso e riu da própria piada. Em seguida, olhou em minha direção e disse: “pergunte ao Antônio como a gente construiu o muro da escola”. Logo depois, saiu à procura de Sílvio e, ao aproximar-se do assessor da vereadora, apresentou a ele a carteira de filiado ao PT que trazia nas mãos.

Ora, o comportamento de Rivaldo deixa claro que o “Baile da Família” passou a ser visto, pelos moradores do bairro, como sendo uma realização da vereadora e sua equipe. E foi justamente esse destaque assumido por Vera frente a outras “lideranças” que causou incômodo em Antônio, bem como em Sérgio, que esteve envolvido diretamente na organização da festa.

Constatei o incômodo sentido por Sérgio numa reunião realizada na sede do Conselho, alguns dias após o “Baile da Família”. Em tal encontro, além de constatar tal incômodo, pude verificar que, no Jequitibá, a realização de uma festa na quadra da escola é motivo para que as “lideranças comunitárias” e representantes de entidades do bairro busquem “se unir”. Tal busca pela “união”, porém, pode trazer à tona algumas rivalidades.

A reunião mencionada no parágrafo anterior aconteceu na sede do Conselho e havia sido convocada para que alguns cargos da diretoria de tal entidade fossem preenchidos por meio de eleições. Em tal encontro, estavam presentes tanto pessoas que trabalham cotidianamente no “projeto social” desenvolvido a partir do Conselho, quanto algumas “lideranças comunitárias” do bairro, tais como Zico e Sérgio. Entre os cargos da diretoria que deveriam ser ocupados, estavam os dois cargos que haviam sido abandonados por Sílvia e Lourdes, quando os dois distanciaram-se da entidade.

Assim que os novos membros da diretoria foram eleitos, os participantes da reunião passaram a discutir assuntos diversos. Foi então que, em certo momento, Sérgio disse que algumas “lideranças” do bairro estavam interessadas em realizar uma festa para comemorar o dia dos pais. A festa proposta por Sérgio seria realizada na quadra da escola e teria o objetivo de arrecadar fundos para tal instituição de ensino, bem como para a igreja católica do Jequitibá. Ao anunciar a idéia de se promover tal festa, Sérgio perguntou a Antônio se “o Conselho” poderia participar da organização da atividade.

A colocação de Sérgio causou um certo incômodo em alguns participantes da reunião que argumentaram que aqueles que estão envolvidos nas atividades promovidas a partir da igreja católica do bairro nunca se mostraram dispostos a contribuir com as ações promovidas pelos participantes do Conselho. Em certo momento, por exemplo, Jonas disse:

Quando você precisa da igreja católica para parceria, é a maior dificuldade. Eles não estão dispostos. (...) Acho que a renda é justa pra escola e pra igreja. Mas, quando a igreja precisa participar de outras lutas, ela não participa. Ela não vem, ela não caminha junto. É a maior dificuldade. (Jonas)

A ponderação de Jonas serviu de ensejo para que Eduardo relatasse que, na fase em que os participantes do Conselho estavam implantando o “projeto” de alfabetização de adultos, eles buscaram insistentemente que a igreja católica do Jequitibá liberasse um espaço para a realização das aulas, solicitação que não foi atendida. Além de aulas numa sala na igreja católica, haveria também aulas em duas “igrejas evangélicas” do bairro. Naquela ocasião, conforme ressalta Eduardo, somente os representantes dessas duas últimas entidades atenderam ao pedido realizado pelos participantes do Conselho.

Logo em seguida, Antônio também reforçou que as pessoas envolvidas nas atividades promovidas a partir da igreja católica do Jequitibá não se mostravam dispostas a participar das ações propostas pelo Conselho:

A questão que o Jonas levantou tem fundamento sim. A igreja católica foi convidada para participar de uma reunião aqui, ontem, sobre a questão da varrição de ruas. E ela não mandou ninguém, não veio e não deu satisfação. Então, é difícil trabalhar com aquele pessoal lá, Sérgio. O Jonas está coberto de razão. (Antônio)

Alguns minutos após essas conversas que deixaram claro que, no Jequitibá, a “busca pela união” pode fazer com algumas rivalidades venham à tona, seguiu-se o seguinte diálogo.

Sérgio: Eu estou querendo fazer essa festa, mesmo se a igreja católica não quiser. Se a escola quiser, eu vou tomar a frente e vou...

Marta: Você vai buscar outras instituições, né?

Sérgio: Não, vai a escola mesmo... A gente faz um grupo aqui e... Eu não quero é política no meio, entendeu? Não é isso, Antônio? Eu não quero é política no meio.”

Antônio: Aquelas faixas lá mataram, né?

Ora, tal diálogo deixa claro que Antônio não foi o único a ficar incomodado com as faixas que anunciaram o apoio da vereadora ao “Baile da Família”. Sérgio também parece não ter gostado do fato de a vereadora ter se destacado como uma das principais realizadoras do evento.

4.5. Notas adicionais – A Escola de Samba Unidos do Lambari

No Jequitibá, buscar a “união” de diversos “parceiros” para o desenvolvimento de uma “luta comunitária”, de uma festa, ou de um “projeto social” é algo recorrente. Essa “união” contribui para que os empreendimentos possam ser realizados, além de contribuir para que seus empreendedores adquiram reconhecimento social. No Jequitibá, promover a “união” é algo importante para ser reconhecido como uma “liderança”. Paralelamente a essa busca pela “união”, o que geralmente se verifica é o surgimento de rivalidades que são motivadas pela ascensão de algumas “lideranças” específicas ou por disputas empreendidas por diferentes pessoas pela “paternidade” das “lutas”, “festas” e “projetos” em questão.

A forma como Zico reconstrói a história da Escola de Samba Unidos do Lambari ilustra bem como se dá esse processo. Zico relatou a mim que o surgimento da Escola de Samba, a que ele atribui o status de “projeto social”, foi marcado, inicialmente, por uma busca pela “união” de diversos “parceiros” e, num segundo momento, por uma disputa pela “paternidade” do “projeto”. A seguir, reproduzo alguns trechos do relato de Zico, bem como a reação manifestada por Flávia, a atual presidente da entidade, a uma nota que foi publicada no jornal produzido por participantes do Conselho e que atribuía a Zico o papel de principal responsável pelo surgimento da Escola de Samba Unidos do Lambari.

Zico falou-me sobre a origem da Escola de Samba no dia em que nos encontramos na “escola do bairro”, pouco antes da realização de uma reunião na qual diversas “lideranças comunitárias” do Jequitibá acertariam os preparativos para o “Baile da Família”. Naquele dia, em vez de seguirmos direto para a reunião, fomos para um local isolado, dentro da própria escola, e iniciamos nossa conversa.

Zico inicialmente disse que a idéia que impulsionou a criação da Escola de Samba surgiu em razão do grande número de assassinatos que vinham acontecendo no bairro, por volta nos anos de 2002 e 2003. Essa afirmação ficou, porém, esquecida em meio ao restante da narrativa que ele construiu. Não considero, no entanto, que seja uma informação que mereça ser suprimida, uma vez que tais assassinatos citados por Zico foram freqüentemente mencionados pelos moradores do Jequitibá com os quais estabeleci contato ao longo do trabalho de campo. Pelo que pude perceber, o período de acentuada violência mencionado por Zico apresentou um impacto significativo na representação que moradores do Jequitibá compartilham acerca do bairro em que vivem. Também é interessante observar que Zico busca ressaltar a suposta existência de uma relação de causa e consequência entre o alto índice de violência do Jequitibá e a criação da Escola de Samba. Mesmo que a referida violência não seja o motivo central para a criação da agremiação, é interessante notar que esse alegado motivo se faz presente no discurso de Zico. De certa forma, ao estabelecer tal correlação, Zico busca atribuir à Escola de Samba o status de “projeto social”, categoria valorada positivamente no Jequitibá e que é utilizada para classificar ações que buscam minimizar problemas experimentados cotidianamente por moradores do local, tais como violência, alcoolismo, miséria, desemprego, poluição e degradação ambiental, falta de acesso a certos serviços do campo da educação etc.

Durante nossa conversa, Zico prosseguiu relatando que, antes da criação da Escola de Samba, ele costumava levar uma “turma” de moradores do Jequitibá e redondezas para desfilar na escola de samba de um bairro localizado na região central da cidade. Segundo Zico, foi essa “turma” que o incentivou a criar a Escola de Samba Unidos do Lambari. Zico aponta ainda que um dos objetivos de tal empreendimento era promover uma aproximação das pessoas que viviam nas diferentes áreas que compunham o bairro.

Para criar a Escola de Samba, a primeira providência tomada por Zico foi convidar representantes das escolas públicas da região para se engajarem no “projeto”. Ele relata, porém, que após a realização dos convites, a única instituição de ensino que “abraçou” a proposta foi a Escola Municipal Monteiro Lobato. Naquele período, tal instituição era dirigida por Flávia, a mesma pessoa que demonstrou uma certa resistência em assinar o

“documento” pedindo a municipalização da rodovia, fato que ocorreu durante uma reunião que foi descrita na seção 4.2 deste capítulo.

Zico relembra que, no primeiro ano em que participou dos desfiles, a Escola de Samba Unidos do Lambari conquistou o segundo lugar com um samba-enredo e alegorias que defendiam a necessidade de se preservar o ribeirão que tangencia o bairro. Ele comenta ainda que, para o desfile de estréia, diversas fantasias foram confeccionadas a partir de garrafas PET. Ora, o tema do samba-enredo e a opção por se usar materiais reciclados durante o desfile acentuam o caráter de “projeto social” que Zico costuma atribuir à Escola de Samba – afinal, tal iniciativa poderia ser interpretada, por muitos, como uma tentativa de se promover a conscientização de moradores do bairro acerca da importância de se preservar o meio ambiente.

Já no segundo ano em que desfilou, a Escola caiu para o quinto lugar. Segundo Zico, o motivo de tal queda foi o fato de ter surgido uma “briga” entre participantes da agremiação. Conforme ele avalia, “virou uma politicagem dentro da Escola”.

O termo “politicagem” foi empregado por Zico para referir-se ao modo de agir de alguns “aliados” de Vera que estavam envolvidos com a Escola de Samba e que passaram a propagar uma versão distinta da que ele defendia sobre o surgimento de tal entidade. Na tentativa de explicar o sentido do termo, Zico criou uma pequena fábula, que reproduzo a seguir.

Politicagem que eu digo é o seguinte... porque a onça tem vários caçadores e, enquanto ela está viva, a maioria tem medo de chegar perto dela, mas depois dela morta, aparece um monte de gente que atirou nela, aparece um monte de dono. Isso foi o que aconteceu com a escola de samba³³. (Zico)

Segundo Zico, foi em razão dessa “politicagem” que ele renunciou a seu posto na Escola de Samba e fundou outra instituição voltada a participar dos desfiles de carnaval. Zico disse que diversas pessoas também abandonaram a Escola de Samba Unidos do Lambari juntamente com ele e passaram a integrar a outra agremiação criada no bairro.

Pra eu não ter problema de ter que ir ao cartório dar baixa na Escola, acabar com a Escola, eu preferi me afastar, entendeu? Renunciei e deixei a Escola de Samba a cargo do pessoal, até porque eles começaram a divulgar na comunidade que a Escola de Samba tinha sido formada pela Escola Municipal Monteiro Lobato, o que não é

³³ É interessante retomar aqui a caracterização feita por Cristiano, amigo de Antônio, do termo “politicagem”. Quando lançou mão de tal termo, Cristiano estava fazendo referência ao fato de um assessor de Vera ter divulgado no “jornalzinho do mandato” da vereadora que a equipe da Vera havia “desenvolvido e/ou apoiado” uma série de atividades que haviam sido promovidas por participantes do Conselho. Segundo afirma Antônio, ao divulgar tais informações, o assessor de Vera não mencionou o nome Conselho.

verdade. Ela [tal instituição de ensino] foi uma parceira da Escola de Samba. Assim que eu tive a idéia, eu saí chamando parceiros para participar do projeto. Eles divulgaram que Escola de Samba foi formada pela Escola Municipal Monteiro Lobato, mas na verdade não foi. E eu provo isso com documentos. Porque eu não quero ser dono da verdade, mas também não quero que me passem pra trás, falando que eu estou dizendo mentira, né? Enfim, eu saí da Escola de Samba e montei um outro bloco. (Zico)

Quando Zico explicou de forma mais detalhada quais foram os motivos que o levaram a deixar a Escola de Samba, ele relatou que a “briga” com outros participantes da instituição aconteceu quando ele decidiu lançar sua candidatura a vereador. Ele disse ainda que o fato de haver assessores de Vera participando da diretoria da Escola teria levado à constituição de um “grupo independente” dentro da instituição. Tal grupo teria, então, se posicionado contrariamente aos interesses eleitorais de Zico.

No início da agremiação, é claro que você sai catando todo mundo. Então, nesse início havia assessores da vereadora que participavam, que eram diretores da Escola também. E o fato de eu ter saído candidato, eu acho que implicou um pouco a esse pessoal, você entende? Aí, começaram, como diz o outro, a criar aquele grupo independente e aquele grupo que estava independente achava que o que eu estava fazendo estava errado. Inclusive quando eu fui fazer aquele cartazinho para poder lançar a campanha, aí eu coloquei atrás qual era o projeto que eu tinha na comunidade. E o projeto que eu tinha aqui era a Escola de Samba. Inclusive, antes que eu trouxesse essa idéia pra cá, ninguém tinha trazido. Então, meu projeto era a Escola de Samba no momento da eleição. E eles acharam isso super errado, acharam que eu estava fazendo campanha com a Escola de Samba. E eu não estava fazendo campanha com a Escola de Samba. Eu estava fazendo campanha com um projeto que eu tinha lançado na comunidade... E aí começou aquele falatório e eu achei melhor me afastar, pra não ter que discutir com ninguém. (Zico)

Após explicar o motivo de sua saída, Zico comentou que considera Flávia, a atual diretora da Escola de Samba, “uma mulher muito atuante”. Ele ponderou, porém, que ela havia se tornado uma adversária em razão da “politicagem que aconteceu”. Segundo Zico, Flávia passou a apoiar o tal “grupo independente” que se formou no interior da Escola de Samba. Um grupo que, de acordo com Zico, contava com a participação de assessores de Vera.

Em certo momento, Ivete aproximou-se do local onde eu e Zico estávamos e integrou-se à conversa. Ela, que também havia participado da Escola de Samba na fase de fundação de tal entidade, reiterou a versão defendida por Zico. Ivete afirmou que, no bairro Jequitibá, é comum que determinados grupos de pessoas busquem se apropriar de “projetos” que são idealizados e desenvolvidos por outras “lideranças comunitárias”.

Uma das coisas que pecam aqui na comunidade é essa questão de uma pessoa fundar, de um grupo de pessoas fundar, e depois outros falarem que foram eles. Eu acho que isso é uma coisa que fere muitos sentimentos, por exemplo, do Zico, que foi sempre idealizador, que sempre teve o pensamento, que sempre teve a vontade de criar e depois acontece uma coisa dessas e a gente fica meio triste. Mas foi o Zico que desde o começo estava com os pensamentos todos de montar isso, que mobilizou, que sempre chamou. O Zico conhece muita gente, então **foram pessoas fortes da comunidade, lideranças que montaram.** A gente foi lá, colocou a cara no mundo lá pra conseguir as coisas, entendeu? É super complicada essa questão. (...) **Sempre acontece essas coisas, tipo, de montar uma coisa e outra pessoa vir e falar: ‘não, não foi você, foi fulano’.** E na verdade não é esse o pensamento. As pessoas que montam, a gente não tem esse pensamento de falar: ‘ah, fui eu’. A gente quer montar uma coisa pra comunidade, pro bem da comunidade. Não pra falar: ‘ah, fui eu que montei, eu mereço os créditos’. Não é isso. A gente quer os créditos pra comunidade, pra mostrar que aqui também tem coisa boa, que as coisas acontecem, que a população se mexe, que tem vontade de melhorar, que tem vontade de tirar a gente das páginas policiais dos jornais e colocar nas páginas culturais. Esse que é o objetivo. (Ivete)

Algumas semanas após a conversa que travei com Zico e Ivete, constatei que uma versão divergente sobre o surgimento a Escola de Samba Unidos do Lambari realmente circula pelo bairro. Essa constatação aconteceu quando vi a reação manifestada por Flávia a uma pequena nota publicada no jornal produzido pelo Conselho. A referida nota trazia o seguinte título: “um pouco de nossa história”. O texto, por sua vez, mencionava que Zico era o fundador da Escola de Samba e citava que, no período em que tal entidade havia sido criada, “a entidade” havia recebido o “apoio” da Escola Municipal Monteiro Lobato.

Logo que o jornal foi entregue nas residências do bairro, não demorou muito para que a versão de Flávia fosse encaminhada ao endereço eletrônico do Conselho. No texto que encaminhou, Flávia reclamou do fato de não ter sido comunicada com antecedência sobre a nota que seria publicada. Ela apontou ainda que o texto publicado estava repleto de incorreções. Na mensagem que encaminhou ao Conselho, Flávia defendia que a criação da Escola de Samba não havia sido simplesmente o resultado do um sonho Zico. Segundo ela, a idéia de se criar uma escola de samba surgiu na instituição de ensino que ela dirigia naquela época: a Escola Municipal Monteiro Lobato. De um modo geral, o que Flávia buscou em sua argumentação foi criticar o fato de Zico ter sido apontado como “o fundador” da Escola. Em seu texto, ela disse:

Numa das minhas andanças pelo bairro, fui apresentada a ele [Zico] e como tínhamos idéias em comum, embora com objetivos diferentes, começamos a trabalhar juntos. Carregamos a Escola nas costas, principalmente no início, com igual trabalho e força: o senhor Zico com sua experiência e habilidade nas relações com o mundo do samba e eu com o envolvimento na Escola Monteiro Lobato, pois era diretora de lá, com os jovens de um programa de inclusão social do governo estadual e com as crianças com quem tenho muita facilidade na lida. (...) Ninguém faz nada sozinho! Isto é sabido por

todos e a imprensa não pode carregar esta ilusão e estimular as pessoas do bairro a pensarem assim. (Flávia)

Como se pode constatar, tanto o grupo que atualmente está à frente da Escola de Samba Unidos do Lambari, quanto Zico e seus “aliados” costumam propagar versões distintas sobre a forma como tal agremiação foi criada. Trata-se de um embate de versões que revela como Zico busca produzir sua reputação, a partir do fato de que teria sido o fundador da Escola de Samba, e como outras pessoas que também estiveram envolvidas no surgimento de tal entidade buscam atribuir a ele uma reputação distinta: a de alguém que quer se destacar a partir de um “projeto” desenvolvido graças a uma “união” que envolveu vários moradores do Jequitibá.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A vida política no Jequitibá é bastante intensa. Na virada do século, por exemplo, diversos moradores do bairro ajudaram a eleger uma vereadora que havia iniciado sua trajetória no bojo do “movimento comunitário” local e que está atualmente em seu segundo mandato. Foi também em tal período que surgiu o Conselho Comunitário do Jequitibá, instituição criada com o propósito de unir representantes das mais diversas entidades do bairro e cujos participantes vêm adquirindo certo sucesso em suas tentativas de promover ações no cotidiano do local e de exercer alguma influência na execução de políticas públicas.

Além disso, a história do “movimento comunitário” de tal bairro também é pontuada por uma série de conquistas que foram fruto da “mobilização” de moradores. Entre tais conquistas, é possível citar a construção de um posto de saúde no local e de um muro em torno de uma escola, a criação de uma creche comunitária na vizinhança e a conquista de um centro de saúde por meio do programa de orçamento participativo promovido pela prefeitura da cidade.

Além disso, é importante pontuar que, nos dias de hoje, muitos moradores do Jequitibá enxergam as típicas associações de moradores como instituições “obsoletas”. Seguindo uma tendência que vem se verificando em diversas cidades do país, tais moradores acreditam que representantes de diferentes entidades do bairro devem estar “unidos” para que alcancem sucesso nas “lutas comunitárias” que venham a empreender. Esses mesmos moradores também defendem que tais representantes devem promover, eles próprios, ações que tragam algum impacto efetivo para a vida daqueles que vivem no bairro.

No Jequitibá, essa maneira particular de se conceber e de se praticar a “política comunitária” vem sendo concretizada notadamente a partir do Conselho, entidade que surgiu há menos de dez anos e que trouxe consigo uma gama de “novas” palavras para o vocabulário daqueles que participam do “movimento comunitário” local. Projeto social, oficina, cooperativismo, agricultura urbana, parceria, defesa do meio ambiente, reciclagem de materiais. Esses são apenas alguns termos que têm sido utilizados com certa desenvoltura por “lideranças” do bairro que, mesmo tendo diversificado suas atuações, permanecem na “luta” para conquistar melhorias relacionadas à infra-estrutura urbana do Jequitibá. Trata-se, na verdade, de uma “nova maneira de lutar” que, cabe ressaltar ainda, também vem sendo praticada em centros urbanos espalhados por todo o país.

Nos dias de hoje, no Jequitibá, um “líder comunitário” reconhecido geralmente é aquele que fala e age em nome de uma coletividade e que está engajado em realizar, em colaboração com outros moradores, “projetos sociais”, festas e outros eventos. Em tal bairro, uma “liderança” que atua isoladamente ou que busca promover seu próprio “nome”, relegando a segundo plano moradores que colaboram com ela, costuma ser avaliada de maneira negativa no “jogo social” que caracteriza a *pequena política* local.

Em tal bairro, para ser uma “liderança” que detenha uma “boa” reputação, é importante fomentar o encontro de representantes de entidades, além de promover certas ações que, na visão de determinadas “lideranças” locais, contribuem para que sejam criados laços de vizinhança que podem, eventualmente, levar os moradores do bairro a tecerem relações pautadas pela cooperação. Para alcançar reconhecimento social e, conseqüentemente, para ter mais chances de sucesso em suas “lutas comunitárias”, uma “liderança” deve, portanto, buscar a “união”, palavra que apresenta uma dupla acepção no contexto social estudado, podendo ser entendida como um “ambiente familiar” ou como a “reunião de representantes de diferentes entidades”.

Cabe mencionar ainda que, para não sofrer avaliações morais depreciativas – tais quais aquelas que eventualmente recaem sobre Vera – uma “liderança comunitária” não pode se apresentar publicamente como sendo “a” pessoa que alcançou determinadas conquistas, caso tenha contado com a colaboração de outros moradores. Para assegurar para si uma “boa” reputação, um “líder comunitário” deve agir em nome de um conjunto de pessoas, sendo assim o “porta-voz” de uma coletividade, e deve ainda reafirmar publicamente que as conquistas que resultam, ao menos em parte, de sua atuação são fruto da “união” de diversos atores sociais.

Referências bibliográficas

ABU-LUGHOD, L.. Writing against culture. In: FOX, R. G. (ed.). *Recapturing anthropology*, Santa Fe, NM; School of American Research Press, 1991. pp. 137-162.

ALVITO, Marcos. *As cores de Acari: uma favela carioca*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

BAILEY, Frederik G. "Gifts and Poison". In: BAILEY, F. G. (ed.) *Gifts and Poison: the Politics of Reputation*. Oxford: Basil Blackwell, 1971. pp. 1-25.

BANK, Geert. "Dilemas culturais nas entrelinhas da estratégia: os movimentos de bairro e o discurso católico". In: _____. *Dilemas e símbolos: estudos sobre a cultura política do Espírito Santo*. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo / Município de Vitória, 1998, pp. 181-210.

BARNERS, J. A.. "Redes sociais e processo político". In: FELDMAN-BIANCO, Bela. (org.). *A antropologia das sociedades contemporâneas*. São Paulo: Global, 1987. pp. 159-193.

BARREIRA, Irllys. *Chuva de papeis: ritos e símbolos de campanhas eleitorais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1998.

BARTH, Fedrik. A análise da cultura nas sociedades complexas. In: _____. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. RJ: Contra Capa, 2000. pp. 107-139.

_____. Por um maior naturalismo na conceptualização das sociedades. In: _____. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. RJ: Contra Capa, 2000. pp. 167-186.

BERGER, Peter L. e LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

BEZERRA, Marcos Otávio. "Participação popular e conflitos de representação política: notas a partir de um caso de orçamento participativo". In: TEIXEIRA, Carla Costa e CHAVES, Christiane de Alencar (organizadoras). *Espaços e tempos da política*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

BOISSEVAIN, Jeremy. *Friends of friends: networks, manipulators and coalitions*. New York: St. Martin's Press, 1974.

BORGES, A.. *Tempo de Brasília: etnografando lugares-eventos da política*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

BOURDIEU, Pierre. "Le capital social: notes provisoires". *Actes de la recherche en sciences sociales*, v. 31, pp. 2-3, 1980.

_____. "A ilusão biográfica". In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. pp. 167-182.

_____. "A representação política: elementos para uma teoria do campo político". In: _____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. pp. 167-207.

COMEFORD, John Cunha. *Como uma família: sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

DA MATTA, Roberto. O ofício do etnólogo, ou como ter “antropological blues”. In: NUNES, Edson de Oliveira (Org.). *A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método de pesquisa*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978. pp. 23-35.

DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ANPOCS, 1995.

ELIAS, Norbert e SCOTSON, John L.. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

ENNE, Ana Lúcia Silva. *Umbanda e assistencialismo: um estudo sobre representação e identidade em uma instituição da baixada fluminense*. Dissertação – UFRJ/MN. Rio de Janeiro: PPGAS, 1995.

FELDMAN-BIANCO, Bela. “Introdução”. In: ____ (org.). *A antropologia das sociedades contemporâneas*. São Paulo: Global, 1987. pp. 7-45.

FREDERIC, Sabina. *Buenos Vecinos, Malos Políticos: moralidad y política en el Gran Buenos Aires*. Buenos Aires: Prometeo, 2004.

GOLDMAN, Marcio. *Como funciona a democracia: uma teoria etnográfica da política*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006.

KUSCHNIR, Karina. *O cotidiano da política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

MAYER, Adrian C.. “A importância dos ‘quase-grupos’ no estudo das sociedades complexas”. In: FELDMAN-BIANCO, Bela. (org.). *A antropologia das sociedades contemporâneas*. São Paulo: Global, 1987. pp. 127-158.

NEVES, D. P.. Alcoolismo: acusação ou diagnóstico? *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v.20, n.1, pp.7-36, 2004.

HALL, Stuart. “Quem precisa de identidade?”. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000. pp. 103-133.

_____. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 7.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

PALMEIRA, M. e BARREIRA, C. “Introdução”. In: ____ (org.). *Política no Brasil: visões de antropólogos*. Rio de Janeiro: NUAP/Relume-Dumará, 2006. pp.9-22.

PEIRANO, Mariza. “Rituais como estratégia analítica e abordagem etnográfica”. In: ____ (org.). *O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais*. Rio de Janeiro: NUAP/Relume-Dumará, 2001a. pp.7-14.

_____. “A análise antropológica de rituais”. In: _____ (org.). *O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais*. Rio de Janeiro: NUAP/Relume-Dumará, 2001b. pp.17-40.

PICCOLO, Fernanda Delvalhas. *Sociabilidade e conflito no moro e na rua: etnografia de um Centro Comunitário em Vila Isabel/RJ*. Tese – UFRJ/MN. Rio de Janeiro: PPGAS, 2006.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. “Política, ascensão social e liderança num povoado baiano”. In: _____. *O campesinato brasileiro: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil*. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1973. pp. 100-122.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: NUNES, Edson de Oliveira (org.). *A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método de pesquisa*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978. pp. 36-46.

WHYTE, William Foote. *Sociedade de esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

WOLF, Eric R.. “Inventando a sociedade”. In: FELDMAN-BIANCO, Bela e RIBEIRO, Gustavo Lins (org.). *Antropologia e poder: contribuições de Eric R. Wolf*. Brasília/São Paulo: Editora Universidade de Brasília/Editora Unicamp, 2003. pp. 307-324.

SIGLAS

DER: Departamento de Estradas de Rodagem

MGTV: Telejornal diário produzido em Belo Horizonte e transmitido para a cidade e suas imediações pela Rede Globo de Televisão

ONG: organização não-governamental

OP: orçamento participativo

Sudecap: Superintendência do Desenvolvimento da Capital

PCdoB: Partido Comunista do Brasil

PM: Polícia Militar

PMN: Partido da Mobilização Nacional

PSB: Partido Socialista Brasileiro

PT: Partidos dos Trabalhadores

Senai: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

UFF: Universidade Federal Fluminense

UFRJ: Universidade Federal do Rio de Janeiro

ANEXO – Alguns personagens que figuram ao longo da dissertação

Carla – Em meados dos anos 90, foi viver no “aglomerado” que existia nas margens da rodovia que tangencia o Jequitibá. Durante certo período, trabalhou na “horta comunitária” que alguns integrantes do Conselho Comunitário mantêm no pátio da “escola do bairro”. É casada e mãe de duas meninas.

Chico – É amigo de Antônio e trabalha na companhia responsável pela urbanização da cidade – órgão vinculado à prefeitura de Belo Horizonte. Em 2004, foi candidato a vereador pelo PT e, em 2008, decidiu candidatar-se novamente. Dessa vez, porém, sua candidatura foi lançada pelo PCdoB.

Cristiano – É amigo de Antônio e vive no Jequitibá desde o final da década de 80. Foi um dos integrantes do Grupo Força. Na época em que se mudou para o bairro, trabalhava numa fábrica de tecidos. Tem aproximadamente 43 anos de idade.

Deise – Mudou-se para o Jequitibá no final dos anos 80. Durante certo período, ministrou aulas de alfabetização para adultos e idosos, atividade que era realizada a partir do Conselho Comunitário do bairro. Eventualmente trabalha como professora na Escola Estadual Machado de Assis. Está estudando pedagogia e é casada com Gabriel. Tem aproximadamente 47 anos de idade.

Eduardo – Mudou-se para o Jequitibá no começo dos anos 90, época em que já era filiado ao PT. Foi o primeiro presidente do Conselho Comunitário do bairro e atuou durante vários anos como assessor de Vera Resende, deixando de exercer tal função no começo de 2007. Ao longo de sua trajetória profissional, trabalhou no Senai (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) e participou da diretoria do sindicato dos profissionais de tal entidade durante três mandatos. Tem aproximadamente 54 anos de idade.

Fátima – É mãe de Antônio e Tereza e esposa de Geraldo. Mudou-se para o Jequitibá em meados dos anos 90. Tem aproximadamente 72 anos de idade.

Flávia – É vice-diretora da Unidade Municipal de Ensino Infantil que está localizada no Jequitibá e diretora da Escola de Samba Unidos do Lambari. Além disso, já foi diretora da Escola Municipal Monteiro Lobato, também localizada no bairro.

Gabriel – Mudou-se para o Jequitibá no final dos anos 70. Foi um dos integrantes do Grupo Força. É casado com Deise e tem aproximadamente 39 anos de idade.

Geraldo – É pai de Antônio e Tereza e marido de Fátima. Mudou-se para o Jequitibá em meados dos anos 90. Tem aproximadamente 77 anos de idade.

Ivete – Vive no Jequitibá desde que nasceu. Tem o segundo grau completo e ministra um curso de informática na sede do Conselho. Desde o surgimento de tal entidade, contribui com as ações que são realizadas por aqueles que dela participam. Tem aproximadamente 19 anos de idade

Joana – Está casada com Antônio desde meados dos anos 80, época em que os dois foram morar no Jequitibá. Pouco tempo depois de terem ido viver no local, ela passou a trabalhar como professora na Escola Estadual Machado de Assis. Atualmente, está afastada do exercício de tal função em razão de um problema de saúde. Tem aproximadamente 54 anos de idade.

Lourdes – Mudou-se para o Jequitibá no final dos anos 80. Algum tempo depois, passou a desenvolver, a partir de uma “igreja evangélica” do bairro, um “trabalho social” por meio do qual prestava “atendimento” a moradores de uma área “invadida” próxima ao bairro. É formada em educação física e já foi dona de uma lanchonete. Foi a segunda pessoa a presidir o Conselho Comunitário do Jequitibá. Atualmente, coordena uma cooperativa de produção de alimentos e de objetos de artesanato que tem sede no bairro.

Lúcia – Nasceu numa cidade da Região Nordeste do país. Foi viver em Belo Horizonte nos anos 90 e, pouco tempo depois de chegar à cidade, comprou um barraco no “aglomerado” localizado nas margens da rodovia que tangencia o Jequitibá. É mãe de 11 filhos.

Patrícia – É jornalista e trabalha numa ONG com sede em Belo Horizonte. Tem aproximadamente 35 anos de idade.

Tereza – É irmã de Antônio e esposa de Marcelo. Mudou-se para o Jequitibá em meados dos anos 80. Trabalha no centro de saúde do bairro, onde desenvolve atividades diversas com um “grupo de pessoas da terceira idade”. Tem aproximadamente 49 anos de idade.

Reinaldo – Mudou-se para o Jequitibá assim que se casou, fato ocorrido em meados dos anos 80. Foi bancário durante certo período de sua trajetória profissional. Atuou também, em determinada fase de sua vida, como assessor da vereadora Vera Resende. Esteve envolvido na fundação do Conselho Comunitário do bairro. Hoje, é pastor evangélico e tem aproximadamente 43 anos de idade.

Rosângela – Inicialmente, foi morar no Jequitibá no final dos anos 60, mas depois se mudou do local, retornando para o bairro apenas no começo dos anos 80. Nos anos 90, assumiu a vice-presidência da principal associação de moradores do bairro, abandonando tal cargo depois de certo tempo. Filiou-se ao PT graças ao incentivo de Vera. Aposentou-se recentemente e está em vias de finalizar o segundo grau. Tem aproximadamente 62 anos de idade.

Sabrina – É a “principal” assessora de Vera Resende. Não mora no Jequitibá e construiu sua relação com certos moradores do bairro quando desenvolveu, no local, uma pesquisa realizada para concluir um curso de graduação em ciências biológicas, fato ocorrido no começo dos anos 90.

Sérgio – É dono de uma mercearia localizada no Jequitibá e preside a principal associação de moradores do bairro. Contrariando o estatuto da entidade, há vários anos não convoca novas eleições para os cargos da diretoria da referida associação. É apontado por certos moradores do Jequitibá como sendo “o presidente do bairro”.

Sílvio – Mudou-se para o Jequitibá em meados dos anos 90, período em que trabalhava como motorista. Hoje, atua como assessor de Vera Resende. Tem aproximadamente 42 anos de idade.

Sônia – É formada em pedagogia e passou a envolver-se com as atividades desenvolvidas a partir do Conselho Comunitário do Jequitibá em 2002, ano em que ministrava aulas de ensino religioso na Escola Estadual Machado de Assis. Não mora no bairro e tem aproximadamente 51 anos de idade.

Zico – Vive no Jequitibá desde meados dos anos 70. Tem grande envolvimento com o “universo do samba” e atribui a si próprio o papel de fundador da Escola de Samba Unidos do Lambari, fato ocorrido em 2003. Atualmente, está à frente de outra agremiação carnavalesca. Já se candidatou algumas vezes a cargos eletivos e tem aproximadamente 56 anos de idade.